



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**A outra face católica da economia solidária: atividades do Instituto dos Irmãos
Maristas das Escolas**

Breno Minelli Batista

São Carlos - SP

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**A outra face católica da economia solidária: atividades do Instituto dos Irmãos
Maristas das Escolas**

Breno Minelli Batista

Tese de doutoramento apresentada como
requisito para a obtenção do título de Doutor
em Sociologia no Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade
Federal de São Carlos

São Carlos - SP

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Breno Minelli Batista, realizada em 02/09/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Andre Ricardo de Souza (UFSCar)

Profa. Dra. Isabelle Claudine Buscail Hillenkamp (IRD)

Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (UFSCar)

Profa. Dra. Aline Suelen Pires (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Dedicado aos meus amados pais, Edmilda e Pedro.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. André Ricardo de Souza, que me orienta desde a graduação, pela paciência em tal atividade, pela liberdade a mim propiciada no desenvolvimento da minha pesquisa, pela dedicação neste processo de formação que se encerra, e por acreditar e confiar em minha capacidade ao longo de aproximadamente uma década. Além disso, agradeço pelo exemplo que me foi dado como pesquisador, professor e grande trabalhador. Valiosas lições que extrapolam o ambiente acadêmico, que levarei para a vida toda.

Agradeço a todos os meus colegas do Núcleo de Estudos de Religião Economia e Política – NEREP, em especial, meus amigos de longa data: Vinícius Manduca, Giuliano Placeres, Fernando Guimarães, Vitor, Mariana, Humberto Ramos e Roberson Marcomini, pelas discussões teóricas e sobre questões técnicas que me auxiliaram ao longo do desenvolvimento da pesquisa, pelo apoio emocional e incentivo, além do companheirismo seja presencial ou virtual.

Agradeço ao Prof. Fábio Sanchez e à Prof.^a Isabelle Hillenkamp, pelas importantes contribuições dadas na banca do exame de qualificação e sou agradecido também ao Prof. Flávio Sofiati e à Prof.^a Aline Pires, que, junto com eles, participaram da banca de defesa de tese. Dedicando seu tempo e atenção para importantes contribuições e apontamentos.

Sou bastante grato ao falecido militante católico da Cáritas Brasileira e de outras organizações atuantes no campo da economia solidária, Ademar Bertucci, por ter sugerido a meu orientador esta pesquisa minha junto à Associação do Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL), bem como a Daniela Pimentel, sua supervisora administrativa, pela colaboração no fornecimento do amplo conjunto de informações a respeito dela.

Agradeço também às pessoas importantes em minha vida, em especial à minha namorada Adrielly por todo o amor, companheirismo, incentivo e pela paciência comigo. Agradeço por ter sempre acreditado em mim, e, junto com a Chilli (nossa amada cachorra), ter tornado a vida um lugar maravilhoso mesmo em momentos difíceis. Agradeço os meus amigos de infância de Guariba (José Guilherme, Jean, Gabriel, Rafael e Murilo Brito) e meus grandes amigos de São Carlos (João Fidélis, Ricardo, João Lambert, Gabriel Gagetí, Gustavo, Murilo, Elton, Pedro, Luiz Otávio,

Sérgio, dentre outros) por toda a amizade, lembranças inesquecíveis, pelo apoio, sorrisos e comemorações.

Por fim, agradeço principalmente aos meus pais Edmilda e Pedro, à minha avó Elena e ao meu falecido avô Edmir, por nunca deixarem faltar amor, educação, respeito e sorrisos em minha criação. O empenho, o cuidado, a confiança, os sacrifícios e o amor de vocês tornaram todas as realizações possíveis em minha vida. Nada disso seria possível sem vocês.

Resumo

O catolicismo no Brasil desfrutou efetivamente de uma série de vantagens baseadas em sua antiga posição de religião predominante no país, apesar de sua constante redução de adeptos. Verifica-se atuação católica relevante no desenvolvimento da economia solidária, enquanto uma matriz de tal movimento. Diversos estudos abordaram a relação entre o catolicismo e as práticas econômicas solidárias, porém enfocando a organização Cáritas Brasileira, vinculada à CNBB, sem contemplar devidamente outros grupos católicos, como Congregação dos Irmãos Maristas das Escolas, que constitui a outra face católica mais relevante da economia solidária no Brasil. A presente tese se volta para o trabalho de tal congregação religiosa em relação à economia solidária, compreendendo o período entre o início da década de 1990 e 2022. A fundamentação teórica é baseada na intersecção entre o catolicismo de libertação e os princípios da economia solidária no país. A investigação foi realizada a partir de abordagem qualitativa, utilizando-se principalmente da pesquisa documental e entrevistas. O desenvolvimento da pesquisa atravessou três etapas, quais sejam: 1) momento de engajamento dos maristas no apoio a atividades de economia solidária; 2) trajetória do Instituto Marista de Solidariedade, principal organização da congregação; e 3) desenvolvimento das atividades econômicas solidárias, que tiveram ligação com a congregação, após fechamento do Instituto

Palavras-chave: Economia solidária; Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas; Cristianismo da libertação; terceiro setor.

Abstract

Catholicism in Brazil has effectively enjoyed a number of advantages based on its former position as the predominant religion in the country, despite its steady decline in adherents. There is a relevant Catholic role in the development of the solidarity economy, as a matrix for such a movement. Several studies have addressed the relationship between Catholicism and solidary economic practices, but focusing on the organization *Cáritas Brasileira*, linked to the CNBB, without duly contemplating other Catholic groups, such as the Congregation of Marist Brothers of Schools, which constitutes the other most relevant Catholic face of the solidarity economy in Brazil. This thesis focuses on the work of such a religious congregation in relation to the solidarity economy, comprising the period between the early 1990s and 2022. The theoretical foundation is based on the intersection between liberation Catholicism and the principles of solidarity economy in Brazil. country. The investigation was carried out from a qualitative approach, using mainly documental research and interviews. The development of the research went through three stages, namely: 1) moment of engagement of the Marists in supporting solidarity economy activities; 2) the trajectory of the Marist Institute of Solidarity, the main organization of the congregation; and 3) development of solidary economic activities, which were linked to the Congregation, after the closure of the Institute

Keywords: Solidarity economy; Institute of the Marist Brothers of Schools; liberation Christianity; third sector.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	1
LISTA DE TABELAS	3
LISTA DE SIGLAS	4
INTRODUÇÃO	5
1. A CONGREGAÇÃO CATÓLICA INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS DAS ESCOLAS (IIME)	14
1.1 As províncias maristas.....	15
1.2 União Marista do Brasil.....	17
1.3. A pedagogia marista.....	19
1.4. A disseminação dos valores maristas.....	25
2. A TRAJETÓRIA DO INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE	28
2.1. As atividades do IMS em economia solidária.....	30
2.2. O IMS e os governos do Partido dos Trabalhadores.....	36
2.3. O cenário político brasileiro e o fim do IMS.....	39
3. A AVESOL E OS “NOVOS RUMOS” DA ATUAÇÃO DOS MARISTAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	44
3.1. As atividades solidárias da AVESOL: a Rede Ideia.....	47
3.2. As práticas de economia solidária em um Brasil pandêmico.....	54
3.3. AVESOL e o catolicismo marista.....	62
4. A RELAÇÃO ENTRE IGREJA CATÓLICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVOS HORIZONTES	67
4.1. O Papa Francisco.....	68
4.2. <i>Fratelli Tutti</i>	69
4.3. <i>Laudato Si'</i>	75
4.4. A Economia de Francisco: o evento global.....	80
4.5. A Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara: o protagonismo brasileiro e desdobramentos.....	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE	113
Entrevista 1.....	113
Entrevista 2.....	131

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa das províncias do Brasil Marista.....	15
FIGURA 2 - Sede da União Marista do Brasil em Brasília (DF).....	17
FIGURA 3 - Vista aérea do complexo educacional Marista de Ribeirão Preto (SP).....	20
FIGURA 4 - Portaria frontal da Escola Social Marista Irmão Rui em Ribeirão Preto (SP).....	21
FIGURA 5 - Sede do IMS na cidade de Brasília (DF).....	28
FIGURA 6 - Banners de divulgação dos primeiros quatro projetos do IMS (2005-2008)	31
FIGURA 7 – Banner de divulgação do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste	32
FIGURA 8 - Banner de apresentação da Cadeia Produtiva do Pequi (MS).....	34
FIGURA 9 - Sede da Associação do Voluntariado e da Solidariedade	45
FIGURA 10 – Reunião entre a coordenação da AVESOL e as mulheres representantes de empreendimentos (confeção) da Rede Ideia.....	54
FIGURA 11 – Mulheres da Rede Ideia trabalhando na confecção de equipamentos de proteção contra o Covid-19.....	57
FIGURA 12 – Reunião formativa realizada pela AVESOL na plataforma Google Meet em 2021.....	60

FIGURA 13 – Banner elaborado pela coordenação do EoF com as principais vilas temáticas oferecidas para os candidatos selecionados.....	82
FIGURA 14 – Mapa mundial com especificações dos integrantes da vila <i>Business in Transition</i> do evento global Economia de Francisco em 2020.....	86
FIGURA 15 – Conferência de diálogo entre jovens e palestrantes no primeiro dia do evento Economia de Francisco no YouTube.....	89
FIGURA 16 – Reunião da ABEFC realizada online pelo aplicativo Zoom durante a pandemia de Covid-19.....	91
FIGURA 17 – Banner com as iniciativas apoiadas pela Articulação Brasileira pela Economia da Francisco e Clara.....	94

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Médias orçamentárias da Política Nacional de Economia Solidária por Planos Plurianuais.....40

TABELA 2 = Lista de empreendimentos econômicos solidários de artesanato/ confecção e alimentação..... 49

TABELA 3 -- Lista de empreendimentos econômicos solidários de catadores..... 51

TABELA 4 – Lista de empreendimentos econômicos solidários Rede Ideia envolvidos na Campanha “Só a solidariedade não pode parar”58

LISTA DE SIGLAS

ABEFC: Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara

AVESOL: Associação do Voluntariado e da Solidariedade

CFES: Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CUT: Central Única do Trabalhador

EES: Empreendimentos econômicos solidários

EoF: Economy of Francesco

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

IIME: Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas

IMS: Instituto Marista de Solidariedade

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE: Ministério do trabalho e emprego

PAC: Programas Alternativos Comunitários

PPA: Plano Plurianual

PT: Partido dos Trabalhadores

SENAES: Secretária Nacional de Economia Solidária

UMBRASIL: União Marista do Brasil

INTRODUÇÃO

As formas de trabalho no Brasil vão bem além da tradicional relação assalariada, modelar no capitalismo. Predominantemente, compõem o universo do trabalho flexível e informal em suas variadas formas. Uma das alternativas de trabalho nesse universo se dá de forma associada e coletivista, sendo chamada de economia solidária (LIMA, 2007; LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015). Os empreendimentos econômicos, cujos integrantes são movidos por ideais igualitários e democráticos, que compõem a economia solidária, caracterizam-se pela proposta de um modelo cooperativista inspirado no princípio da autogestão¹ (CATTANI, 2003; GAIGER, 2004; SINGER & SOUZA, 2000, SANCHEZ, 2017).

A economia solidária no Brasil teve seu desenvolvimento e crescimento a partir de meados dos anos 1990, mesmo período em que o desemprego se constituía em grande problema social. Como uma das formas de enfrentamento, surgiram os empreendimentos econômicos solidários (EES), voltados de alguma forma também ao combate à pobreza extrema através de experiências comunitárias e associativistas. Essas iniciativas já existiam antes, nos 1980, apoiadas sobremaneira por segmentos católicos (SOUZA, 2013), porém ganharam maiores proporções e visibilidade na década seguinte.

Já no século XXI, a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, entre fins de 2009 e início do ano de 2013, indicou a existência de mais de 19 mil empreendimentos econômicos solidários, distribuídos em 2.713 municípios de todas as unidades federativas². Deste total, aproximadamente 60% configuram novos EES que não constavam em levantamento de dados anterior. O Nordeste liderava o ranking das regiões com maior número de empreendimentos, contabilizando mais 8 mil unidades, representando 40,7% do total nacional (SILVA & CARNEIRO, 2016).

¹ Entende-se por autogestão: “conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

² Embora com deficiências, tal levantamento feito junto com Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, contando com a colaboração do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, é um indicador significativo da existência no país desses empreendimentos associativos.

As iniciativas surgiram a partir do apoio de grupos católicos, sindicatos, universidades, órgãos públicos e organizações não governamentais (ONGs). Nesse meio, atuam alguns sindicatos vinculados à Central Única do Trabalhador (CUT) que também apoiaram tais iniciativas, sobretudo de fábricas recuperadas (PIRES, 2016); bem como determinadas universidades a partir de seus núcleos de extensão organizados em redes; ONGs através do trabalho assistencial e patrocínio a projetos comunitários; o poder público por meio de secretarias e departamentos; e, por fim, entidades religiosas, destacadamente católicas. Entre esses atores sociais que envidaram esforços para o desenvolvimento da economia solidária cabe destacar o papel pela igreja e sua moral, em parte, tradicionalmente coletivista e contrária às feições do capitalismo (LÖWY, 1998; SWEDBERG, 2005).

A atuação da Igreja Católica tem suas bases na caridade cristã, propugnando o auxílio gratuito aos necessitados, algo marginal nas relações mercantis e prevalentes no mundo moderno caracterizado pelo capitalismo industrial (SILVA, 2006). A igreja posicionou-se institucionalmente pela primeira vez, apontando problemas no capitalismo em 1891, com o papa Leão XIII e sua encíclica *Rerum Novarum*, que marca o início do chamado catolicismo social (OLIVEIRA, 2001). Naquele documento foi proposto pelo pontífice a cooperação entre trabalhadores, junto de uma crítica ao liberalismo econômico e ao socialismo ateísta, além de suscitar ideias cooperativistas que viriam a ser implementadas por alguns padres no século XX (SOUZA, 2013).

O exemplo que se sobressai é o do sacerdote diocesano espanhol José Maria Arizmendiarieta, idealizador de uma cooperativa fabricante de aquecedores a gás na pequena cidade de Mondragón, no País Basco, que se desenvolveu de modo a tornar-se o internacional Complexo Cooperativo de Mondragón, considerado a maior experiência cooperativista do mundo (WHYTE & WHYTE, 1988). No contexto da reestruturação produtiva e forte concorrência do capitalismo globalizado, a partir dos anos 1970, tal complexo cooperativo veio a perder parte significativa de suas características iniciais, igualitárias e democráticas (KASMIR, 1996; LIMA, 2004).

No Brasil, o cooperativismo autogestionário católico teve impulso durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com o desenvolvimento dos círculos operários e suas práticas sociais e economicamente inovadoras (SOUZA, 2002).

Nesse mesmo contexto do circulismo, em 1950, o frade dominicano João Batista Pereira dos Santos, sob inspiração dos filósofos franceses Emanuel Mounier e Jacques Maritain e fazendo parte do movimento Economia e o Humanismo - liderado pelo Padre Jean-Louis Lebret - voltou ao Brasil para iniciar um empreendimento relevante. No âmbito de um círculo operário da zona sul paulistana ele constituiu, com o auxílio segmentos intelectualizados de classe média, uma fábrica de móveis requintada ligada a quatro lojas próprias, chamada Unilabor (CLARO, 2004).

A Unilabor foi estabelecida em um barracão com maquinário adquirido por meio de empréstimo bancário. Frei João Batista participava dos trabalhos com os demais operários e dividia a remuneração igualmente com todos os associados. O trabalho realizado na fábrica por João Batista representou uma das expressões mais nítidas do que era proposto pelo catolicismo social da época como a *terceira via cristã* (ÁVILA, 1965; CAMARGO ET AL, 1984; LIMA & SOUZA, 2014). Tal experiência era interpretada por Batista e demais ativistas envolvidos como uma forma de contraponto ao capitalismo - por este gerar desemprego e pobreza - e ao socialismo ateu, sendo ainda uma das experiências voltadas à aproximação entre igreja e operariado (SANTOS, 1964).

Também no catolicismo nacional de meados do século XX, mais precisamente em 1956, foi instituída a Cáritas Brasileira, durante a 3ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), então sob o comando dom Hélder Câmara³. Desde o início, a Cáritas tomou como sua principal finalidade a organização em nível nacional de todas as obras sociais promovidas pela Igreja Católica no país.

Contando com recursos do governo dos Estados Unidos, no âmbito do programa Aliança para o Progresso, a Cáritas Brasileira iniciou suas atividades distribuindo alimento⁴ para segmentos populacionais em condição de pobreza extrema. Posteriormente, nos anos 1960, começou atividades de capacitação profissional com a perspectiva de “não só dar o peixe, mas ensinar a pescar”. Em seguida, ao final da década de 1970 e sob influência politizadora da Teologia da Libertação, começou a organizar atividades questionando o regime militar e

³ Proposta pelo progressista Câmara, a CNBB foi a primeira conferência nacional de bispos formada, sendo algo realmente relevante na descentralização do poder na igreja mundial.

⁴ Doados pelo organismo estadunidense Catholic Relief Services (CRS).

reivindicando políticas públicas. Essas três fases na vida dessa organização católica, presente em todas as dioceses brasileiras, são representadas pela passagem da “caridade assistencial para a promocional e depois para a libertadora” (CÁRITAS BRASILEIRA, 1991)

A Cáritas Brasileira começou praticando o que ela própria designa *caridade assistencial*, algo voltado pontualmente para pessoas tidas como necessitadas e indefesas. Com o fim daquele programa, em 1974, a Cáritas começou a desenvolver um novo modelo de prática caritativa chamada por ela de *promoção humana* ou *promocional*. Já no contexto de expansão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), esse segundo e intermediário modelo se caracterizou pela crítica ao assistencialismo anterior e pela ênfase na educação popular, voltada para o desenvolvimento comunitário. Finalmente, por ocasião do 12º congresso latino-americano da entidade, ocorrido em Santo Domingo (República Dominicana) em 1986, a Cáritas começou oficialmente a desenvolver seu terceiro modelo, o da caridade libertadora (SOUZA, 2011, p. 202 - 203).

Sob a égide de “caridade libertadora”, já nos anos 80, foram organizados pela Cáritas pequenos grupos de geração de trabalho e renda, chamados de Programas Alternativos Comunitários (PACs), contando inicialmente com financiamento a fundo perdido decorrente de agências de cooperação internacional, sobretudo a alemã Misereor. Tais empreendimentos solidários que se espalharam por mais de vinte unidades federativas, havendo entre eles prevalência rural:

(...) formados por agricultores familiares, pequenos proprietários, agregados, arrendatários, meeiros, sem-terra e assentados, todos com prática de agricultura de subsistência e de pequena criação de animais, e que muitas vezes não são atendidos por programas governamentais (SOUZA, 2007, p.164).

A aglutinação de PACs formou o que a Cáritas chama de Economia Popular Solidária. O termo “popular” é explicado pela opção ideológica de trabalhar com pessoas de mais baixa renda e marginalizadas no mercado de trabalho. A experiência de maior relevância no campo da economia solidária, promovida pela Cáritas, é a cooperativa de segundo grau (tipo cooperativista composto por duas ou mais cooperativas) chamada Coosperança, formada por mais de duzentos grupos de produtores rurais e ligada à diocese gaúcha de Santa Maria (SARRIA; ICAZA;

FREITAS, 2006). Tal cooperativa foi formada em 1989 a partir do Banco Esperança da diocese, então conduzida por dom Ivo Lorscheiter⁵.

Auxiliada por outras entidades⁶, a Cáritas foi central para a organização de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), instaurado em junho de 2003. Tal mobilização teve como principal resultado a criação, também naquele que era o primeiro ano do governo Lula, de um órgão específico vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego: a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A conjugação dessa relevante atuação política com a grande capilaridade nacional faz da Cáritas a principal entidade de apoio e organização de iniciativas de economia solidária no país, tendo sido objeto de pesquisas (FORTE, 2008; MAFRA, 2013; SOUZA, 2013).

Embora seja o organismo católico de maior visibilidade no campo da economia solidária, a Cáritas não é a única entidade católica de grande porte a se dedicar às iniciativas comunitárias de geração de trabalho e renda, próprias da economia solidária. Algumas pastorais sociais e congregações religiosas também se envolvem nessa empreitada, sobremaneira no apoio às cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos.

Entre essas e fazendo parte do amplo conjunto de congregações religiosas⁷, destaca-se a do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas (IIME), com ênfase nas atividades realizadas pelo Instituto Marista de Solidariedade (IMS), organismo responsável por importantes feiras e centros públicos de formação em economia solidária. No entanto, ressalta-se que, no primeiro semestre de 2018, o IMS encerrou suas atividades em meio a um momento de crise política e econômica no Brasil, que resultou na insuficiência de recursos para desenvolvimento das suas atividades. Em face disso, a continuidade dos trabalhos em economia solidária dos maristas concentrados no IMS, que se sediava em Brasília, “descentralizou-se” para algumas

⁵ “Dom Ivo, que também presidiu a CNBB, foi o bispo local de 1974 a 2004. Sua empreitada lembra bastante um trabalho semelhante, de assistência social e certa repercussão nacional, realizado por dom Hélder Câmara no Rio de Janeiro (1959-1963), com o nome de Banco da Providência, e em Olinda e Recife (1965-1985), chamado de Operação Esperança” (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

⁶ Entre essas se destacam a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada à CUT, a Rede Unitrabalho de pesquisadores universitários e a também universitária Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares.

⁷ Tendo no Brasil maior destaque as dos: Jesuítas, Franciscanos, Redentoristas, Claretianos, Salesianos e Dominicanos.

outras localidades, sobremaneira a Região Sul, com destaque para a Associação do Voluntariado e Solidariedade (AVESOL), fixada em Porto Alegre.

A AVESOL consiste na instituição responsável por englobar todo trabalho assistencial voluntário, sendo considerada um dos grandes núcleos latino-americanos da congregação. Além disso, apresenta vasta experiência com criação de redes, assessoria e fomento de iniciativas econômicas solidárias, fato decisivo para que assumisse o posto de “sucessora” do IMS.

Levando-se em conta algumas semelhanças entre grande parte das congregações, abarcando as práticas educacionais e assistenciais, o problema desta proposta de pesquisa consiste no questionamento de como se deu a relação entre a congregação católica Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas e a economia solidária, bem como os desdobramentos de tal relação.

Nesse contexto, a pesquisa se dedicou à temática da participação religiosa, predominantemente católica, nas atividades de economia solidária, buscando suprir a ausência de conhecimento sociológico a respeito da relação entre uma das maiores congregações religiosas atuantes no país, com as práticas de economia solidária, enquanto parte integrante dessa matriz religiosa⁸ e com relevância na realização de feiras, desenvolvimento de projetos e composição de redes econômicas solidárias.

A presente investigação visou contribuir também para o preenchimento da lacuna científica na área de sociologia sobre a organização e relevância social de grupos religiosos denominados congregações católicas enquanto objetos de pesquisa, uma vez que grande parte desses estudos estão concentrados nas áreas de: história, teologia e pedagogia (AZZI, 2008; LEONARDI, 2008; NUNES, 2002).

O objetivo principal da pesquisa foi propiciar a compreensão sociológica de como se deu o engajamento e a atuação da congregação católica Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas no desenvolvimento de atividades de economia solidária e que consequências surgiram de tal trabalho. Em outras palavras, buscou-se identificar os motivos, meios e os sentidos envolvidos na inserção e atuação dos maristas nesse

⁸ Ao lado de outras duas grandes matrizes: a sindical e a universitária.

campo social. Tal objetivo levou em consideração o fato de o apoio à economia solidária ser o grande diferencial dessa congregação em face das demais católicas.

A partir deste objetivo central, irradiaram objetivos específicos que auxiliaram na composição do panorama de atuação dos religiosos maristas. Isso se refere, tanto na relação dos religiosos dessa congregação com os leigos católicos, quanto à relação com outras congregações, bem como organizações laicas com as quais há interação e que também realizam trabalho assistencial e/ou voltado para a economia solidária.

São esses objetivos auxiliares específicos: i) compreender como a congregação Irmãos Marista se posiciona e transita entre os campos: educacional, assistencial e econômico solidário nos anos anteriores à década de 90. E se sua postura nessa atuação também se diferencia das outras congregações; ii) identificar a trajetória do Instituto Marista de Solidariedade no chamado movimento de economia solidária, abordando sua fundação, em 1995, desenvolvimento de atividades, e motivos para o fechamento em 2018; iii) compreender as transformações na relação entre Igreja Católica e economia solidária diante das mudanças governamentais brasileiras e do papado de Francisco iv) Delinear o desenvolvimento de atividades econômicas solidárias por parte da congregação após o fechamento do IMS (2018 em diante), tendo como ponto de partida a AVESOL, compreendendo como se dá a relação entre organizações destinadas às práticas econômicas solidárias do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas e outros institutos pertencentes a diferentes grupos religiosos ou não, dentre eles a própria Cáritas Brasileira, principal órgão assistencial da Igreja Católica.

Para que os objetivos pudessem ser alcançados a pesquisa foi feita em três etapas principais. A primeira se destinou à continuidade da pesquisa bibliográfica e documental em portais de notícias, periódicos e registros institucionais da União Marista do Brasil (UMBRASIL), revisitando os elementos históricos da chegada e desenvolvimento da congregação Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, vinda da França ao Brasil, de modo a elucidar sua forma de organização institucional e religiosa, deixando claro também as características dos religiosos maristas, além de destacar a participação e posicionamento dos mesmos nos campos que atuam (religioso, político, educacional, etc).

A segunda etapa voltou-se para a pesquisa documental, debruçada sobre escritos oficiais, periódicos e publicações da congregação religiosa e principalmente do Instituto Marista de Solidariedade, que embora encerrado, apresenta acervo de publicações ainda disponíveis na internet. Além disso, dados fornecidos pelos fóruns de economia solidária que apresentavam vínculos com o IMS e entrevistas com antigos membros do Instituto. Com isso, a etapa foi dedicada inteiramente ao estudo de caso do IMS, abordando sua fundação, o desenvolvimento das atividades e seu fechamento.

A terceira consistiu na pesquisa de campo (feita online) propriamente dita, na AVESOL, com base em entrevistas semiestruturadas com seus dirigentes e ativistas. E da participação no evento Economia de Francisco como jovem selecionado na categoria pesquisador. Tal etapa foi voltada para a análise da atuação marista em economia solidária no cenário mais recente, após o encerramento das atividades do IMS e para a compreensão dos novos horizontes da relação entre catolicismo e economia solidária.

Realizadas as três etapas metodológicas, foi feito um cruzamento dos dados coletados através da pesquisa de campo, juntamente com os dados levantados mediante consulta em bibliografia e documentos disponibilizados pelos fóruns de economia solidária, pelo IMS, pela AVESOL e pela UMBRASIL. Espera-se que tal estudo contribua para o maior entendimento da relação entre religião e economia solidária no Brasil, adicionando à rica tradição católica no referido campo social, a contribuição da congregação Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas.

A continuidade do texto está organizada em mais cinco seções: a primeira consiste na contextualização histórica da congregação dos Irmãos Maristas, abordando sua vinda da França a este país, a formação da União Marista do Brasil (UMBASIL) e sua estrutura organizacional, contando com os eixos de atuação em diferentes campos. A segunda seção apresenta a trajetória e atuação do Instituto Marista de Solidariedade, principal contribuição dessa congregação para a economia solidária, ao longo dos anos de seu funcionamento. Já a terceira seção tem foco na retomada analítica da relação entre catolicismo e economia solidária, sendo norteadas por uma atualização nas práticas econômicas da Igreja Católica, resultante principalmente da publicação de duas cartas encíclicas (teoria) e pela realização do

evento Economia de Francisco (prática). Por sua vez, a quarta seção aborda a continuidade das atividades assistenciais e de economia solidária dos maristas, a partir da pesquisa de campo realizada na AVESOL, elencando sua forma de organização, suas práticas e áreas de atuação (principalmente durante a pandemia de Covid-19). Por fim, a quinta seção contém as considerações finais e as conclusões que a pesquisa realizada proporcionou.

1. A CONGREGAÇÃO CATÓLICA INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS DAS ESCOLAS (IIME)

A congregação Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas foi fundada por Marcelin Joseph Benoit Champagnat, nascido em 1789 em Marlihes, na França, sendo, aos 27 anos, ordenado padre de uma paróquia do município (NUNES, 2002). Em 1817, Champagnat articulou-se com Jean Marie Granjon e Jean Baptiste Audras de modo a se instalarem numa pequena casa em Loire onde iniciaram as atividades do que viria ser a congregação, oferecendo educação religiosa e formal para famílias campesinas locais (FURET, 1989).

Constituindo sede no município de L'Hermitage em 1825, Marcelin Champagnat prosseguiu as atividades de sua ordem religiosa, baseada na atividade educacional, até falecer em 1840. A partir de relatos de curas atribuídas à sua devoção, veio a ser beatificado quinze anos depois, e então canonizado pelo papa João Paulo II, em 1999.

A Congregação dos Maristas, assim como várias outras ordens católicas, se caracterizou por fundar e manter escolas, sendo que no caso dessa agremiação os colégios se espalharam inicialmente da França para a Bélgica e a Inglaterra. Foi somente em 1862 que essa ordem recebeu reconhecimento pleno da parte do papa Pio IX, vindo a instituir, em 1883, o curso superior para a formação dos seus próprios religiosos integrantes.

No ano de 1886, a congregação dos maristas passou por uma fase turbulenta, com a Lei Goblet, que implicou no fechamento de seus estabelecimentos de ensino na França, em face do processo de laicização da educação no país. Isso intensificou a ida dos Irmãos Maristas para outros países, dentre eles o Brasil, onde chegaram em 1897 (NUNES, 2002).

O período entre o final do século XIX e início do XX marcou a chegada de grande número de congregações europeias ao Brasil. Até 1892, o país contava apenas com nove ordens religiosas (femininas e masculinas), sendo que ao final de

1965, ano de um recenseamento católico sobre o tema, havia 316 congregações no total (LEONARDI, 2006).

Dentre elas tem-se as femininas: as Irmãs do Coração de Maria, as Filhas de Caridade, as Irmãs do Bom Conselho, as Irmãs de São José, as Dorotéias, as Franciscanas de São Leopoldo ou Irmãs da Penitência e Caridade Cristã, as Dominicanas de Monteils, as Irmãs de Sion, as Irmãs do Bom Pastor, as Salesianas de Dom Bosco, as Irmãs da Piedade, as Irmãs da Caridade, as Carlistas, as Damas Cristãs, as Irmãs Vicentinas, as Irmãs de Santa Catarina, as Carmelitas, e as Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus

E as congregações masculinas como: os Dominicanos, os Salesianos, os Espiritanos, os Palotinos, os Carlistas, os Agostinianos ou Eremitas de Santo Agostinho, os Dehonianos, os Redentoristas, os Claretianos, os Verbitas, os Cônegos Premonstratenses, os Basilianos, os Irmãos Maristas ou Maristas ou Pequenos Irmãos de Maria, os Agostinianos Recoletos ou Recoletos de S Agostinho e, por fim, os Salvatorianos

Esse grande aumento na quantidade de ordens religiosas se deveu ao crescimento populacional aliado à necessidade de padres no país. A demanda por escolas e hospitais, voltados sobremaneira a segmentos de elite e de classe média contribuiu para isso também.

De acordo com Nunes (2002), a vinda dos maristas para o Brasil ocorreu por meio de um convite feito por dom Silvério Pimenta, bispo de Congonhas do Campo – MG, ao superior geral daquela ordem, conhecido como Irmão Theóphane. Em solo brasileiro a história marista propriamente dita se iniciou em 1897 com cinco religiosos: Andrônico, Luís Anastácio, Afonso Estevão, Basílio, Aloísio e João Alexandre. Nos anos seguintes, seu grupo se difundiu para outros dois estados: São Paulo (1898) e Rio Grande do Sul (1900).

1.1 As províncias maristas

Tal como outras congregações, os Maristas se dividem em unidades chamadas de províncias. No Brasil, são três: a Província Marista Brasil Centro-Norte (composta

por todos os estados da Região Nordeste, além de: Tocantins, Pará, Goiás e norte de Minas Gerais); a Província Marista Centro-Sul (estados do Sudeste junto com: Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), resultante de uma fusão da Província São Paulo com a Província Santa Catarina; e a Província Marista do Brasil Sul, abrangendo também Amazônia (antes conhecida como Província Marista do Rio Grande do Sul e que acabou modificando o nome com a anexação do Amazonas e do Mato Grosso).

Analisar o modo como se divide a estrutura dos Marista auxilia a compreensão de como a congregação coordena suas atividades, cada uma das províncias mencionadas tem liderança e conselho próprio, assim como missões, serviços oferecidos e principalmente calendário provincial específico. Tal modelo de divisão não se restringe apenas ao Brasil, as províncias maristas também são o modelo administrativo adotado pelos outros 79 países onde a congregação está instalada.

Esporadicamente, é realizada uma reunião geral denominada Marista Global, em que representantes de cada uma dessas províncias se reúnem para diálogos e atividades formativas. O lugar a sediar o encontro é sempre um local administrativo provinciano, em abril de 2022, por exemplo, ocorreu em León, na Espanha.



Fonte: UMBRASIL. Disponível em <http://www.umbrasil.org.br/2015/06/ir-inacio-etges-conduzira-a-provincia-marista-brasil-sul-amazonia/>

FIGURA 1 – Mapa de províncias do Brasil Marista

Tal divisão de províncias a nível nacional também ocorre visando facilitar a administração de hospitais, colégios, universidades e veículos de comunicação

vinculados à congregação. Os destaques são: toda a rede de Colégios Maristas espalhados pelo Brasil; as Escolas Champagnat, as Escolas Sociais Maristas espalhados pelo Brasil, o Hospital São Lucas em Porto Alegre, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e do Paraná (PUC-PR); o Instituto Cérebro do Rio Grande do Sul (InsCer), o Hospital Universitário Cajuru e o Hospital Marcelino Champagnat (Curitiba-PR). Em outubro de 2005, foi formada em Brasília uma organização de direito privado destinada a coordenar as atividades dessa ordem religiosa, sendo chamada de União Marista do Brasil (UMBRASIL).

1.2 União Marista do Brasil

A UMBRASIL, situada na capital do país, com sede em um prédio no setor comercial sul da cidade, consiste basicamente em uma associação das Províncias Maristas do Brasil, unidades administrativas ilustradas previamente. Presidida pelo Irmão Renato Augusto da Silva (da província Centro-Norte), é uma organização jurídica de direito privado, integrante do amplo campo do terceiro setor formado das organizações sem fins lucrativos (IOSCHPE, 1997; LANDIM, 1993), que, “baseada nos princípios e valores cristãos, representa, articula e potencializa a presença e a ação marista no Brasil” (descrição contida na seção *Conheça a UMBRASIL* no site oficial⁹).

⁹ Disponível em <http://www.umbrasil.org.br/institucional-2/conheca-a-umbrasil/> Acesso em 09/03/2020.



Fonte: Street View – Google Maps.

FIGURA 2 – Sede da União Marista do Brasil em Brasília (DF)

A partir do que definem como visão estratégica e de forma colegiada, a UMBRASIL dedica-se a empreender ações e projetos comuns e futuros, de modo a gerar conectividade e possibilitar resultados compartilhados; impulsionando sinergia entre pessoas, projetos, serviços e produtos.

A missão estabelecida pela organização consiste em

“promover a vida e a evangelização por meio da educação, da solidariedade e da promoção e defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para uma sociedade justa e solidária nos diversos contextos e públicos, segundo o carisma Marista” (descrição contida na seção *Nossa Missão* no site oficial da instituição)¹⁰.

Tal delimitação de missão já evidencia em partes (“defesa dos direitos” e “sociedade justa e solidária”) a predisposição do principal organismo regulador da congregação à realização de atividades que compõem tanto o campo assistencial quanto o da economia solidária. Porém, vale ressaltar que, com a fundação da UMBRASIL em 2005, esses componentes da missão institucional são na verdade

¹⁰ Idem. Acesso em 9 de março de 2021.

resultados de ações já realizadas pelos maristas ao longo de pelo menos uma década nesses dois campos.

A União declara, em seus documentos, estar em constante busca em tornar-se referência em evangelização, educação, solidariedade, promoção e defesa dos direitos da juventude.

Tais dados denotam a abrangência dessa congregação católica: os maristas estão presentes em 24 unidades federativas, sendo 98 cidades, contando com mais de 27 mil membros religiosos, além de muitos leigos colaboradores, mais de 80 mil alunos em unidades educação básica e de 58 mil alunos no ensino superior. Além disso, ocorrem mais de dois milhões de atendimentos exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e mais de 30 mil pessoas beneficiadas nos projetos de solidariedade.

1.3. A pedagogia marista

O campo educacional é o principal foco do Instituto Marista, sendo considerado a principal missão desde o início da congregação por seu fundador, São Champagnat. De acordo com a UMBRASIL, na área da educação: “almeja-se o diálogo mútuo entre as ciências, as sociedades e as diferentes culturas, promovido a partir de uma perspectiva cristã de mundo.”

Assim nas demais congregações católicas, é tradicional nas escolas maristas o oferecimento da educação religiosa com fundamentos nos ideais de “acolhimento, respeito mútuo e amor”. Segundo a organização, são desses ideais que se desenvolvem as características da educação marista: “presença junto a crianças, adolescentes e jovens, simplicidade nas relações, convivência baseada no espírito de família, formação que desenvolve amor ao trabalho, tudo isso inspirado no jeito de Maria, a mãe de Jesus”¹¹.Essas características são aplicadas no modelo educativo que perpassa a educação básica, educação profissional e ensino superior.

¹¹ Citação retirada da seção Frentes de Atuação – Educação da página oficial da UMBRASIL Disponível em <http://www.umbrasil.org.br/educacao/>. Acesso em 10/04/2020.

Além disso, as escolas maristas de educação básica costumam se dividir em duas modalidades nas localidades onde atuam (sendo exemplos específicos Porto Alegre-RS e Ribeirão Preto-SP): por um lado, os Colégios Maristas particulares e por outro, os Colégios Maristas Sociais, ou apenas Escolas Sociais.

Os colégios maristas particulares fazem parte do chamado grupo de excelência no campo educacional, disputando com outros grandes centros educacionais como Poliedro, Colégio Oswaldo Cruz (COC), Colégio Objetivo e Colégio Salesiano. No entanto, consiste em uma escola destinada para um público de classes média e alta, por pelo valor elevado das mensalidades (em média maior que 2000 reais).

O *modus operandi* dos colégios obviamente varia de unidade para unidade e também de acordo com a cidade onde se situa e não é objetivo desta seção estabelecer padrões nas atividades oferecidas nas escolas espalhadas pelo Brasil. Porém, serão apontadas algumas características identificadas a partir de pesquisa realizada no Colégio Marista de Ribeirão Preto (particular).

As atividades oferecidas podem ser divididas em: ensino convencional, diferenciais e internacionalização¹². O convencional consiste em ensino infantil, fundamental, médio, com possibilidade de opção por período integral. Há departamento de vestibulares, serviço de plantão de dúvidas e desenvolvimento de testes simulados; basicamente tudo que a maioria das outras escolas particulares oferecem.

A categoria “diferenciais” consiste em uma infusão de elementos de diferentes campos sociais (BOURDIEU, 1996). No projeto educacional, esses elementos são: 1) núcleo de atividades complementares, contando com a coordenação nas atividades relacionadas com esporte, cultura e arte; 2) cuidado integral que objetiva potencializar o atendimento integral a estudantes, promovendo o cuidado permanente, a partir da promoção dos direitos humanos, educação inclusiva e restaurativa, promoção de projetos de vida¹³ na rotina escolar e busca por espaços educativos saudáveis; e 3) núcleo pastoral que tem como objetivo promover o conhecimento e os valores

¹² Diferenciais e internacionalização são categorias estabelecidas pelo próprio colégio.

¹³ De acordo com a escola, o conceito de projetos de vida são ações e projetos que viabilizam a reflexão sobre o futuro profissional e cidadão do estudante.

religiosos, voltados para a solidariedade e o estímulo ao chamado protagonismo infanto-juvenil, próprio da Pastoral Juvenil Marista (PJM).

Além disso, o núcleo pastoral se dedica à realização de atividades religiosas como encontros formativos, crisma, celebrações religiosas (dentre elas a primeira eucaristia). O desenvolvimento de tais atividade, constitui fortemente o traço religioso católico, fazendo-se presente nos diversos colégios particulares, tal como muitas congregações religiosas em relação às suas unidades educacionais.

Finalmente, a categoria internacionalização é voltada para o desenvolvimento de uma escola de idiomas (Marista Idiomas) e de um programa de intercâmbio construído a partir de parcerias com escolas internacionais, sendo as principais: Universidade de Kent (Ohio, EUA), Jesus College em Cambridge (Reino Unido) e Bark Lake (Canadá).



Fonte: Street View – Google Maps.

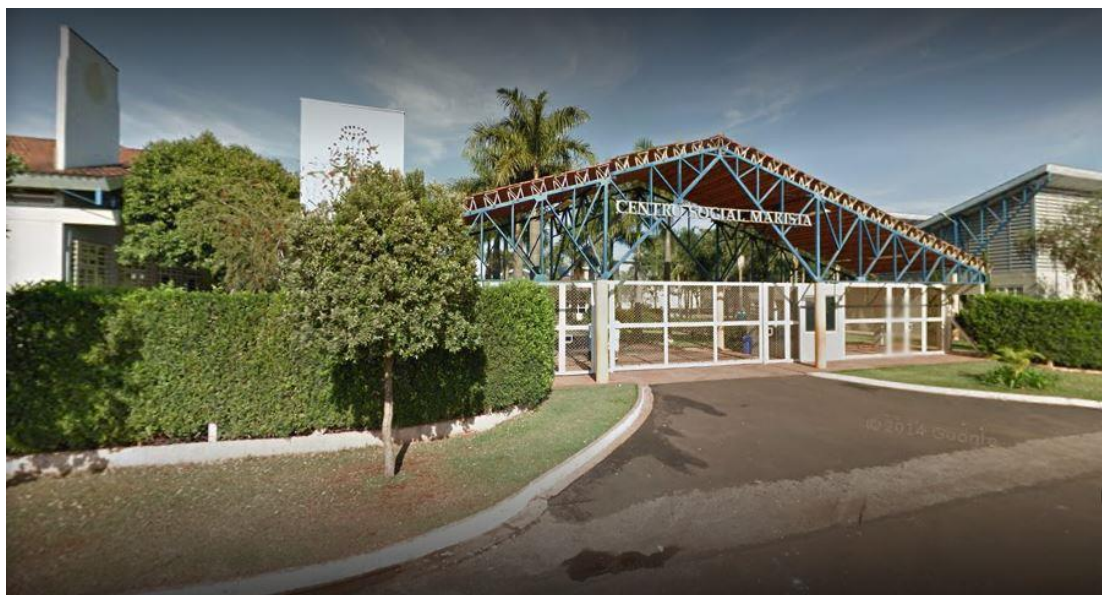
FIGURA 3 – Vista aérea do complexo educacional Marista de Ribeirão Preto (SP)

Por outro lado, o que antes era conhecido comumente como Unidades Sociais Maristas ou Centros Sociais Maristas tornaram-se, no mês de setembro de 2019, Escolas Sociais Maristas. Essa modalidade se remete à atuação das 20 Escolas Sociais da congregação que funcionam em comunidades marcadas pela situação de

vulnerabilidade. Atualmente, as Escolas Sociais atendem mais de 7,5 mil crianças e adolescentes, localizando-se em municípios de Santa Catarina, São Paulo e Paraná.

Os jovens atendidos recebem acesso à educação gratuita, que se estende desde a educação infantil até o ensino médio, além de projetos educacionais e pedagógicos que são realizados fora do período escolar, contando também com aprendizagem profissional por meio de cursos técnicos em algumas unidades. Tal atuação da congregação também se estende às famílias dos jovens participantes e suas comunidades através de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), serviços de atendimento familiar e oferta de cursos livres.

A cidade de Ribeirão Preto também apresenta uma unidade social ou Escola Social Marista, chamada Escola Social Irmão Rui. A partir de breves entrevistas semiestruturadas com professores e colaboradores e pesquisa documental na página institucional da escola na rede social *Facebook*, foi possível compreender como ela é mantida e como atua no município.



Fonte: Foto feita pelo próprio autor em 07/09/2019

FIGURA 4 – Portaria frontal da Escola Social Marista Irmão Rui em Ribeirão Preto (SP)

Diferente do Colégio Marista de Ribeirão Preto (particular), que tem sua sede em uma região central e mais valorizada da cidade, a escola social se localiza na Avenida Manoel Antônio Dias, no bairro Jardim Progresso. O bairro é situado na região

periférica de Ribeirão Preto, marcado por alto grau de vulnerabilidade social, além de apresentar elevadas taxas de homicídio, tráfico de drogas e uma das maiores taxas de contaminação pelo Covid-19 do município.

De acordo com professor da escola social entrevistado, grande parte do bairro se originou a partir de uma ocupação por parte das famílias que ali habitam. As ruas não têm nomes, sendo identificadas a partir de uma numeração. Vale ressaltar que essa iniciativa foi tomada pelos maristas e por outros educadores do bairro.

Em relação ao funcionamento da escola social, as matrículas ocorrem em um período extenso, uma vez que a seleção dos alunos é feita a partir de análises pelo setor de assistência social. A atuação, por sua vez, pode ser dividida em três categorias: ensino convencional, projetos e intercâmbio. O ensino convencional, assim como na modalidade de colégios particulares, consiste no ensino das disciplinas convencionais direcionado para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, com a adição da disciplina de ensino religioso, que, neste caso específico, volta-se também a outras religiões¹⁴. As aulas são ministradas nos períodos de: manhã, tarde e noite.

Os projetos compõem uma iniciativa que busca uma “jornada ampliada”, acontecendo em dias específicos da semana durante o período de contraturno escolar, ou seja, quando as crianças e os adolescentes não estão nas escolas públicas que frequentam. Os jovens matriculados recebem um formulário em que devem preencher as opções de projetos de seu interesse.

Os projetos ofertados são: *Somos+*, utilização de educação financeira como estratégia para enfrentar desafios cotidianos; *MuDança*, busca da compreensão do corpo pela dança enquanto linguagem cultural; *Apoena*, promove ampliação do repertório cultural brasileiro (mapas, histórias, culinária, música, etc.); *Redescoberta*, aprendizado de matemática por meio de jogos e brincadeiras com materiais recicláveis; *Atuação*, aborda os temas como identidade, solidariedade, empatia, cooperação e democracia, com uso da linguagem circense; *Se liga!*, com uso da língua portuguesa, propõe a criação de veículos de mídias promovendo inclusão

¹⁴ Embora a congregação responsável pela escola seja católica, a população atendida é majoritariamente evangélica, como ocorre na periferia de muitas cidades grandes brasileiras, sobretudo no Sudeste.

digital (olhar para o próprio território); *Exploradores do Saber*, incentivo à escrita e leitura; e, por fim, *Eureka!*, projeto de iniciação científica que coloca os jovens em contato com o “fazer ciência”, apresenta parceria com a Universidade de São Paulo (USP – Ribeirão Preto) e com a Casa da Ciência (Hemocentro).

A verba utilizada para manter a escola e promover as atividades vem, em parte, do lucro obtido no Colégio Marista particular e dos fundos do próprio Grupo Marista de Ribeirão Preto, que possui recursos oriundos da participação em processos de arrendamento de terras para usinas sucroalcooleiras do município e região. De acordo ainda com professores entrevistados, o orçamento anual para o funcionamento da Escola Social Marista Irmão Rui é de aproximadamente 800 mil reais.

A partir de tais dados, é possível constatar peculiar inversão na situação marista desde o motivo da sua chegada até esse caso específico da cidade de Ribeirão. Se no final dos anos de 1880 a congregação passava por reveses diante dos distintos fenômenos da secularização (BERGER, 2003) e da laicização (CATROGA, 2006), perdendo assim suas terras no território francês e, com a já citada emissão da Lei Goblet, fechando suas escolas a partir retirada da religião da esfera pública educacional - fatores responsáveis pela emigração da congregação para outros países como já abordado -; na situação observada, é justamente a posse de terras e utilização delas em atividades comerciais não-religiosas, vinculadas com o agronegócio (principal especialidade da região de Ribeirão Preto), que garante a verba necessária para o bom funcionamento das instituições educacionais do Grupo Marista na cidade.

Deste modo, ao ser descrita por um dos professores entrevistados como uma escola que “por um lado nada tem de religiosa, e por outro é religiosa demais”, referindo-se ao processo capacitação dos professores, processos seletivos e até mesmo vínculos empregatícios em relação à presença pastoral e a própria estrutura física institucional, configura algo que pode ser aplicado também ao trânsito de atuações que a congregação faz entre os mais variados campos existentes na sociedade. Isso faz com que, embora seja católica, apresente a mesma habilidade de se adaptar e atuar em campos seculares (ainda que não tão aprimorada) que as conhecidas vertentes neopentecostais apresentam (MARIANO, 2005).

Por fim, vale destacar que a educação, enquanto principal atividade marista, em suas duas principais modalidades (particular e escola social), apresenta de modo mesclado ao modelo convencional iniciativas e ideais religiosos e não-religiosos (contidas principalmente nos projetos) que se articulam com a economia solidária, e, mais do que isso, são características primordiais para a mesma.

São exemplos disso: valorização dos direitos humanos e da cultura, preocupação ambiental, cooperação, projeto de vida, solidariedade, inclusão e democracia. Desse modo, a experiência com as práticas educacionais, seguindo tais princípios desde a idealização do articulador da congregação, Marcelino Champagnat, configura um relevante ponto de partida para a participação dos maristas em atividades de economia solidária.

1.4. A disseminação dos valores maristas

Mas como os maristas transmitem seus valores nas atividades realizadas pela congregação? Para responder tal questão é necessário ter em mente dois aspectos importantes sobre a congregação: o primeiro aspecto está relacionado ao modo de atuação da congregação em suas atividades; e o segundo aspecto refere-se ao conceito¹⁵ de carisma marista.

Sobre o primeiro aspecto abordado, a partir da análise o modelo de organização e de atuação dos maristas, principalmente no campo educacional, foi possível destacar: a divisão racionalizada em dois tipos de colégios (Colégio Marista e Escolas Sociais) recortados pela renda de seus frequentadores; a utilização das terras possuídas pela congregação para atividades comerciais não-religiosas, como o arrendamento de tais terras para usinas sucroalcooleiras e outros setores do agronegócio produzirem, como forma de gerar renda para as instituições educacionais, e a categorização como “nada religiosa” surgida durante a explicação de um professor entrevistado sobre os processos educacionais (como capacitação, seleção, contratação, etc.).

¹⁵ O termo conceito aqui utilizado não se refere a um conceito sociológico como o carisma weberiano, mas sim a um conceito dado pelo campo.

O segundo aspecto, como dito, consiste no conceito de carisma marista, ou seja, o conjunto específico de valores desta congregação. O significado dado pelos maristas para o seu conceito de carisma é seguir os ensinamentos deixados por Marcelin Champagnat como um estilo de vida, conectado ao jeito de ser e agir de muitos que seguiram o legado do fundador.

O carisma marista é simbolicamente representado por três violetas que correspondem a três atitudes espirituais básicas, que na prática se confundem: humildade, simplicidade e modéstia. As três juntas correspondem à essência do “ser marista”. Para o IIME, os orgulhosos não conhecem a Deus, apenas a si próprios, por isso a humildade; “é necessário ser você mesmo diante de Deus (aberto, real, vulnerável), por isso a simplicidade e, por fim, “não sentir necessidade de me intrometer ou me impor aos outros”, por isso, segundo eles, a modéstia¹⁶. Em termos institucionais, a congregação adiciona três componentes ou dimensões fundamentais para esse carisma: Missão, Espiritualidade e Vida Partilhada.

A primeira dimensão mencionada “Missão” se direciona especificamente à difusão do catolicismo. Porém, é uma dimensão que se restringe à educação de crianças, e não é garantida (a conversão ou adesão). A missão é explicada pelo trabalho pastoral aplicado na evangelização de jovens (crianças e adolescentes) e a “formação de bons cidadãos por meio da educação e da ação social”. Entretanto, como pontuado, é algo que não apresenta garantias de sucesso, no âmbito escolar não existem exigências para a conversão do aluno ou obrigatoriedade para a adesão ou qualquer tipo de pré-requisito familiar (além de condições econômicas para custear as mensalidades). Tal fator pode ser explicado pelo fato da obrigatoriedade (nos termos apresentados) possibilitar o surgimento de empecilhos para a aquisição dos serviços ofertados, afastando clientela potencial

A dimensão da espiritualidade refere-se ao que é intrínseco para o irmão marista, endereçado para a própria espiritualidade do indivíduo que já está inserido na congregação, é apostólica e dedicada à figura de Maria, cultivando e vivenciando “valores e virtudes” da santa católica. Concretamente, tal dimensão pouco acrescenta em termos de transmissão dos valores maristas, é muito mais um esforço para que os

¹⁶ Disponível em <https://champagnat.org/pt/as-tres-violetas-humildade-simplicidade-e-modestia/>
Acesso 20/10/2021

adeptos tenham coesão e estejam alinhados com os dogmas da congregação. Vale destacar, que o culto à santa por parte de congregação masculina se mostra minimamente paradoxal por se dedicar a uma mulher e, ao mesmo tempo, vetar a adesão de mulheres à atividade religiosa.

Por fim, a dimensão da vida compartilhada se refere ao modo como a congregação se expressa e se relaciona com o resto do mundo, religioso e secular. É a atuação marista na sociedade, tendo como norte os valores professados pelos integrantes da congregação. Mais do que isso são esses mesmos valores inseridos nos empreendimentos dedicados à solidariedade.

Essa dimensão também apresenta pouco resultado em termos de adesão, é muito mais como uma vitrine, em que os valores maristas são exibidos nos trabalhos assistenciais e empreendimentos de economia solidária, mesmo com a maioria dos participantes desses empreendimentos não sendo membros da congregação. Não chegando a configurar um proselitismo propriamente dito.

Tal dimensão e a relação entre a prática solidária e religião será melhor desenvolvida em outra seção deste texto. Concluindo, a transmissão dos valores maristas está centralizada em suas práticas voltadas para a educação de crianças e adolescentes, que configura como atividade de destaque da congregação na sociedade. Quanto às outras duas dimensões, a “Espiritualidade” está ligada ao próprio adepto como forma de adesão, o “ser marista”, uma reafirmação de si na vida congregacional; e a “Vida compartilhada” configura um mostruário de boas práticas e de ideais apoiados pela congregação fora do campo religioso e majoritariamente no campo assistencial e da economia solidária.

Importante destacar que dentre as múltiplas frentes de atuação marista, as práticas educacionais são as mais desenvolvidas e reconhecidas nacionalmente, principalmente se comparado com o segmento marista de economia solidária, que não apresenta significativo desenvolvimento e fragilidades que serão apresentadas nas próximas seções.

2. A TRAJETÓRIA DO INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE

Quando se trata das atividades maristas em economia solidária, deve-se ter em mente a atuação de um instituto que, embora tenha encerrado recentemente seu funcionamento, acrescentou muito para o campo econômico solidário ao longo dos anos de atividade, junto com a Cáritas Brasileira, sendo ambos católicos. O Instituto Marista de Solidariedade (IMS), por sua vez, foi fundado em 1995 na cidade de Belo Horizonte por religiosos dessa ordem vindos do Rio de Janeiro, sendo o órgão designado por essa congregação para a coordenação das atividades de economia solidária.

Em seus primeiros anos de atuação no país, o IMS buscou canalizar recursos a segmentos populares em estado de grande pobreza e vulnerabilidade. Como já mencionado, tal como a Cáritas Brasileira, este órgão do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas (IIME) iniciou suas atividades pautadas pela chamada “caridade assistencial”, vindo a adquirir também ênfase em políticas públicas, característica própria do catolicismo politizado de esquerda, influenciado pela Teologia da Libertação (SOUZA; BATISTA; PLACERES, 2020).

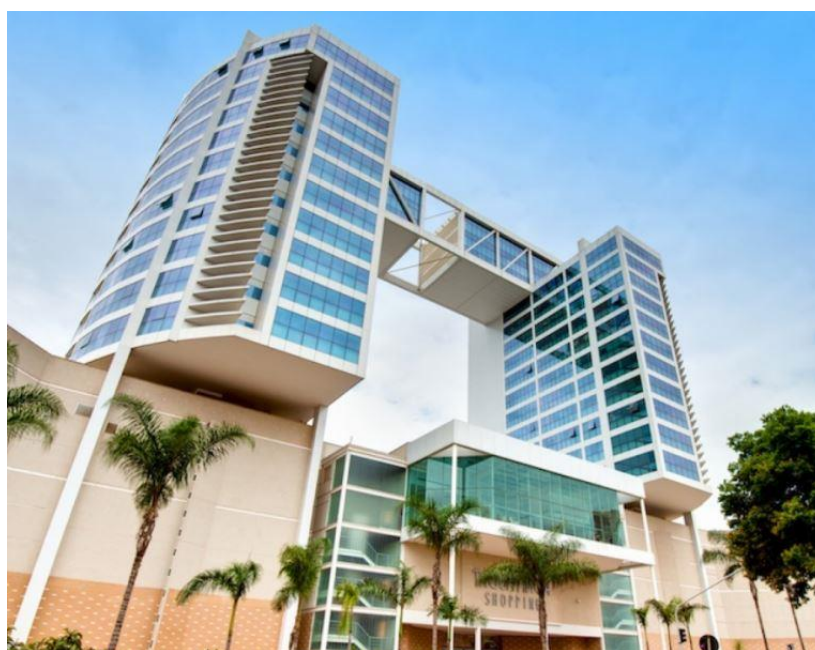
Embora tenha refluído em grande medida (PRANDI; SOUZA, 1996), a Teologia da Libertação nunca deixou de ser influente sobre parte do catolicismo brasileiro. Vale lembrar que ela surgiu em um contexto latino-americano marcado por regimes militares, em que a igreja se tornou uma espécie de abrigo para ativistas políticos.

Em 1971, o padre peruano Gustavo Gutierrez publicou o livro *Teologia da Libertação: perspectivas*, obra que fundamentou os ideais dessa corrente católica (SILVA, 2006). Além dele, a publicação da tese de doutorado de Leonardo Boff na Universidade de Munique, Alemanha, auxiliou nos moldes da construção teórica dessa vertente, tornando-se assim figura central do catolicismo de libertação até os dias atuais¹⁷. Tal perspectiva teológica prossegue influenciando pastorais sociais e organismos católicos, como a Cáritas e o IMS.

O IMS apresentava como sua missão: “assessorar, apoiar e articular pessoas e instituições na defesa e garantia dos direitos humanos para a construção de uma

¹⁷ A publicação das obras de Boff: *Jesus Cristo libertador* (1972) e *Igreja, carisma e poder* (1981) são marcos no desenvolvimento da Teologia da Libertação no país.

sociedade sustentável, justa e solidária”¹⁸. Sendo dirigido por Shirley Silva, suas atividades eram voltadas para a assistência social, tendo sua sede fixada em Brasília, possuindo escritório na mesma localização que duas das suas principais fontes de recursos: a União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE)¹⁹ e mesma cidade que a sede da UMBRASIL; e contando também com uma equipe fixada em Belo Horizonte (mesmo sendo atuante em várias unidades da Federação), atuando com vistas a promover inclusão social através de projetos sociais típicos do chamado terceiro setor (IOSCHPE, 1997; LANDIM, 1993; FERNANDES, 1994).



Fonte: Site Brasilia City²⁰

FIGURA 5 – Sede do IMS na cidade de Brasília (DF)

Tais iniciativas desenvolvidas pelo IMS voltavam-se para a proteção de direitos dos jovens e apoio a pessoas em situação de pobreza. Sendo que em 2007, com seus 12 anos de existência já havia apoiado mais de mil iniciativas sociais e beneficiado aproximadamente 873 estudantes pelo Programa de Apoio à Formação Educacional. De acordo com Carlúcia Maria Silva (2009), que estudou os papéis de agentes

¹⁸ Disponível em <http://www.marista.edu.br/ims> Acesso em 18 de agosto de 2017.

¹⁹ O escritório se localizava no 10º andar da Torre A do complexo corporativo existente nas localidades do Taquatinga Shopping.

²⁰ Disponível em https://www.brasiliacity.com.br/wp-content/uploads/bfi_thumb/taguatinga-shopping-6onxdvcgzibjhmoyusbcd3q7b3rzd6sr0tkmlpjegq.jpg. Acesso em 18/07/2020.

mediadores e atores sociais nas experiências de economia solidária em Belo Horizonte, o IMS atuava em 17 unidades federativas, correspondendo à província marista Centro – Norte, com desenvolvimento de atividades em diversos campos sociais²¹ e destaque para: o educacional, o assistencial e o da economia solidária.

Os maristas estão inseridos inicialmente no campo religioso católico, no qual ocorre a relação entre padres e religiosos com os leigos, internamente, e com outras congregações, externamente.

Pelo desenvolvimento do IMS, os Maristas acabam por se inserir em dois outros campos sociais também disputados por outras congregações católicas: 1) o educacional, como analisado na seção anterior, com a criação de um sistema pedagógico, construção de escolas e universidades de grande porte em várias cidades; e 2) o assistencial, com a dedicação, através do IMS e outras organizações menores, a segmentos sociais vulneráveis por meio da defesa de direitos e busca de emancipação da pobreza, fazendo-se parte, assim, do campo social onde estão as organizações sem fins lucrativos, disputando verbas para o desenvolvimento de suas atividades.

A ênfase na caridade passa também por um processo de racionalização (WEBER, 2004), de modo que leigos e religiosos buscam maior eficiência em suas atividades, preocupando-se também em marcar diferença em relação ao trabalho assistencial evangélico, segmento que é o grande concorrente católico no cenário religioso brasileiro (BATISTA, 2017; SCHELIGA, 2010; SOUZA, 2013; ROSAS, 2012). Assim, verifica-se que o IMS se dedicava a buscar a conciliação entre o trabalho assistencial e de apoio à economia solidária. Como dito previamente, o Instituto adquiriu significativa relevância para o movimento nacional de economia solidária.

2.1. As atividades do IMS em economia solidária

Retomando a relação entre os campos, ao longo da história do IIME, está sendo eles: religioso, educacional e assistencial, ela é bastante explícita, tanto que configura algo comum entre a maioria das congregações (tendo como um dos exemplos os

²¹ Vale lembrar que campo social (BOURDIEU, 1996) é uma espécie de estrutura em que indivíduos e organizações estão inseridos de modo a disputar proeminência e também compor alianças estratégicas.

Salesianos). Porém, quanto à inserção no campo da economia solidária, ela se apresenta como um fator de diferenciação em relação às demais ordens religiosas. A abordagem sociológica do IMS, por sua vez, retoma de algum modo a reflexão a respeito da relação entre atividades assistenciais e as de economia solidária (SINGER; SOUZA, 2000).

O IMS almejava, por meio de seu Programa de Apoio à Economia Solidária (PAES): “promover a inclusão do indivíduo na produção, apoiar e assessorar o desenvolvimento de metodologias participativas para a educação popular e economia solidária e apoiar desde a organização solidária até a comercialização e o consumo solidário”²². Tendo como suas principais atividades realizadas: o Projeto Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária²³; o Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária; o Programa Catavento; o Programa Nacional de Comércio Justo e Comércio Consciente: feiras em redes de economia solidária e agricultura familiar; o Centro de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária – Rede CFES Sudeste, o Projeto Nacional de Comercialização Solidária – PNCS, e Cadeia Produtiva do Pequi (MS), de acordo com relatório disponibilizado no *website* do próprio IMS²⁴.

O Projeto Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária (2005-2006) apresentou como resultados: o desenvolvimento de metodologias para organizar feiras de economia solidária no Brasil; a elaboração de um termo de referência para a realização das feiras; articulações estaduais em todo território nacional a partir dos fóruns de economia solidária, realização de 18 feiras estaduais envolvendo aproximadamente 1.200 empreendimentos econômicos solidários em 18 unidades da Federação, e a elaboração da Pesquisa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária (PAFES), como relevante instrumento de monitoramento e avaliação das iniciativas afins.

Com apoio do governo Lula e da Fundação Branco do Brasil, o Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária (2006-2007) consistiu em uma atualização

²² Seção “Economia Solidária” do site do IMS. Disponível em http://www.marista.edu.br/ims/?page_id=2567 Acesso em 19 de agosto de 2017.

²³ O IMS disponibiliza inclusive uma cartilha online sobre “Como organizar feiras de economia solidária”. Disponível em http://www.marista.edu.br/ims/?page_id=1243 Acesso em 19 de agosto de 2018.

²⁴ Disponível em https://marista.edu.br/ims/?page_id=762 . Acesso em 20 de outubro de 2018.

e avanço nas conquistas do projeto elaborado nos anos anteriores. Seus resultados foram: aperfeiçoamento das metodologias de organização de feiras, previamente estabelecidas; expansão da articulação estadual pelo território com novos fóruns de economia solidária; realização de 29 feiras solidárias, envolvendo 3.595 empreendimentos, sendo 26 feiras estaduais, uma feira temática, uma feira nacional e uma feira internacional, contando com público visitante de 755.530 pessoas; e o aperfeiçoamento da PAFES.

O Projeto Catavento (2006-2007), por sua vez, consistiu em uma atividade mais restrita aos maristas no quesito organizacional, contando com apoio do Governo do Distrito Federal e com a Comissão de Defesa dos Direitos Humano, em um movimento para combate e redução do trabalho e abuso infantil, seus produtos foram: implementação de mecanismos de prevenção e erradicação do trabalho infantil, assim como de transformação de realidade socioeconômica das famílias, assegurando às crianças os direitos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e na Constituição Federal.



Fonte: Instituto Marista de Solidariedade – IMS – Projetos Concluídos.

Figura 6 – Banners de divulgação dos primeiros quatro projetos do IMS (2005-2008)

Entre os anos de 2007 e 2008, o IMS elaborou o Programa de Promoção do Comércio Justo e do Consumo Consciente: feiras em rede de economia solidária e agricultura familiar em união com o Governo Federal, Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Fundação Banco do Brasil. A iniciativa resultou na elaboração de um livro

sobre as práticas do comércio justo, a consolidação das metodologias organizacionais de feiras de economia solidária e a realização de 25 feiras (sendo 23 estaduais e duas feiras internacionais) envolvendo 3.198 empreendimentos econômicos solidários e público visitante de 304.950 pessoas.



Fonte: Instituto Marista de Solidariedade – IMS – Projetos Concluídos.

Figura 7 – Banner de divulgação do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste

Os Centros de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste – CFES Sudeste (2009-2012), que também contaram com a parceria do Governo Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do FBES, apresentou como objetivo ser um centro formador de educadores e gestores públicos que atuavam conjuntamente com os EES na Região Sudeste do país. Além disso, de acordo com registros do próprio IMS, podem ser elencados os seguintes objetivos:

consolidar o Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste, considerando o acúmulo das experiências anteriores em formação e assessoria técnica, na perspectiva da educação popular continuada; promover processos educativos em economia solidária, contemplando o público dos programas, projetos e ações governamentais nos campos da formação, qualificação social,

profissional, alfabetização, elevação da escolaridade, que permitam alguma interface com a Economia Solidária. garantir, ainda, formação com ênfase para a assessoria técnica voltada para a organização da produção, comercialização, finanças solidárias, bem como, para o planejamento territorial, a atuação em redes e cadeias, para a inclusão de segmentos populacionais e de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, com vistas para o desenvolvimento territorial sustentável e para a superação da pobreza extrema; contribuir para uma maior organicidade dos/as educadores/as em Economia Solidária, através da consolidação da Rede de Educadores/as em Economia Solidária da Região Sudeste e seus respectivos Estados; promover processos de produção do conhecimento, a partir da sistematização dos momentos de “ação-reflexão-ação” vivenciados nas atividades educativas, visando o fortalecimento da Economia Solidária e fornecendo subsídios à construção da Política Nacional de Formação e Assessoria Técnica para a Economia Solidária, a cargo do Governo Federal e em relação com o Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNAES. (Seção Rede CFES Sudeste do antigo website do IMS)

Concretamente, o projeto contou com a realização de 63 oficinas locais, 26 cursos estaduais, 14 seminários e cursos regionais e 33 reuniões de articulação em que foi construído o projeto político e pedagógico para o movimento de economia solidária dos estados da Região Sudeste. No geral, ocorreram 148 atividades de formação envolvendo em torno de 3.900 participantes. Tal projeto também contribuiu para a formação política dos EES, que puderam aplicar o conhecimento adquirido em suas práticas cotidianas.

Adiciona-se a isso a relevante parceria com a SENAES, de modo a alavancar a racionalização, no sentido da profissionalização dos indivíduos atuantes nos EES. Vale ressaltar que o projeto, que também contou em certa medida com a cooperação da UBEE (importante fonte de verba do IMS, já citada), configurou um dos principais símbolos da ação marista a partir da expertise adquirida nos variados campos: assistencial, econômico solidário e educacional.

Sobre o Projeto Nacional de Comercialização Solidária (2009-2013) pode-se dizer que foi um passo estruturante para as políticas brasileiras de comercialização solidária. Foi por meio dele que se desenvolveram muitas atividades de formação e capacitação. Também foi consolidada a própria identidade e o conceito de

comercialização solidária, e fortaleceu-se também a metodologia de feiras econômicas solidárias.

Como frutos adicionais foram promovidas 109 feiras solidárias dentre as mais variadas modalidades (regionais, temáticas, nacionais, internacionais, etc.), que além de comercializarem, divulgaram a economia solidária em diversas localidades, auxiliando no seu fortalecimento. Foi também estruturado o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), contando com a participação de 140 EES, fomento à inserção da agricultura familiar nos mercados, divulgação de iniciativas de comércio justo, e desenvolvimento de materiais didáticos e metodologias participativas sobre comercialização solidária. De acordo com dados disponibilizados pelo próprio IMS, o projeto envolveu 16.774 pessoas, sendo 5.329 homens e 11.445 mulheres.



Fonte: Instituto Marista de Solidariedade – IMS – Projetos Concluídos.

Figura 8 – Banner de apresentação da Cadeia Produtiva do Pequi (MS)

Por fim, a Cadeia Produtiva do Pequi – MS (2013-2015) o último dos projetos analisados, contando com a parceria do Governo Federal, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), da Rede Cerrado e do Governo dos Estados Unidos da América, apresentou como produto a qualificação em boas práticas de manejo florestal e produção de mudas de pequi de 120 agricultores e indígenas; produção e distribuição de 5.200 mudas de pequi; produção do Guia da Cadeia Produtiva do

pequi; produção do Manual de Boas Práticas de Produção de Alimentos; criação de espaço reservado para comercialização solidária; distribuição de equipamentos para criação de três agroindústrias em três assentamentos rurais; criação de identidade visual para os EES e rótulos para os produtos; elaboração de plano de negócios; auxílio na elaboração de políticas públicas para o pequi; geração de renda para as famílias assentadas e valorização e respeito às comunidades da região do cerrado.

Nota-se que, embora o IMS participasse de outras muitas iniciativas locais, esta seção focou os sete exemplos com maior projeção nacional e que apresentavam registro nos arquivos do próprio instituto, uma vez que o mesmo já não se encontra ativo. A importância da projeção nos programas e projetos auxiliou na compreensão sobre as parcerias governamentais e com outras repartições do Governo Federal (Ministério do Trabalho, a extinta SENAES, etc.). Tais dados proporcionam a construção do conhecimento acerca de como ocorria a captação de recursos para o funcionamento do IMS.

Como apontado pela entrevistada Daniela Pimentel ²⁵, supervisora administrativa da AVESOL e que mantinha relações com o IMS dentro do grupo dos maristas, o Instituto Marista de Solidariedade tinha como fonte econômica a UMBRASIL, assim como da própria Província Marista Centro-Norte, da UNBEE; e, principalmente, os recursos vindos do Governo Federal e da SENAES, a partir do desenvolvimento de projetos nacionais.

2.2. O IMS e os governos do Partido dos Trabalhadores

A relação do IMS com os governos federais petistas ao longo do tempo foi bem sucedida a ponto de se materializar nos programas apontados, cujos resultados alavancaram e auxiliaram no desenvolvimento e divulgação da economia solidária em todo o território nacional. O recorte temporal observado nos projetos consiste no período de 2005 a 2015, anos marcados pelos governos do Partido dos Trabalhadores

²⁵ Daniela Pimentel é supervisora administrativa desde 2012, no entanto, sua entrada na AVESOL ocorreu no ano de 2004 como voluntária, além disso, Daniela participa das reuniões da comissão organizadora da VI Plenária Nacional de economia solidária, é a representante dos Maristas no FBES e participou de encontro realizado na PUC-SP que determinou a formação da Associação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara.

(PT), os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o mandato de Dilma Rousseff (2011-2016). Tal aproximação entre a economia solidária e o Partido dos Trabalhadores é uma das consequências do cristianismo da libertação (SOUZA, 2013; SOUZA; BATISTA; PLACERES, 2020).

Em especial, o ano de 2003, que correspondente ao início do Governo Lula, foi marcante para o campo da economia solidária em termos de política pública. Foi nele em que ela foi institucionalizada em nível federal²⁶. Isto se deu por meio da Lei n. 10 683 e do Decreto n. 4 764, que sancionaram a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, pasta ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Evidentemente, a criação da SENAES decorreu da mobilização empreendida pelo movimento nacional de economia solidária, tendo tal órgão surgido concomitantemente ao lançamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em julho de 2003. Ressalta-se que a SENAES surgiu a partir da mobilização de diversos atores sociais do campo econômico solidário e importantes integrantes e lideranças de movimentos sociais que ascenderam ao poder conjuntamente com o PT (NAGEM; SILVA, 2013).

A SENAES, sob o comando do professor de economia da Universidade de São Paulo, Paul Israel Singer, durante a maioria dos anos de existência, se tornou o órgão do governo responsável por implementar a política pública de economia solidária por meio das transferências de recursos a estados, municípios, universidades e organizações integrantes da sociedade civil que desenvolviam projetos de apoio e fomento de EES. As ferramentas de transferência utilizadas eram convênios, termos de parceria, termos de fomento e termos de colaboração, meios pelo qual o IMS captava recursos.

Em termos de avanço institucional da economia solidária, também é possível destacar o envolvimento da SENAES com outros ministérios: o estabelecimento de parcerias com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), sendo a economia solidária uma estratégia de

²⁶ Destaque para o âmbito federal, uma vez que o primeiro programa de política pública em economia solidária surgiu a partir de um governo estadual do PT no Rio Grande do Sul (1998-2002): o Programa de Economia Popular Solidária (Ecopopsol). Este foi considerado pioneiro no país no estabelecimento da economia solidária como estratégia de política pública (NAGEM; SILVA, 2013).

prevenção da violência; parcerias com o Ministério da Educação (MEC), englobando desde o apoio às incubadoras universitárias de cooperativas populares à política de Educação de Jovens e Adultos (EJA); relação com o Ministério da Saúde na elaboração e manutenção da Política de Saúde Mental; o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a partir do desenvolvimento de estratégias de segurança alimentar; parcerias relevantes com o com o Ministério da Cultura (MinC), o Ministério do Turismo e o Ministério da Pesca e Aquicultura (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017).

Ainda nesse sentido, convém pontuar as relações e parcerias com outras instituições, bancos e órgãos governamentais:

(...) o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no suporte ao Sistema de Informações em ES e no Boletim Mercado de Trabalho (seção de ES); com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no suporte às ações do Sies, apoios às incubadoras e nas tecnologias sociais; no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social (BNDES), se estabeleceu uma linha de crédito para empresas recuperadas, a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis; o Banco do Nordeste (BNB), o apoio aos Fundos Rotativos Solidários; o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, com apoio aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento; com a Secretaria Especial de 239 Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), nas ações de etnodesenvolvimento e ES em comunidades quilombolas; assim como a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) assumiu a inclusão da ES, no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017, p. 238-239).

Deste modo, destaca-se que o sucesso do IMS enquanto principal organismo marista a se destacar no campo da economia solidária deveu-se majoritariamente ao desempenho de um papel desenvolvido que fora desenvolvido por organizações não-governamentais, em um processo que se iniciou ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e perpassou o Governo Lula, tal papel se refere ao de executora de políticas públicas

A adoção de ONGs como executoras de políticas públicas em parceria direta com o Estado por meio de um processo denominado de publicização – que consiste na transferência de serviços essenciais desempenhados pelo governo vigente. Isso teve início com a formação do programa Conselho de Comunidade Solidária em 1995, capitaneado pela então primeira-dama, a antropóloga Ruth Cardoso (MEIRA, 2011).

Com objetivo de realizar o diagnóstico de problemas existentes, traçar estratégias de atuação e mobilizar as comunidades instrumentalizando entidades destinadas a atender as necessidades comunitárias, o programa teve como prioridade construir e participar vinte projetos diferentes (MEIRA, 2011; PELIANO et al, 1995) em busca de convergir ações nas referidas comunidades. Meira (2011, p.6) aponta que dentre os principais resultados do programa Comunidade Solidária está o “crescimento exponencial do número de ONGs no Brasil, principalmente tendo em vista que o poder público se tornara uma importante fonte de financiamento para esse tipo de atividade”.

Concomitantemente e como consequência direta do aumento do número de ONGs, estas cada vez mais, passaram a desempenhar o papel do Estado, vale ressaltar ainda que muitas dessas organizações foram instrumentalizadas com o intuito da apropriação de bens públicos (MEIRA, 2011). Tal quadro se expande para os governos do PT (mandado duplo de Lula e primeiro mandato de Dilma Rousseff), cenário em que o IMS atingiu seu auge em termos de atuação, mantendo a função de execução de políticas públicas.

No caso do IMS, a organização, a credibilidade vinda da congregação adquirida principalmente com o trabalho desenvolvido no setor educacional, e a localização da sede da UMBRASIL ser em Brasília, possibilitaram para a organização se mostrar uma eficaz executora de políticas públicas, e quanto mais executavam, mais projetos garantiam para si. Assim, a relação entre o instituto e o Governo Federal foi se estreitando cada vez mais, assim como a dependência exclusiva de verbas e investimentos capitalizados a partir dos projetos sociais a serem executados pela organização.

2.3. O cenário político brasileiro e o fim do IMS

O governo de Dilma Rousseff, no entanto, foi marcado por percalços e reveses, tanto no campo da economia solidária quanto na SENAES especificamente. O conturbado cenário político e econômico brasileiro, contundido pelo ajuste fiscal e a recessão, no segundo mandato da presidenta, teve desdobramentos negativos para

as classes populares, com aumento das taxas de desemprego e sucessivos cortes em políticas sociais (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017).

Adiciona-se a isso, a publicação da Secretaria em 18 de fevereiro de 2016, discorrendo sobre a possibilidade de ocorrer redução na SENAES a uma subsecretaria, que continuaria atuando dentro da pasta do MTE. De acordo com Arcanjo e Oliveira (2017, p.243), “a referida Carta cita o ajuste fiscal e um quadro de arrefecimento da economia, com redução da arrecadação; uma crise política, manipulada por forças retrógradas contrárias ao desenvolvimento de políticas sociais inclusivas”.

Vale lembrar, que em 2004, ocorreu importante marco para a política de economia solidária, com a SENAES apresentando, de modo inédito, orçamento próprio, embora o seu valor anual do orçamento não tenha representado sequer 1% do orçamento do Ministério do Trabalho (CASTILHO, 2020). Deste modo, a política de economia solidária passou a integrar o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, apresentando o orçamento total de R\$170 milhões aprovado para os anos destacados. Castilho (2020), destaca que tal ação significou a concentração de 66,5% do orçamento destinado ao fomento de atividades que geram trabalho e renda de modo autogestionário.

O PPA 2008-2011, por sua vez, teve orçamento aprovado em torno de R\$ 208,1 milhões, apresentando significativo aumento em relação ao PPA anterior. O PPA 2012-2015 apresentou relevantes mudanças estruturais a partir da redução no número de programas de aproximadamente 400 para 65 (SILVA, 2018). Além disso, a atuação da SENAES passou a compor o programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e a secretaria capitaneou o fomento para organização e desenvolvimento de cooperativas de reciclagem, representando quase metade do orçamento dela (CASTILHO, 2020).

Um importante dado ligado a análises orçamentárias é o índice de execução orçamentária (IEO), em outras palavras, trata-se da representação percentual de receitas executadas em relação às já aprovadas. Este relevante indicador orçamentário é calculado por Silva (2018) referente a cada ação planejada nos

programas no recorte temporal de 2004 a 2019. Tais médias tornam-se muito mais claras e discrepantes se expostas na tabela abaixo:

TABELA 1 – Médias orçamentárias da Política Nacional de Economia Solidária por Planos Plurianuais

	2004- 2007	2008- 2011	2012- 2015	2016- 2019
Dotação orçamentária (R\$ milhões)	42,7	69,6	144,3	47,7
Valor liquidado (R\$ milhões)	34,3	30,1	33,7	11,2
IEO (%)	80,5	43,2	23,6	24,9

Fonte: (SILVA, 2018, p. 34; CASTILHO, 2020).

Fica evidente ao analisar a tabela que a dotação orçamentária destinada para a SENAES no PPA 2016-2019 apresentou impactante redução, especialmente se comparadas com os índices dos PPAs anteriores, especificamente 70% a menos que o período entre 2012 e 2015. Tal redução significa a limitação na capacidade de atendimento projetado pela secretaria.

Castilho (2020) salienta que as mudanças político-institucionais tiveram papel de destaque em termos de prejudicar o desenvolvimento e execução das políticas de economia solidária. Os meses finais do ano de 2015 marcaram a fusão do Ministério do Trabalho com o Ministério da Previdência Social, por meio da medida provisória (MP) nº 696. Por sua vez, a SENAES, mesmo apresentando evidente mudança na dinâmica operacional, continuou como secretaria, fato que não duraria muito tempo.

Em agosto de 2016, o impeachment de Dilma Rousseff foi aprovado no plenário do Senado Federal, deixando, definitivamente, o cargo da Presidência da República com o vice Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Este acontecimento apresentou grandes reflexos na SENAES e nas políticas públicas de economia solidária em todo território nacional (com cortes de políticas sociais, como

um todo). Se em 2015, a pressão por demandas do ajuste fiscal, o governo Dilma já tinha encaminhado a redução da SENAES a uma subsecretaria, a mudança no rumo tomado pelo novo Governo Temer foi além e resultou no afastamento de Paul Singer da Secretaria.

Singer se demitiu sem nenhuma informação ou consulta aos grupos sociais envolvidos no funcionamento da Secretaria e seu cargo foi assumido por um indivíduo sem proximidade com a temática de economia solidária, Natalino Oldakoski (aposentado da Polícia Civil do Paraná). Em novembro de 2016, o ‘golpe de misericórdia’ é desferido causando a extinção da SENAES sendo criada em seu lugar uma subsecretaria de economia solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho. Tal movimento significou o fim de um ciclo de políticas públicas federais de crescimento, fortalecimento, divulgação e expansão da economia solidária.

Porém, o desmanche continuaria. Em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro determinou a extinção do Ministério do Trabalho, e com ele a SENAES também teve o encerramento definitivo da sua existência, a partir da medida provisória nº 870, sendo transformada em departamento integrante do Ministério da Cidadania.

Segundo Castilho (2020), enquanto departamento o órgão ficou associada à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, representando evidente cisão das políticas de economia solidária. É resultante de tal divisão, a vinculação do setor rural (campo) ao Ministério da Agricultura, subordinando-se à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Como aponta Castilho (2020, p. 117), a “fragmentação da Economia Solidária e a separação entre rural e urbano reduzem a força de políticas públicas integradas e retomam a lógica de segmentação”, tal medida incapacitou a representatividade do universo plural representado pelos EES.

Todo esse contexto de mudança e crise na política partidária nacional, refletiu diretamente na atuação da SENAES, fato que, por sua vez, refletiu na captação de recursos para realização das atividades e funcionamento do IMS.

De novembro de 2016 (momento da extinção enquanto secretaria) até novembro de 2017 o IMS passou por uma série de reduções em sua atuação como executora de políticas públicas, dedicando-se a manutenção das redes pré-estabelecidas, e também em relação à sede, abandonando sua antiga instalação e

ocupando o mesmo espaço da sede provincial Centro-Norte, ainda na capital brasileira. É então a partir dessa dificuldade de se manter em atuação pela perda de recursos, que vem a decisão da província de encerrar por completo o funcionamento do IMS.

O modo repentino como o instituto encerrou suas atividades instiga a questionar até que ponto as práticas do IMS no campo da economia solidária tiveram importância para a congregação. Se para a economia solidária, o instituto foi relevante ao contribuir em diversas frentes, do ponto de vista da congregação, os maristas se aproveitaram dos recursos financeiros oriundos das políticas públicas dos governos petistas, apropriando-se deles com objetivos específicos, como apontado na seção, afinal a parceria do Instituto foi apenas com a SENAES. Conseqüentemente, quando tais recursos públicos foram reduzidos e, praticamente, se esgotaram, o IIME pôs um ponto final no IMS.

3. A AVESOL E OS “NOVOS RUMOS” DA ATUAÇÃO DOS MARISTAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como visto previamente, a partir do fechamento do IMS, esta seção se dedica a abordar a continuidade das atividades do IIME no campo da economia solidária. Após o encerramento do principal centro de referência, a atuação pode ser evidenciada em variadas unidades que derivaram das unidades sociais ou escolas sociais. Isso já ocorria mesmo antes do fim do IMS, porém o mesmo era referência e centralizava as ações. No entanto, nesse novo cenário uma organização se destaca, a Associação do Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL). A Associação se destaca por centralizar todas as iniciativas em termos do voluntariado da congregação e ser a atual representante marista no FBES. Além disso, interessa para essa seção analisar e compreender a atuação da organização católica em função das ideias e direcionamentos do Papa Francisco e também da relação com a comitiva brasileira do evento Economia de Francisco e com a própria ABEFC (abordados na seção anterior).

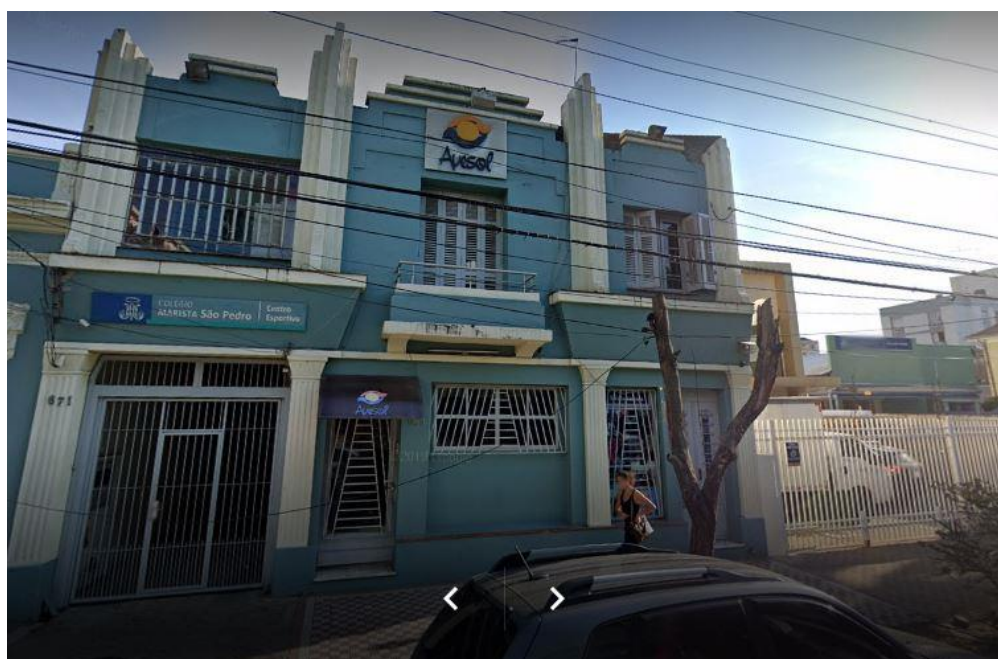
A AVESOL surgiu em 2002, por uma iniciativa dos Irmãos Maristas de organizar a parte de voluntariado, da solidariedade e das ações comunitárias. De acordo com Daniela Pimentel, tais questões são parte do “carisma marista”, mas havia a necessidade de ter um instituto que cumprisse tais tarefas de uma forma mais organizada. O voluntariado, por exemplo, se dava de forma incipiente na maioria das vezes: “a pessoa chegava na rede Marista, se colocava como voluntário e ia atuando”. A lei do voluntariado, de 1998, teve também papel fundamental na institucionalização da iniciativa.

A missão destacada pela Associação é a “de superar as desigualdades sociais através do Voluntariado, da Economia Solidária e da Educação Popular construindo Redes Sociais de Solidariedade” (seção Missão do site institucional da AVESOL²⁷), tendo “solidariedade valorização da vida, ética, carisma marista e justiça social” (*idem*), “almejando tornar-se referência e obter reconhecimento nacional e internacional” (ambiçãõ similar à do projeto educacional da congregação).

²⁷ Disponível em <http://www.avesol.org.br/p/quem-somo.html>. Acesso em 23 de julho de 2020.

Primeiramente, a AVESOL apresenta o intuito de organizar grupos de voluntários e estabelecer relações com outras organizações da sociedade civil, mas, como pontua Daniela Pimentel, supervisora administrativa desde 2011, a ideia inicial era que a Associação não apresentasse vínculo direto com o grupo Marista. Ou seja, fosse independente para poder prestar assessoria com certo distanciamento, não configurando um órgão ligado ao âmbito provincial marista.

A sede da instituição fica situada em um espaço cedido pelo Colégio Marista São Pedro, na cidade de Porto Alegre. A concessão do espaço ocorre através de uma “parceria orgânica” entre ambos, resultada de um acordo entre os religiosos da congregação. Embora seja clara a intenção de afastamento da estrutura e da burocracia marista, ainda ocorre o “ser sem pertencer”, uma vez que o conselho de diretores é composto majoritariamente por irmãos maristas, as atividades destinadas à formação/capacitação ocorrem também em espaços de posse da congregação e as feiras solidárias são realizadas nas unidades educacionais maristas distribuídas pela cidade.



Fonte: Street View – Google Maps.

FIGURA 9 – Sede da associação do Voluntariado e da Solidariedade

A equipe que coordena as atividades é composta pelo: conselho diretor, pelos colaboradores e mais de 64 associados diversos. O conselho diretor tem como membros os irmãos André Luis Dall’Agnol (presidente), Alexandre Fischer (vice-presidente), Ricardo Demenech Fermo (secretário) e Miguel Antonio Orlandi (tesoureiro).

Os colaboradores se dividem nas áreas de atuação da AVESOL: setor administrativo formado por Daniela Pimentel (supervisora administrativa entrevistada) e Caio Piccarelli (auxiliar administrativo); setor de economia solidária formado por Douglas Filgueiras (assessor de projetos), Francisco Ferreira (educador social) e Mariane de Lima Fernandes (educadora social); o setor de voluntariado é formado por Gilmar Pauli (coordenador do voluntariado) e Donavan Machado (voluntário); e, por fim, o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) formado por: Pedro Weyne (advogado), Patrícia Siqueira (assistente social), Jader Adams (auxiliar administrativo), Maria Regina da Silva (agente social) e José Guilherme de Lima Rizzo (educador social).

A forma de relação com a congregação, como aponta a entrevistada, embora marista de acordo com a concepção e estrutura da AVESOL, apresenta “distanciamentos que possibilitam chegar em alguns espaços com maior agilidade, de modo mais dinâmico, do que se fosse preciso passar por todas as instâncias que os maristas têm (conselhos internos, conselho provincial), algo que enrijeceria o trabalho”.

Além do IIME, que aparece como um dos parceiros, e do IMS durante os anos de sua existência, a Associação mantém parcerias com algumas instituições como: a Receita Federal, os Correios, o Rotary International, o Instituto Lyons, o FBES, a ONG Doutorinhos, o Movimento dos Catadores (RS), a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), a FIJO, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (província marista centro-sul), o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH – RO), a Associação Brasileira de Indústria do Café (ABIC), com a Associação Intercomunitária de Atendimento Social (AICAS-Porto Alegre), Associação Caminho das Águas, Instituto Renner, Fundação Irmão José Otão (FIJO), Instituto Ferrão (das Lojas Gandhi e Pompéia), a Cáritas, a Fundação Luterana e a Diaconia.

De acordo com a entrevistada, é através dessas parcerias, principalmente com a Receita Federal, que a AVESOL consegue se manter atuante. Soma-se a isso a captação de recursos por projetos sociais e o repasse de uma a duas parcelas das aposentadorias dos irmãos que integram o conselho diretor, como forma de doação espontânea para a entidade. As parcelas da aposentadoria configuram o recurso para manter a estrutura mínima utilizada pela associação.

A partir disso, a organização iniciou as atividades de acordo com três eixos principais de atuação: 1) o voluntariado e assessoria, motivação inicial para a institucionalização, com a organização e racionalização de grupos voluntários, direcionado também para assessorar a capacitação desses grupos e criação de um fundo solidário, tendo como principal fonte de voluntários a PUC-RS onde existe um núcleo de inscrição para trabalho (unidade pastoral) e também onde alunos, funcionários e professores têm acesso, a AVESOL conta com mais de 1200 voluntários; 2) CRDH, o Centro de Referência em Direitos Humanos, fruto de políticas públicas desenvolvidas pelo governo Dilma Rousseff (2013), hoje mantido por recursos dos próprios maristas (devido à escassez de editais), fornece orientação jurídica e social, além de receber e encaminhar denúncias de violação dos direitos humanos; e 3) a economia solidária, a AVESOL se insere concretamente nesse campo em 2003, ainda com enfoque na capacitação para auxílio na gestão de empreendimentos e articulação entre os grupos, o que culminou na formação de uma articulação específica, a Rede Ideia – Cultivando o Amanhã.

3.1. As atividades solidárias da AVESOL: a Rede Ideia

A Rede Ideia é composta por EES, que, coletivamente, recebem formação e buscam realizar produção, comercialização e divulgação de suas atividades. Esta medida envolve um número considerável de pessoas, que utilizam a economia solidária como fonte de renda e busca de autonomia individual e de suas famílias, como meio de acesso aos seus direitos básicos, e ferramenta de inserção no mundo do trabalho. De acordo com a AVESOL, além do fortalecimento comunitário, “estão consolidando-se como práticas efetivas no resgate dos direitos humanos e no combate à exclusão social”. Além disso, o modelo da rede foi pensado de modo a facilitar a reprodução das suas atividades em diferentes localidades.

A rede surge a partir de grupos que eram assessorados pela Associação como resultado do trabalho com a formação de lideranças (inclusive o próprio nome da rede foi determinado coletivamente pelos EES). Descrito por Daniela Pimentel como uma “ação de multiplicadores”, a AVESOL trabalhava de maneira conjunta com os representantes dos diversos grupos assessorados e esses grupos, ao mesmo tempo, interagiam entre si, intercambiando técnicas de produção, materiais, e estabelecendo conexões entre si.

O fomento e a assessoria da rede são feitos por meio de iniciativas lançadas em parceria da AVESOL com o IIME e outros institutos e empresas (citados previamente como parceiros). Dentre os principais programas elaborados se destacam o Programa Comunidade Produtiva, que contribuiu para o desenvolvimento sustentável dos EES; e o Projeto Fortalecendo a Rede Ideia, que por meio de uma parceria entre AVESOL e Instituto Renner, pode auxiliar na melhoria de qualidade dos produtos, gestão e a própria comercialização.

A rede é composta por aproximadamente 150 empreendimentos. Como atividades em rede são realizadas reuniões mensais com alguns representantes para questões de coordenação, reuniões anuais de planejamento participativo, compras coletivas de produtos e matérias primas, e também encontros de formação para membros ativos e possíveis ingressantes.

Durante as reuniões mensais, vale ressaltar que ocorrem círculos de estudos, debates e apresentações sobre temas ligados à economia solidária e também sobre os seus componentes fundamentais, fazendo com que os associados tenham acesso inclusive a produções científicas desenvolvidas em universidades. São exemplos de temas abordados: a autogestão (CATTANI, 2003; GAIGER, 2004; LIMA, 2004; SINGER & SOUZA, 2000); a democracia e a economia solidária (SINGER, 2002); economia solidária, feminismo e emancipação (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHURR, 2014; NOBRE, 2013); economia solidária e religião (SOUZA, 2013; SOUZA; BATISTA; PLACERES, 2020); etc.

A constituição da rede pode ser dividida em três grandes grupos, de acordo com a categorização dos EES: artesanato/confecção, alimentação e catadores/centro de reciclagem. Os dois primeiros tipos, artesanato/confecção e alimentação compõe

aproximadamente 60% dos EES totais da rede, com 88 empreendimentos representados. Grande parte das parcerias com institutos de empresas são atraídos pelo setor de confecção da Rede Ideia, que já teve sua marca lançada com uma primeira linha de roupas, e, além disso, fechou parcerias de distribuição de peças em jeans com a PUC Store - loja mantida pela PUC-RS, também parceira da rede, que incentiva comercialização de produtos de EES.

TABELA 2 – Lista de empreendimentos econômicos solidários de artesanato/ confecção e alimentação

LISTA DE EES DA REDE IDEIA	
1	EES A.C Fio a Fio
2	EES ABS Biju
3	EES Acorde Mulher
4	EES AGAC - Associação Gaúcha de Artesanato de Cachoeirinha
5	EES AGAI
6	EES Alecrim Dourado
7	EES AMES
8	EES Amo Crochet
9	EES Amor à Vida
10	EES Art' Pra Você
11	EES Arte Absoluta
12	EES Arte Atual
13	EES Arte Biju
14	EES Arte é Vida
15	EES Arte em Panos e Fios
16	EES Arte Latina
17	EES Arte Mae. Coop. 20 Nov
18	EES Arte Mania
19	EES Arte Mulher e Ly
20	EES Arte Panos e Fios
21	EES Arte Reciclada
22	EES Artes Baby
23	EES Artesanarte
24	EES ASMOBRAS
25	EES Assoc. Batista Xavier
26	EES Associação Clube de Reciclagem Morro da Cruz
27	EES Associação Construção – ACON
28	EES Associação Ilhéus Ecológico
29	EES Associação Viamonense de artesãs – AVA

30	EES Associarte
31	EES Ateliê das Amigas
32	EES Bonecas de Trapo
33	EES Brique da Liberdade
34	EES Campo da Tuca
35	EES Cantinho da Arteira
36	EES Casa d' Santo
37	EES Ciclo Reverso
38	EES Coisas da Vovó
39	EES Coop.Mãos Amigas Confecção
40	EES COOPEARTE
41	EES COOPERBOM
42	EES Costurando Amizades
43	EES Ecosouvenir
44	EES Esperança de um dia melhor
45	EES Estrela de Luz
46	EES Expressão da Arte
47	EES Fazendo Arte
48	EES Fazendo e Criando
49	EES Feito a Mão
50	EES Feito por Nós
51	EES Grupo Multi
52	EES Haja Luz
53	EES Joaninhas Faceiras
54	EES Lilás hortênsia
55	EES Lipe Artes
56	EES Luart's
57	EES Ly Variedades
58	EES M.G. Artes
59	EES Mania de Artesanato
60	EES Mãos de Fada
61	EES Mãos de Fibra
62	EES Mãos Pompeianas
63	EES Mãos Que Criam
64	EES Marú
65	EES Mimos em E.V.A
66	EES Misturando Arte
67	EES Mulheres D Cor
68	EES Mulheres de Fé
69	EES Multi Coisas
70	EES Mundo Afro
71	EES Panos e Rendas
72	EES Pintando Presentes
73	EES Ponteio Design

74	EES Porto Arte
75	EES Reciclando Idéias
76	EES Renascer
77	EES Reunindo Arte
78	EES Rozú Balú
79	EES Show de Delícias
80	EES Só Artes
81	EES TC Couros
82	EES Tia Nina
83	EES Toka da Arte
84	EES Toques de Anjos
85	EES Traços Arteiros
86	EES Transformando Arte
87	EES Trufas da Line
88	EES Vovó Arte

Por conseguinte, os empreendimentos de catadores ou galpões de reciclagem representam (sozinhos) aproximadamente 40% dos EES da rede, com 58 empreendimentos representantes. Os trabalhos com catadores também representaram um marco em parcerias no ano de 2013, com a participação da GERDAU, renomada empresa brasileira de siderurgia, e da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) – empresa privada internacional dedicada a projetos de cooperação e desenvolvimento sustentável cujo principal acionista é o governo federal alemão. O projeto de reciclagem inclusiva buscou melhorar a gestão, a produção, e a relações de trabalho entre os indivíduos nos galpões de reciclagem.

TABELA 3 – Lista de empreendimentos econômicos solidários de catadores

Lista de galpões de catadores/reciclagem	
1	UT ACA SJ - Associação de Catador de Salto do Jacuí
2	UT ACCA - Associação de Catadores de Cruz Alta
3	UT ACCSI
4	UT ACLAN
5	UT ACRER
6	UT Anitas
7	UT Anjos da Ecologia
8	UT ARCA - Associação de Recicladores de Cruz Alta
9	UT AREPRICA - Associação do Bairro Primavera de Cruz Alta
10	UT AREVI - Associação de Recicladores Esperança da Vitória

11	UT Arevipa
12	UT ARL 6 - Associação de Reciclagem da Linha 6
13	UT ASMAR – ARPES
14	UT ASSER - Associação Ecológica de São Lourenço do Sul
15	UT Associação Beira do Rio
16	UT Associação de Recicladores Vida Nova do Fátima
17	UT Associação dos Catadores Novo Horizonte
18	UT Associação Recicladores Carroceiros do Aeroporto
19	UT Associação Reciclando para Viver
20	UT ATRECA - Associação de Trabalhadores Recicladores de Cruz Alta Planalto
21	UT Campo da Tuca
22	UT Cavalhada
23	UT Chocolatão
24	UT COADESC
25	UT COAMA
26	UT COCAMARP
27	UT COCARI - Cooperativa Recicladores Solidários em Defesa do Meio Ambiente
28	UT COOARLAS
29	UT Coolabore Filial 1
30	UT COOMCAT
31	UT COOMCREAL - Cooperativa de Coleta e Reciclagem
32	UT Cooperativa COOTRAEMPO / Passo Fundo
33	UT Cooperativa COOTRAFA – Fraget
34	UT Cooperativa Recibela / Passo Fundo
35	UT Cooperativa Santa Rita
36	UT Coopertinga
37	UT COOPERVIDA - Cooperativa de trabalho reciclando pela vida Ltda
38	UT Coopervitoria
39	UT Coopetri
40	UT Coopiratini
41	UT COOTRACAR
42	UT COOVIR
43	UT Ecos do Verde
44	UT Frederico Mentz
45	UT Irmão Cechhin
46	UT Lomba
47	UT PADRE CACIQUE
48	UT PARAÍBA
49	UT Reciclando pela Vida
50	UT RECICLAR LTDA - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de
51	Arroio Grande – RS
52	UT RENASCER

53	UT Rubem Berta – UT
54	UT São Pedro
55	UT SDV Reciclando
56	UT Terra da Mães de Deus - Associação dos Recicladores de Tupanciretã
57	UT UNICILAR
58	UT Vila Pinto

Vale destacar que a Rede Ideia, embora não apresente restrições de gênero, é uma rede majoritariamente feminina, de acordo com entrevista feita com Daniela Pimentel. Segundo a supervisora, os homens se concentram mais nos empreendimentos de catadores, que mesmo assim são compostos por uma quantidade significativa de mulheres.

Quanto aos empreendimentos dedicados a artesanato e confecção, as mulheres representam quase que sua totalidade, com apenas pequenas exceções em alguns empreendimentos. Tal fato, contribui para o caráter paradoxal já apontada em relação aos organismos maristas, a congregação masculina capitaneada nos setores eclesiásticos e executivos de alto nível por irmãos, é dedicado à uma santa mulher e apresenta como principal base componente dos trabalhos econômicos solidários também.



Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 10 – Reunião entre a coordenação da AVESOL e as mulheres representantes de empreendimentos (confeção) da Rede Ideia

Para além das atividades independentes de cada um dos empreendimentos, destacam-se ações realizadas coletivamente pelos EES enquanto rede, como a realização de feiras de economia solidária nomeadas Feira da Cidadania – praticamente a especialidade marista no campo, tendo em vista o que já foi abordado pelo IMS – em que além dos produtos dos empreendimentos, a feira tem como intuito demonstrar e divulgar as práticas de economia solidária, comercialização solidária e consumo consciente. Essas feiras são sediadas principalmente no Colégio Marista Ipanema, Colégio Marista Graças (em Viamão), Colégio Marista Assunção, Colégio Marista São Pedro, Colégio Marista Rosário, e Colégio Champagnat. Além disso, vale ressaltar a participação dos empreendimentos vinculados à rede na Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP) em Santa Maria – RS, dando continuidade ao legado do IMS.

3.2. As práticas de economia solidária em um Brasil pandêmico

O primeiro semestre de 2020 trouxe uma mudança inesperada e radical para o cotidiano e estilo de vida do brasileiro. O mês de março marcou a chegada daquele

vírus que causara pânico na China e que infectou de maneira avassaladora o continente europeu (tendo como epicentro a Itália), o Covid-19 ou coronavírus. As controversas medidas governamentais do presidente brasileiro em conjunto com o negacionismo das massas que o apoiam agravaram o quadro geral da doença no país que rapidamente se espalhou e, infelizmente, causou inúmeras vítimas.

A pandemia e o cenário da quarentena somaram-se às mudanças políticas já apresentadas em seções anteriores desta tese como agravantes para as práticas de economia solidária no país. No entanto, o movimento resistiu e assumiu papel de relevante forma de combate ao desemprego e à fome que caracterizaram o momento. Com a AVESOL e a Rede Ideia não foi diferente.

De acordo com Daniela Pimentel, a AVESOL apresentou expressiva redução em seu número de membros. Muitos grupos perderam pessoas para a doença, e outras pessoas deixaram os grupos por não conseguirem se organizar de forma coletiva durante a pandemia, migrando para o mercado de trabalho buscando algum modo sustento. Além disso, as feiras de economia solidária desapareceram, fazendo com que os empreendimentos perdessem o espaço de comercialização.

A supervisora administrativa afirmou ter percebido que muitas formas coletivas tiveram que se organizar de modo diferente durante a pandemia para garantir seu sustento, mas não como empreendimento econômico solidário. Para ela, nos momentos iniciais da crise sanitária:

A economia solidária não havia chegado nesse nível de alternativa para a pandemia. Até porque a pandemia não é algo que trabalha a coletividade; A pandemia ela é mais um obstáculo que a gente enfrenta nesse sistema que a gente vive né. Ela é alienante, ela é individualizante, então a economia solidária tem pouco espaço quanto empreendimento.

Assim, a mobilização no ano de 2020 foi bastante restrita, sendo que, de março até meados de junho, as interações se concentraram em atividades formativas, e reuniões de planejamento repensando formas de atuação da associação e dos empreendimentos frente ao novo cenário, realizados por meio de populares aplicativos de chamadas de vídeo.

De acordo com Daniela:

Num primeiro momento nós pensamos em que a gente não poderia ficar parado, por mais difícil que fosse, foi bem quando começou a estourar o *boom*, inclusive dos preços do álcool gel, e da falta de máscaras no mercado, ali a gente ficou muito assustado com os grupos, principalmente os catadores, como que seria eles enfrentarem uma pandemia sem EPI, sem condições financeiras. E aí a gente começou a desenvolver uma campanha, a fomentar uma campanha, como a gente tem muitos parceiros que nos fazem doação de tecidos, insumos em geral e tem toda uma rede de empreendimentos de artesanato e confecção, então a gente costura os dois, né. Desafiamos as mulheres da Rede Ideia a aprender a confeccionar as máscaras pra gente fazer a distribuição gratuita para aquelas pessoas que precisassem.

Inicialmente, a meta traçada pela AVESOL era de produzir em torno de 10 mil máscaras. No entanto, a partir de parcerias estabelecidas, foram confeccionadas mais de 15 mil. Com isso, as mulheres da rede começaram a atender demandas de hospitais que se encontravam na linha de frente ao combate da doença, produzindo jalecos, máscaras, toucas, protetores para os pés. De acordo com a supervisora, os hospitais muitas vezes forneciam os materiais para a confecção, necessitando apenas de pessoas que pudessem produzir.

Com isso, a AVESOL foi transformando a Rede Ideia em algo bem mais amplo, a partir das parcerias e com as doações recebidas, que foram distribuídas para as mulheres dos EES envolvidas no trabalho de confecção. Essa grande mobilização deu início a principal campanha e eixo de atuação da associação durante a pandemia, a campanha “Só a solidariedade não pode parar”.



Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 11 – Mulheres da Rede Ideia trabalhando na confecção de equipamentos de proteção contra o Covid-19

A campanha apresentou como justificativa o fato de muitos trabalhadores (formais e informais) não terem condições de adquirir os equipamentos básicos de proteção demandados no contexto pandêmico, como sabão, álcool em gel e máscaras, fato que aumentaria o risco de contaminação e proliferação do Covid-19. Tal necessidade não se limitava apenas à questão financeira, mas principalmente à escassez de tais equipamentos devido à grande procura por todos os setores da sociedade.

Desse modo, a campanha objetivou especificamente:

- a) captar insumos para confecção de máscaras de proteção, jalecos ou demais EPIs necessários para o combate ao Covid 19, que serão distribuídos gratuitamente para a população atendida pela AVESOL e Entidades Sociais parceiras (imigrantes, catadores, comunidades periféricas, hospitais, entre outros); b) sensibilizar voluntários para apoio na divulgação da campanha, fomentando a captação de recursos financeiros ou não; e, c) Captar demais doações que possibilitem higienização e alimentação do público atendido, fomentando o direito humano de igualdade e de vida.²⁸

²⁸ Dados contidos no texto do projeto enviado por Daniela Pimentel

O projeto teve como público alvo as equipes médicas dos hospitais de Porto Alegre que se dedicaram ao combate ao Covid-19. Assim como, os próprios integrantes de empreendimentos da Rede Ideia, especialmente catadores e artesãos que necessitam de EPIs, mas que não possuem as condições de acesso. Os imigrantes, também foram incluídos no texto do projeto em função das dificuldades de inclusão social e muitas vezes marginalizados., assim como qualquer organização social “que realiza atendimento a idosos, crianças e adolescentes, população de rua, pessoas com deficiência”.

Para a realização das atividades uma equipe foi criada com aproximadamente 65 pessoas integrantes de EES de artesanato e confecção vinculados à Rede Ideia. Essas pessoas integravam os seguintes grupos organizados na tabela abaixo:

TABELA 4 – Lista de empreendimentos econômicos solidários Rede Ideia envolvidos na Campanha “Só a solidariedade não pode parar”.

LISTA DE EES DE CONFECÇÃO ENVOLVIDOS NA CAMPANHA	
1	EES AGAC - Associação Gaúcha de Artesanato de Cachoeirinha
2	EES Alecrim Dourado
3	EES Art' Pra Você
4	EES Artesanarte
5	EES Associação Construção – ACON
6	EES Associação Toque dos Anjos
7	EES Associação Viamonense de artesãs – AVA
8	EES Associarte
9	EES Casa d' Santo
10	EES COOPEARTE
11	EES Estrela de Luz
12	EES Fazendo Arte
13	EES Fazendo e Criando
14	EES Feira do Partenon
15	EES Grupo Ames – Acorde Mulher
16	EES Grupo AVA
17	EES Mãos Amigas
18	EES Mãos Pompeianas
19	EES Mãos Que Criam
20	EES Misturando Arte
21	EES Mulheres de Fé

Dentre as parcerias mencionadas, a rede contou com as doações de tecidos realizadas pelo Hospital Moinhos de Vento, com aproximadamente 3000 sacos de 100 litros com lençóis, jalecos e roupas ambulatoriais; Colégio Israelita com 120 sacos de 100 litros com uniformes infanto-juvenis; a agência de seguros SABEMI doou 50 caixas de roupas. O Atelier Carlos Bacchi doou 300 sacos de 100 litros de resíduos têxteis de vestidos; e, por fim, o Instituto Lins Ferrão doou 20 caixas grandes de roupas e sapatos. Além disso, este instituto, que é responsável pelas lojas Gang e Pompéia, aderiu à iniciativa da Galera do Bem, comercializando as Bonecas do Bem que foram produzidas por grupos de economia solidária, tendo toda a verba revertida em prol da campanha.

No âmbito político municipal, um coletivo da Prefeitura de Porto Alegre se organizou para a captação de cestas para as mulheres da Rede Idea, mobilizando a mesma iniciativa em alguns centros sociais. Deste modo, as cestas básicas garantiram a segurança alimentar das integrantes de EES envolvidas na campanha.

No âmbito organizacional marista, Daniela Pimentel apontou que a primeira medida adotada pela Rede Marista foi disponibilizar todos os uniformes disponíveis nos colégios da região provincial para confecção de equipamentos de proteção, e adquiriram máscaras dos EES para distribuir para os funcionários dos colégios e outras organizações. A supervisora, destaca que esse apoio da congregação foi de grande importância pois ocorreu no momento inicial da campanha, durante o mês de maio de 2020, momento em que as empresas e outros parceiros ainda estavam se mobilizando e planejando as maneiras de contribuir com a associação.

De acordo com Daniela, a AVESOL também iniciou a confecção e distribuição de sabão ecológico, tendo toda mobilização para “atender o público alvo e engajar as pessoas em ações de solidariedade simultaneamente”. Aos poucos, a associação foi se adaptando ao novo modelo de vida na pandemia, ministrando lives formativas e retomando ações de modo híbrido, “buscando a comercialização para os grupos, mas também com parceiros em necessidade”.



Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 12 – Reunião formativa realizada pela AVESOL na plataforma Google Meet em 2021

A campanha rendeu para a AVESOL o terceiro lugar do prêmio Ajuris de 2020 por “boas práticas em direitos humanos”. O prêmio, criado em 2005, busca visibilizar e incentivar práticas e debates em temáticas de direitos humanos no estado do Rio Grande do Sul. O prêmio ocorre de dois em dois anos e apresenta quatro categorias: monografia acadêmica, fotografia, jornalismo e boas práticas, categoria em que a AVESOL participou.

Para além da campanha “Só a solidariedade não pode parar”, tem-se o Programa Comunidade Produtiva, que ocorreu diferente da campanha cujo público alvo era outros setores da sociedade, o programa visou a capacitação e manutenção das atividades dos empreendimentos por parte da AVESOL. O programa se dividiu em três frentes de atuação. A primeira delas consistiu na Rede Ideia Artesanato e Confeção, tendo como alvo 52 grupos desses empreendimentos em Porto Alegre e região, ocorreu por meio de 3 encontros presenciais e 9 virtuais, promovendo em torno de 120 assessorias para a área. A segunda frente de atuação tratou-se da Rede Ideia Catadores a partir de 4 encontros formativos virtuais, tendo como público alvo 26 unidades de triagem de resíduos sólidos (exclusivamente no Rio Grande do Sul), contando com 32 assessorias *in loco*. Por fim, a terceira frente contemplou a realização de lives formativas, destacando-se três lives principais: “Educação,

Sociedade e Pandemia”; “Capitalismo: Trabalho e Pandemia” e “Trabalho e Pós-Pandemia”.

Daniela afirmou também que durante o período pandêmico houve um grande crescimento em termos de projeto:

Claro, por sermos maristas, sim, porque a gente acaba estabelecendo relação até com parlamentares, com empresas e por saber que a gente tem irmãos à frente, que a gente, saiu do carisma marista, isso nos torna, não é confiável a palavra, mas é confiável e não é. Mas é mais fácil a gente firmar uma parceria mais concreta.

Na fala de Daniela Pimentel, aqui destacada, fica evidente a presença de alguns elementos já trabalhados aqui no texto como a expressão carisma marista e ao falar sobre a confiabilidade por ser marista se refere à reputação de eficaz executora de políticas e projetos que a congregação construiu ao longo da sua atuação em termos de economia solidária.

Quanto aos projetos, ela se refere à parceria firmada com a Rede La Salle, estabelecida desde o começo da pandemia, em que foram elaborados convênios com os coletivos de catadores da Rede Ideia, para que realizassem coleta nas unidades de triagem da La Salle, sendo seis delas duas vezes por semana. Para tal receberam um triciclo para realizar a coleta, não só da La Salle mas também de outras localidades.

Outro exemplo dentre os mencionados são emendas parlamentares. A AVESOL está executando duas emendas atualmente, tendo mais três previstas para segundo semestre de 2022 já aprovadas.

Essas emendas foram providenciadas pelo deputado Dionilso Marcon (PT), intitulado parceiro da AVESOL por Daniela. Elas são para aquisição de equipamentos, que é “a modalidade que a gente tá conseguindo contemplar e fazer com que o recurso público chegue de alguma forma”, de acordo com a entrevistada.

Uma das emendas parlamentares consiste no Projeto Desenvolvendo o Campo e a Cidade com economia solidária no valor de 400 mil reais para aquisição de equipamentos para 38 empreendimentos solidários do campo e da cidade; foram

adquiridos também oito notebooks para AVESOL. A outra consiste no Projeto Economia Solidária e Inclusão Socioprodutiva, no valor de 500 mil reais para aquisição de equipamentos para 27 empreendimentos solidários rurais e urbanos, foi adquirido também a compra de um veículo utilitário para a AVESOL. Como dito previamente, ambas emendas do Deputado Dionilso Marcon.

Pode-se compreender observando tais relações que, assim como pontuado por Daniela, a relação da associação com a política é relativamente diferente de como era a relação do IMS com as políticas públicas, sendo que a AVESOL “continua sendo a referência da rede Marista nacional pra economia solidária, mas com recurso próprio e tendo uma abrangência direta a nível de província”.

Por fim, como desfecho da atuação da AVESOL na pandemia e maior evidência das relações políticas da associação, destaca-se a projeção de projetos para o restante do ano de 2022 contendo: parceria com a Kaplun para um curso de formação de líderes multiplicadores para a Rede Ideia; Emenda Parlamentar Federal (deputado Dionilso Marcon) para EES /RS; Emenda Parlamentar Federal (deputado Henrique Fontana do PT) para construção de um galpão de reciclagem; Emenda Parlamentar Estadual (deputado Zé Nunes do PT) para EES/ Região Sul; e quatro emendas impositivas municipais (Porto Alegre) para feira municipal do dia das mães (vereadores: Pedro Ruas e Karen Santos do PSOL), loja virtual da Rede Ideia (vereadora Bruna Rodrigues PCdoB), equipamentos para Rede Ideia (vereador Pedro Ruas) e para unidades de triagem de Porto Alegre (vereadora Laura Sito do PT).

3.3. AVESOL e o catolicismo marista

A análise da atuação da AVESOL antes e durante a pandemia traz à tona a teia de relações em que a associação marista está envolvida, dentre elas destacou-se principalmente incursões no campo político, quase que mandatários a partir do engajamento em atividades econômicas solidárias. Porém, esta seção se destina à análise e compreensão de outro aspecto importante dentre as relações sociais que envolvem os maristas, o aspecto religioso.

Embora tal aspecto já tenha aparecido ao longo deste texto, merece ser salientado levando em consideração todas as considerações já feitas acerca da

congregação e tendo em mente mudanças ocorridas no contexto brasileiro. É evidente que a associação parece ter conseguido se estabilizar durante a pandemia e mais do que isso, conseguiu prosperar, se desenvolver. Algo notável levando-se em conta o desmantelamento do IMS em um não tão longo recorte temporal.

É sabido que a AVESOL apresenta uma relação com a congregação (seja administração provincial quanto a UMBRASIL) que se baseia em um “ser sem pertencer”, postura que, de acordo com a própria Daniela, garantiu à AVESOL certa capilaridade e autonomia nas atuações. No entanto, durante a pandemia algo relevante aconteceu, uma mudança dentro da província Sul-Amazônica.

O mandato do líder provincial chegou ao fim no ano de 2021 e ocorreram eleições. O novo líder eleito foi Alexandre Fischer, que até então detinha o cargo de vice-presidente da AVESOL. Tal mudança traz a ideia de solidariedade como um dos direcionamentos da província, colocando a associação em uma posição prioritária. De acordo com Daniela Pimentel, o ano de 2022 já apresentou “várias aproximações e algumas ações concretas com a província”, que eram momentos inexistentes com a direção anterior. A gente, coisas que a gente já não tinha em outros momentos.

Graças a isso, por exemplo, a Rede Ideia foi contratada como fornecedora de pelo menos quatro eventos provinciais da congregação, apenas no primeiro semestre de 2022. Dando início ao que Daniela chamou de “outro nível de articulação”. Como pontuado, a articulação da AVESOL sempre se apresentou de modo capilar, desempenhando relação direta com as unidades maristas, e agora a articulação envolve o planejamento provincial nessas relações

A proximidade, ressalta a entrevistada, não leva em conta a questão econômica, sendo inteiramente voltada para uma relação política. Pois em termos de recursos financeiros não houve relevante alteração. Daniela inclusive considera a associação como um “primo pobre”²⁹ da Rede Marista, no sentido de o recurso financeiro ser mais restrito se comparado com os outros organismos da congregação. Porém, as parcerias estabelecidas pela associação garantem sustentabilidade econômica tornando-a independente dos recursos da província. A relação, que se torna política, é exemplificada na medida que os trâmites e burocracias exigidas pelos

²⁹ Sempre mencionado em tom de descontração.

organismos congressionais se tornam mais acessíveis e simplificados para a atuação da associação. De acordo com Daniela:

(...) as feiras da cidadania eu tratava de colégio por colégio. Eu (Daniela) ia de colégio em colégio pra marcar agenda. Depois da pandemia nem consegui entrar nos colégios, nem consegui um diálogo porque o quadro é complicado, né. Agora em relação a esse momento (nova direção da província) eu consegui fazer uma reunião com a gerência educacional. (...) A gerência educacional é ligada à província, que é quem vai me dar esse suporte, esse apoio pra entrar nos colégios. É diferente quando a Daniela bate direto lá sozinha, ou quando a Daniela tem um respaldo.

Destaca-se aqui, o modo como campo religioso e político se mistura nas questões organizacionais, administrativas e operacionais do universo marista. E embora, Daniela considere tal medida como um upgrade nas relações entre associação e congregação, assumindo um viés demasiadamente político, não se pode ignorar a possibilidade de a escolha do líder provincial ser uma manobra da congregação religiosa para arrebatá-la para si os “irmãos desgarrados” da associação.

Outro ponto pertinente a ser destacado é que Daniela Pimentel participou da primeira reunião da comitiva brasileira convocada para o evento Economia de Francisco nos meses finais de 2019, sediada na PUC-SP. Na ocasião, a reunião culminou na criação da ABEFC (temática da seção seguinte), da qual Daniela teve informações e acompanhou alguns dos variados seminários online realizados. Porém, a proposta do papa, fundamentada em suas já mencionadas encíclicas, adequada à realidade brasileira gerou pouco engajamento por parte da associação gaúcha, visto que para os integrantes da Rede Ideia não despertou interesse por se apresentar “muito mais teórica do que prática”. Algo que poderia ser revertido no futuro dada relevância de ambas para o movimento de economia solidária no Brasil.

Sobre a Rede Ideia, os membros dos empreendimentos não são vinculados à congregação (a não ser pela AVESOL) apresentando diversidade religiosa entre os integrantes. Concretamente, a supervisora administrativa ressalta que

(...) todos sabem que a Avesol segue o carisma Marista, e tem os irmãos que estão na diretoria, mas no momento de mística a gente respeita muito todas as religiões, todas as crenças, porque acho que a ideia maior é a gente poder estar numa mesma sintonia, mesma

energia, mesma espiritualidade, mesmo que precisa rezar, a gente reza a nossa oração, mas se tiver que rezar uma oração de uma religião afro não tem porque não rezar, se proposto, sim, reza, acho que essa diversidade constrói a economia solidária.

Quanto à presença do carisma marista, a AVESOL organizacionalmente se orienta de modo a “enxergar em Jesus Cristo um exemplo, mas ter um jeito de Maria de fazer as coisas”. Um jeito descrito por Daniela como totalmente ligado ao catolicismo, seguindo à risca os valores cristãos, tendo em si as três violetas maristas (humildade, simplicidade e modéstia), que sintetizam o carisma do marista. De acordo com ela, a AVESOL e integrantes estão

se colocando a serviço, numa posição de humildade, de modéstia, mas fazer as coisas com muita responsabilidade e tentar fazer da melhor forma possível, com o maior cuidado e fazer com que o simples fique especial, fique importante. Não precisamos de grandes feitos pra aparecer, pra se mostrar, a gente pode fazer algo como Maria, ela esteve a vida toda ali, aceitou um desafio, ela foi, teve que fugir, enfim, em função de um desafio que ela aceitou em uma época em que ela poderia ficar sozinha, poderia não ter o apoio de José, mas ela foi lá, deu seu sim, ela aceita a missão, e ela continuou sempre ali firme e forte com seu cuidado com sua atenção, e direcionamento e aguenta inclusive a morte de um filho, tá ali. É isso

É possível inferir que durante os encontros de formação da AVESOL e da Rede Ideia, são frequentes os momentos de espiritualidade, com orações e mística. E são nesses momentos que os elementos do carisma marista são propalados, junto com a explicação de quem foi Champagnat, sua trajetória e sua história. No entanto, Daniela Pimentel destaca que não é algo imposto, mas que deveria acontecer com maior frequência como forma de reforçar a própria identidade para todos os envolvidos, “uma vez que durante esses momentos são trazidas diferentes pessoas para as orações, são trazidas músicas, são trazidas místicas, deveria ser trazido também algo mais cristão, mais marista”. Porém, isso não condiz com a intenção da associação.

Por fim, fica evidente como essa outra face católica é frágil. A trajetória dos maristas em economia solidária, aqui representada pelas atuações do IMS (apresentada previamente) e da AVESOL, apontam o modo como a congregação. No primeiro dos casos, apresentou caráter pragmático e se aproveitou dos recursos

provenientes do auge das políticas públicas de economia solidária. Já no caso da AVESOL, a ordem religiosa terceirizou as práticas de economia solidária da associação, que incorpora a ideia do “ser sem pertencer”, e, além disso, flerta com grandes empresas, que, muitas vezes, se aproximam de empreendimentos de economia solidária, movidos por interesses corporativos de marketing em consonância, não com perspectivas políticas progressistas, mas sim como o ideário neoliberal que almeja a redução do Estado em prol da valorização intensa do mercado. Tamanha fragilidade se reflete no triste fim do IMS e dá caráter volátil para a outra associação, que precisa de inúmeras condições para poder prosperar, como a dependência da liderança da província marista e de um cenário político favorável.

4. A RELAÇÃO ENTRE IGREJA CATÓLICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVOS HORIZONTES

Esta seção se dedica à realização de uma retomada teórica e analítica da relação entre Igreja Católica e economia solidária, um novo olhar para as possibilidades de tal relação diante de novos cenários. A ideia de retomada é aqui utilizada tendo como ponto de partida dois acontecimentos históricos, previamente relatados em seções anteriores, que foram fundamentais para a abordagem das questões sociais dentro do catolicismo, são eles: o papado de Leão XIII (1878-1903) e o papado de João XXIII (1958-1963).

Como discorrido *a priori*, a importância de seus papados se deu pelos avanços, frutos da encíclica *Rerum Novarum* (Leão XIII) e convocação do Concílio Vaticano II (João XXIII). Tais avanços deram início e moldaram a Doutrina Social Católica, aproximando a instituição das camadas populares necessitadas e marginalizadas.

Porém, a retomada aqui proposta se dedica à análise de um novo representante progressista, o Papa Francisco (2013-presente). Seu papado iniciado em março de 2013, trouxe e ainda traz continuidade para ideias, posicionamentos e medidas que se encontravam adormecidas ou em refluxo durante 50 anos. As encíclicas aqui analisadas são responsáveis diretas pela reaproximação entre Igreja e pautas sociais e econômicas que se preocupam com os excluídos, sendo uma dessas pautas a economia solidária.

Vale ressaltar que o termo “papa progressista” pode gerar diversos debates uma vez que a palavra progressista traz consigo uma série de pressupostos, que muitas vezes não aparecem na figura papal em sua totalidade. No entanto, tal expressão é aqui utilizada tendo em vista as ações de Leão XIII, João XXIII e Francisco no cargo de chefe máximo de uma das instituições mais conservadoras da história da humanidade, que destoam de tal conservadorismo.

Desse modo, essa seção aborda: o papado de Francisco e seus ideais (contidos em encíclicas, cartas e outros documentos); o evento internacional Economia de Francisco, convocado pelo próprio papa; a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), consequência direta do evento global; e os desdobramentos de tais ações e articulações. Destaca-se que, além da produção

acadêmica de inúmeros autores de diferentes áreas sobre a temática, este capítulo também se baseia na experiência do próprio autor como participante do evento internacional e de algumas atividades da ABEFC.

4.1. O Papa Francisco

Um mês após a abdicação do Papa Bento XVI, em fevereiro de 2013, o jesuíta Jorge Mario Bergoglio, nascido na capital argentina, Buenos Aires, em 17 de dezembro de 1936, foi eleito 266º papa e chefe de estado do Vaticano, selecionando Francisco como seu nome oficial, homenageando o santo homônimo.

Em sua trajetória religiosa, Bergoglio tornou-se arcebispo de sua cidade natal no ano de 1998, sendo elevado a cardeal em fevereiro de 2001, durante o papado de João Paulo II. Ao ser eleito papa, Francisco tornou-se o primeiro não-europeu a ocupar o cargo máximo da Igreja Católica em aproximadamente 1200 anos. Além disso, Francisco é também o primeiro pontífice nascido na América, o eleito do hemisfério sul e também o primeiro a selecionar o nome Francisco.

Como papa, Jorge Bergoglio destacou-se por sua preocupação com os pobres e marginalizados; humildade nos ritos tradicionais do catolicismo (visando uma igreja mais acolhedora); pela defesa do diálogo pacífico inter-religioso; e pela ênfase na misericórdia, algo que se faz presente desde a seleção do lema de seu papado *Miserando atque eligendo* (que significa “Olhou-o com misericórdia e o escolheu”).

Entretanto, é através de suas cartas encíclicas que se pode compreender o modo como Francisco interpreta concretamente o mundo, seu posicionamento e direcionamento para a atuação papal, assim como foi determinante para no papado de Leão XIII. Dessa maneira, é pertinente para essa seção, uma breve análise dos aspectos principais das encíclicas *Laudato Si'* (“Louvado seja”) de 2015 e *Frattelli Tutti* (“Todos irmãos”) de 2020³⁰.

³⁰ Destaca-se que além das duas encíclicas ainda há uma terceira, a primeira do papado de Francisco com o título de *Lumen fidei* (“Luz da fé”), que concluía a trilogia de encíclicas de Bento XVI. Além dela, elucida-se também a *Evangelii Gaudium* (Alegria do Evangelho) como a primeira Exortação Apostólica pós-Sinodal escrita pelo Papa Francisco em 2015.

4.2. *Fratelli Tutti*

Iniciando a análise pela *Fratelli Tutti*, por motivos metodológicos³¹, destaca-se *a priori* que é habitual que as primeiras palavras do documento sejam utilizadas como o título para o mesmo, tornando-se uma prévia do assunto tratado pela encíclica, e, simultaneamente, sua chave de leitura. De acordo com Zampieri (2021), *Fratelli Tutti* tem grande inspiração franciscana, tendo origem textual nas Admoestações de São Francisco de Assis, tendo o significado “somos todos irmãos”, e seu subtítulo – Sobre a fraternidade e a amizade social – além de esclarecer o intuito do título, amplifica a proposta temática do texto do papa.

Uma encíclica social, como é considerada a *Fratelli Tutti*, engloba variadas áreas do conhecimento em suas abordagens como filosofia, sociologia, economia e política. Uma vez que a análise social para Francisco, “só pode ser lúcida e eficaz se for interdisciplinar, mobilizando tanto o intelecto quanto o sentimento, em vista da práxis humanizadora e civilizatória” (ZAMPIERI, 2021, p. 6).

O objetivo da encíclica é expressado por Francisco (2020) ao inferir que o propósito do texto é não resumir a questão de modo simplista ao amor fraterno, mas sim, focalizar no que o autor chama de “dimensão universal” em busca da edificação da fraternidade e da amizade social se opondo a toda e qualquer forma de exclusão social e processos de marginalização de indivíduos.

A inspiração de Bergoglio para a redação do documento parte de três figuras históricas de grande relevância para questões sociais, e na visão do papa se aproximam bastante dos ideais de Francisco de Assis e de Jesus Cristo, sendo eles Martin Luther King, principal líder do movimento negro dos Estados Unidos e defensor da igualdade social (nas décadas de 1950 e 1960), lutava contra a intensa segregação racial (que integrava inclusive a legislação de alguns estados estadunidenses) de maneira pacífica; Desmond Tutu, renomado ativista pelos direitos humanos da África do Sul, vencedor Prêmio Nobel da Paz no ano de 1984 após incansáveis anos de esforço dedicados a acabar com o apartheid em seu país; e Mahatma Mohandas Gandhi, ativista indiano de reconhecimento mundial que lutou de 1920 a 1940 contra

³¹ A opção de uma ordem que não corresponde com a cronologia da publicação de cada encíclica se dá pelo modo que esta seção foi construída e a necessidade de deixar evidente a conexão da *Laudato Si'* com a seção seguinte que trata sobre a Economia de Francisco.

o domínio colonialista inglês, sendo figura central do processo de independência da Índia diante de sua metrópole neocolonial utilizando método de desobediência não-violenta (satyagraha).

Porém, destaca-se que o pontífice progressista recebeu diversas críticas devido ao fato de as figuras citadas serem unanimemente masculinas, deixando importantes mulheres da história à margem de seu texto, sem qualquer referência a suas vozes. De acordo com Kevin Ahern (2020), teólogo professor associado de estudos religiosos da Manhattan College, o papa poderia ter citado os trabalhos realizados por Dorothy Day (já citados previamente por Francisco em 2015); a ativista liberiana Leymah Gbowee (também citada anteriormente pelo pontífice em 2017 durante discurso no Dia Mundial da Paz); ou ainda a vida de Santa Clara e Santa Josefina Bakhita como modelo religioso de amizade social.

Além da omissão das mulheres em suas referências, outro ponto levantado se remete à escolha da palavra *fratelli* para o título da encíclica e seu caráter estático quanto ao gênero (a palavra significa irmão, masculino), reforçando algo tradicional do catolicismo que é a difícil abertura de espaços para o protagonismo feminino. As sugestões sobre o título envolveram a possibilidade de acréscimo da expressão *sorelli* cuja tradução seria irmã.

É relevante enfatizar que não apenas as mulheres ficaram fora da encíclica, mas inúmeras minorias sociais como indígenas, negros, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, dentre outros. Grupos que se encontram marginalizados e que frequentemente são vítimas das mais variadas formas de violência e feroz discriminação. A ausência de tais segmentos que se encontram afastados da almejada fraternidade social leva ao questionamento se há uma categorização implícita sobre faz parte do “todos” ou *tutti* que intitula a referida encíclica.

Porém, deve-se lembrar que os referidos grupos sociais citados acima não caíram no esquecimento em discursos e outras manifestações de Francisco, apenas deste documento papal. Tal fato traz à tona a discussão apontada anteriormente sobre o caráter progressista de um papa e seus recuos, uma vez que ocupa o cargo máximo de uma das instituições mais conservadoras da história da sociedade.

Retomando o conteúdo apresentado na encíclica, esta seção apresenta foco apenas no primeiro capítulo por questões metodológicas. O capítulo escolhido apresenta, concretamente, algo que Francisco elenca como os desafios para a fraternidade mundial. Brevemente, o segundo capítulo do texto de Bergoglio trata sobre reinterpretação de uma parábola; do terceiro em diante, como aponta Zampieri (2020), perpassam temas já consagrados do Ensino Social promovido pela Igreja, apontando caminhos para a superação do individualismo e criando oportunidades de diálogos que favoreçam a construção da amizade, da fraternidade e da paz.

Como mencionado, o primeiro capítulo da encíclica se dedicou a pontuar os principais obstáculos a serem enfrentados de modo a avançar em direção ao que Francisco chama de fraternidade social. São eles: 1) fim da consciência histórica; 2) política sem projeto para todos, o descarte, direitos humanos pela metade e o medo; 3) globalização, o progresso predatório e a pandemia; 4) dignidade dos imigrantes; 5) a ilusão da comunicação; e, por fim, 6) esperança.

Destaca-se a preocupação do pontífice por problemas sociais contemporâneos que atingiram não só a América Latina, mas todo o mundo durante os anos de seu papado. Ao discorrer neste primeiro capítulo sobre a realidade do mundo, são apontadas uma série de consequências e cenários resultantes da nova onda conservadora (ALMEIDA; TONIOL, 2018; BATISTA; 2020) que emergiu por todo o globo, estratégias e *modus operandi* dessa nova direita neoliberal.

O primeiro ponto do capítulo aborda o retorno de conflitos considerados superados no passado; o ressurgimento de manifestações agressivas de vertentes nacionalistas; surgimento de ideologias neoliberais que proliferam discursos egocêntricos e opostos a direitos humanos; o avanço de mercados globalizados que afastam os países e os posicionam hierarquicamente, gerando áreas de influência política e econômica (ZAMPIERI, 2021); e, por fim, a perda do que Francisco (2020) chama de consciência histórica.

A leitura do panorama mundial feito por Bergoglio se endereça a aspectos que, para além dos continentes, descrevem muito bem o cenário do Brasil pós governo Dilma Rouseff, em que: problemas do passado voltam a pautar discursos saudosistas, como a ditadura militar; surge um novo nacionalismo, que promete a defesa da pátria

contra um inimigo inexistente, através da mobilização de discursos de ódio nos mais diferentes campos sociais, especialmente no político; em adição a uma política econômica neoliberal do governo Bolsonaro que trouxe a população de volta para a linha da pobreza e colocou o país mais uma vez no mapa da fome em detrimento do crescimento do sistema bancário.

O segundo ponto aborda quatro aspectos que de acordo com o pontífice são obstáculos para a edificação da fraternidade social, são eles: a) tendência de políticas que privilegiam projetos privados com uso de táticas que visam criar inimizade e desconfiança; b) cultura do descarte; c) a ineficácia dos direitos humanos, deixando grupos à margem deles; e d) as diversas possibilidades de guerra.

Esse argumento de Francisco direciona-se para o tema das relações sociais sejam elas a nível local ou global. O primeiro dos aspectos se dedica às relações no campo político, tecendo a crítica para governos que se beneficiam de conflitos internos e incitam a violência entre seus seguidores contra apoiadores da oposição e/ou minorias.

Francisco (2020) considera que tais governos têm a ideia de vitória relacionada com o conceito de destruir, fazendo da divisão uma forma de gestão. Nas palavras do papa, “dessa forma, a política deixou de ser um debate saudável sobre projetos a longo prazo para o desenvolvimento de todos e o bem comum, limitando-se a receitas efêmeras de marketing cujo recurso mais eficaz está na destruição do outro” (FRANCISCO, 2020 p.15).

O segundo aspecto que aborda a cultura do descarte é manifestado na encíclica em duas vertentes, material (alimentos e outros objetos) e humana. O conceito de descarte humano utilizado pelo pontífice engloba também o racismo e o preconceito com idosos, enquanto a vertente material focaliza a má distribuição de recursos entre os seres humanos, deixando poucos com muito e muitos com pouco.

Francisco, partindo do princípio de que descarte é uma prática própria do sistema capitalista que seleciona alguns em detrimento de outros (ZAMPIERI, 2021), denuncia a obsessão pela redução e retirada de direitos trabalhistas em função do lucro, beneficiando o capital em detrimento da classe trabalhadora, tendo como

resultados crescente desemprego e condições análogas à escravidão em alguns estabelecimentos.

O terceiro aspecto abordado pelo pontífice se dedica às sombras existentes em torno dos direitos humanos. De modo específico, as sombras mencionadas se direcionam para o fato de os direitos humanos serem exclusividade de alguns humanos, enquanto a maioria que não se enquadra em tal valoração são relegados ao esquecimento ou desumanizados, nas palavras do pontífice:

“persistem hoje, no mundo, inúmeras formas de injustiças, alimentadas por visões antropológicas redutivas e por um modelo econômico fundado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem. Enquanto uma parte da humanidade vive na opulência, outra parte vê sua dignidade não reconhecida, desprezada ou espezinhada, e os seus direitos fundamentais ignorados ou violados” (FRANCISCO, 2020, p.22)

Tal dimensão aborda a temática amplamente discutida atualmente no Brasil. Direitos humanos tornou-se expressão pejorativa no vocabulário brasileiro, uma vez que, precisa ser frequentemente retomada e lembrada de modo a ser aplicada a minorias sociais muitas vezes marginalizadas. Os indivíduos que ridicularizam ou se posicionam contrariamente aos direitos humanos são aqueles cujo os mesmos são intocáveis, sequer entendem sua existência, pois nunca precisaram ter seus direitos defendidos.

Adiciona-se ainda a esta dimensão, o caso das mulheres, cujos direitos e oportunidades são contidos e restringidos se comparados aos homens. Tal tópico é discorrido por Francisco refletindo que “em todo mundo ainda está longe refletir com clareza que as mulheres têm exatamente a mesma dignidade e idênticos direitos que os homens” (FRANCISCO, 2020, p. 23).

O último aspecto abordado por este ponto diz respeito ao estado de guerra que se manifesta entre as nações no plano das relações internacionais. Tal estado compromete os ideais do pontífice para a unidade e fraternidade entre as nações, uma vez que os países beligerantes passam a enxergar seu vizinho como o “outro”, alguém desprovido de direitos iguais, um inimigo, um alvo a ser derrotado. De acordo com, Zampieri (2021), o Papa insiste constantemente na ideia de derrubar muros que

dividem e arquitetar pontes que nos unem. Francisco afirma: “quem levanta um muro, quem constrói um muro, acabará escravo dentro dos muros que construiu, sem horizontes. Porque lhe falta a alteridade” (FRANCISCO, 2020, p. 27).

Quanto ao terceiro ponto abordado por Francisco, este consiste na superação da cultura do isolamento e do confronto, algo que encaminhará boas práticas que consolidam uma cultura de paz e de encontro. O pontífice baseia sua argumentação em lições que puderam ser extraídas da pandemia de Covid-19, para ele, em breves momentos, a pandemia despertou nos indivíduos a consciência de ser parte de uma comunidade mundial, que a vida e saúde do outro importa, porque o mal de um prejudica a totalidade (ZAMPIERI, 2021). Além disso, aponta Francisco, a pandemia serviu para despertar a população da ilusão de considerar o mercado como máxima garantia, pois obrigou a repensar estilos de vida, relações, funcionamento das organizações sociais e, o próprio sentido da existência humana.

Acerca do quarto ponto, que trata da questão dos imigrantes, Francisco diz ser inaceitável que os cristãos partilhem da mentalidade xenófoba. Independente das motivações que resultam na migração – guerras civis ou internacionais, fugas de regimes autoritários, exílio político ou até mesmo desastres ambientais –, é esperado que um humanista cristão seja hospitaleiro de modo a prezar pela dignidade inalienável de toda pessoa (FRANCISCO, 2021). Nesse sentido, os principais empecilhos para a fraternidade universal, almejada pelo pontífice, são o liberalismo e neoliberalismo econômico e populismos nacionalistas, por tratarem imigrantes, pobres e outros grupos marginalizados como descartáveis, excedentes que não possuem o necessário para serem dignos da participação de uma vida em sociedade (FRANCISCO, 2021).

Por sua vez, o quinto ponto discorre sobre a ilusão da comunicação, ou seja, atualmente o mundo todo está conectado e virtualmente no mesmo ambiente, contudo, cada um protegido em sua bolha. As redes sociais reduzem ou extinguem as distâncias, porém trazem consigo outros graves problemas, como: a diminuição da privacidade, o aumento e proliferação de ideias intolerantes e preconceituosas, fomento a práticas ilegais e/ou abusivas, a banalização de relacionamentos e sentimentos e ao fechamento do indivíduo para interações sociais concretas, sejam elas familiares ou de outros tipos.

Por fim, o sexto ponto é uma mensagem de Francisco para elucidar que embora tais pontos passem uma visão pessimista da sociedade e o mundo como um todo, ele se mantém realista e esperançoso pois “apesar dessas sombras densas que não se devem ignorar, nas próximas páginas desejo dar voz a diversos caminhos de esperança” (FRANCISCO, 2020, p. 54).

As próximas páginas de Francisco saíram dos livros e se tornaram ações que serão aqui analisadas por meio do evento internacional Economia de Francisco e seus desdobramentos também no âmbito brasileiro. Mas antes é necessário a análise de uma encíclica anterior para que seja possível completar o pensamento econômico e social do pontífice que molda e direciona a Igreja Católica nos dias de hoje.

4.3. *Laudato Si'*

A *Laudato Si'* tem quase 200 páginas e 246 parágrafos, divididos em seis capítulos, com duas orações em sua seção final: *Oração pela nossa terra* e *Oração cristã para a criação*. Se a expressão *Fratelli Tutti* teve sua origem nas *Admoestações* (escrito de Francisco de Assis), esta encíclica apresenta tal título pois corresponde às primeiras palavras escritas no documento, uma citação feita por Bergoglio do Cântico das Criaturas de Francisco de Assis. Neste cântico³², o autor se refere ao planeta como “nossa casa comum” devendo ser tratado como um membro importante de nossa família. É focado exatamente neste ponto de partida que o Papa Francisco elabora seu documento, discorrendo sobre os “cuidados com a casa comum”.

A encíclica consiste em uma importante contribuição de Francisco para a conscientização dos indivíduos acerca do meio ambiente. Como aponta Michael Löwy (2019) em entrevista sobre o documento, as catástrofes ecológicas e a mudança climática não são meras consequências de comportamentos individuais, mas efeitos diretos do modelo de produção vigente e do aumento do consumismo dentre os grupos sociais.

32 O cântico consiste basicamente em uma oração poética.

Ainda de acordo com Löwy (2020), Bergoglio, por não ser marxista, acaba deixando a palavra capitalismo de fora da encíclica de maneira direta. Sua teologia apresenta distância considerável da teologia da libertação, sob o prisma marxiano. Sua formação deve-se à teologia do povo, “variante argentina não marxista da teoria da libertação, cujos principais inspiradores são Lucio Gera e o teólogo jesuíta Juan Carlos Scannone”. Tal teologia, segundo Löwy, não considera o caráter fundamental na luta de classes, mas admite a existência de uma relação conflituosa entre o povo e o “antipovo”, e, assim como a teologia da libertação, manifesta opção pelos pobres e marginalizados. Nessa teologia, a cultura e a religião popular são mais enfatizadas em detrimento de pautas econômicas e sociais.

Porém, evidencia-se que, de acordo com a análise feita por Francisco no documento, os problemas ecológicos contemporâneos enfrentados pela humanidade são o resultado do que ele chama de “engrenagens da atual economia globalizada”, ou seja, resultado dos mecanismos constituintes do sistema econômico atual. Tal sistema é caracterizado pelo papa como “um sistema de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso” (FRANCISCO, 2015, p. 17).

Elucida-se aqui o método analítico do Papa Francisco que consiste no conhecimento sobre o todo, uma vez que segundo ele as partes só podem ser pensadas como integrantes de um todo (ZAMPIERI, 2016). Assim também o faz logo no primeiro capítulo da encíclica *O que está acontecendo com nossa casa comum?*, quando elenca que os problemas a serem combatidos estão todos conectados. São eles:

a) poluição causada pela indústria, pela queima de combustíveis, pelos agrotóxicos, pelos resíduos não biodegradáveis que tornam a terra, nossa casa comum, um “depósito de lixo”. Problemas ligados à “cultura do descarte”, que precisam ser enfrentados por um modelo circular de produção em que se modere o consumo, se recicle e se reutilize; b) aquecimento sistêmico global, por efeitos naturais e por ação direta da atividade humana que libera gases de efeito de estufa (anidrido carbônico, metano, óxido de azoto e outros) pondo em perigo a vida na terra de boa parte da população mundial, sobretudo os pobres; c) as águas, sua qualidade e sua escassez, afetando principalmente os pobres, ferindo-lhe a “dignidade inalienável”; d) perda da biodiversidade que poderia nos ser útil, recurso para a produção e para pesquisa em favor do humano, mas, sobretudo, sentencia o Papa, a perda da diversidade de espécie tem que ser avaliada pelo valor em si dessas espécies e não somente para nós. Por nossa ação predatória, diz profeticamente o Papa, “milhares de

espécies já não darão glória a Deus, com sua existência” (n. 33), sugerindo uma ecologia do profundo que ultrapassa o utilitarismo imediato como critério do bom; e) deterioração da qualidade da vida humana e degradação humana, sobretudo dos mais vulneráveis; f) desigualdade planetária em que os mais afetados pelas agressões ambientais são as pessoas mais pobres que clamam por justiça (ZAMPIERI, 2016, p.6)

Retomando a encíclica papal, esta apresenta as características principais do que o pontífice considera um sistema “estruturalmente perverso”, são elas: o predomínio de interesses limitados das empresas; dominação absoluta das finanças; uma racionalidade econômica cujo objetivo único é maximizar o lucro; a tecnocracia; a busca pelo crescimento ilimitado e o consumismo (LÖWY,2020). Ainda sobre o lucro, discorre Papa Francisco: “o princípio de maximização do lucro, que tende a se isolar de qualquer outra consideração, é uma distorção conceitual da economia: se aumenta a produção, interessa pouco que se produza à custa dos recursos futuros ou da saúde do meio ambiente” (FRANCISCO, 2015, p. 60).

Lowy (2020) acrescenta que tal perversidade ética e social, não é específica de um país, mas um resultado coletivo das condutas de todos os países do globo, ou, nas palavras de Bergoglio:

“um sistema mundial, onde primam uma especulação e uma busca da renda financeira que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e o meio ambiente. Assim se manifesta a degradação ambiental, a degradação humana e ética estão intimamente unidas” (FRANCISCO, 2015, p.18)

Nesse sentido, Francisco situa os países sob o controle absoluto do capital financeiro especulativo, priorizando cada vez mais cifras quantitativas e abandonando os fatores qualitativos por completo. Tal dinâmica é apontada por Löwy (2020) como relevante componente da recente crise bancária que afeta o Brasil. Na encíclica, Francisco se manifesta de modo incisivo sobre os cenários de crise, tendo como foco majoritário as crises financeiras mundiais de 2007 e 2008, apontando:

A salvação dos bancos a todo custo, fazendo pagar o preço à população, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro, reafirma um domínio absoluto da finança que não tem futuro e só poderá gerar novas crises depois de uma longa, custosa e aparente

cura. A crise dos anos 2007 e 2008 era a ocasião para o desenvolvimento de uma nova economia mais atenta aos princípios éticos e para uma nova regulamentação da atividade financeira especulativa e da riqueza virtual. Mas não houve uma reação que fizesse repensar os critérios obsoletos que continuam a governar o mundo (FRANCISCO, 2015, p.58)

Desse modo, o papa vigente direciona a crítica para a irresponsabilidade das elites políticas e econômicas dominantes, por serem os responsáveis pela manutenção e conservação desse sistema lucrativo para os mesmos e predatório para as pessoas e para o meio ambiente. No entanto, como apontado por Löwy (2020), se por um lado a *Laudato Si'* apresenta em suas páginas clareza ímpar e caráter incisivo acerca dos problemas ecológicos, as ações por ela propostas para que as ideias sejam colocadas em prática são consideravelmente limitadas.

Obviamente, grande parte das sugestões são necessárias como preconizar diferentes formas de organizações comunitárias e outras cooperações que favoreçam pequenos produtores e que demonstrem preocupação e cuidados com a natureza; ou impor limites para produção (não só de excedentes) dos países que apresentam setores industriais extremamente desenvolvidos, Estados Unidos e China por exemplo, para que todas as outras nações possam se desenvolver de modo sustentável como um todo.

Não obstante, Michael Löwy (2020) aduz sobre a ausência de medidas drásticas, como a abolição do uso de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e derivados), pois “não podemos modificar as estruturas perversas do atual modo de produção e consumo sem um conjunto de iniciativas antissistêmicas que questionem a propriedade privada, como a das grandes multinacionais dos combustíveis fósseis” (LOWY, 2020). Mas a encíclica pouco avança em tal campo estratégico.

Vale ressaltar que Bergoglio, reconhecendo a insustentabilidade do sistema econômico vigente, clama por uma mudança que não se reduza a respostas urgentes e parciais para a degradação dos ecossistemas, esgotamento de reservas e poluição, mas que configurasse “um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que opunham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático” (FRANCISCO, 2015, p. 35). No entanto, tal

manifestação no documento trazia poucas indicações sobre o novo rumo econômico, uma alternativa bastante abstrata.

Francisco reafirma a “opção prioritária pelos pobres” das igrejas latino-americanas, uma retomada do que foi aqui discorrido acerca de encíclicas passadas tão importantes para composição e desenvolvimento do cristianismo da libertação (principalmente a *Rerum Novarum*). Tal posicionamento se manifesta de modo bastante imperativo por parte do pontífice se endereçando ao planeta como um todo:

nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres (FRANCISCO, 2015, p. 49).

No entanto, na *Laudato Si'*, os pobres não foram mencionados como os agentes de sua própria emancipação, algo que é central na teologia da libertação, como aponta Lowy (2020). Mais do que isso, a luta dos pobres, camponeses e indígenas pela proteção das áreas florestais e das águas contra o capitalismo industrial e o agronegócio, bem como o papel e atuação dos movimentos sociais são pouco presentes no documento.

Tais lacunas apresentadas na encíclica foram preenchidas posteriormente, não por meio de um documento oficial do pontífice, mas, como citado na seção anterior, por meio de um evento global convocado pelo próprio Francisco. As análises feitas acerca das duas principais encíclicas, embora breves, possibilitam a compreensão de um pensamento econômico e social de Francisco. Tal como a *Rerum Novarum*, a *Laudato Si'* e a *Fratelli Tutti* foram responsáveis diretas para um novo direcionamento da Igreja Católica em um âmbito progressista, posicionando-se de maneira incisiva contra a desigualdade social e com a degradação do meio ambiente. Migrando da teoria para a prática, as duas cartas foram bússolas morais para o desenvolvimento de um grande evento mundial, com a finalidade de pôr em prática as ideias previamente apresentadas.

4.4. A Economia de Francisco: o evento global

Caros amigos,
estou escrevendo para convidá-los a uma iniciativa que tanto desejei: um evento que me permita conhecer quem hoje está se formando e está iniciando a estudar e praticar uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a depreda. Um evento que nos ajude a estar juntos e nos conhecer, e que nos leve a fazer um "pacto" para mudar a atual economia e dar uma alma à economia do amanhã (Carta do Papa Francisco para o evento global economia de Francisco³³)

Com essas palavras, no dia primeiro de maio de 2019, o Papa Francisco convocou jovens de todo o mundo com idade até 35 anos, em prol de um evento internacional. Os participantes deveriam ser estudantes, empreendedores, economistas, pesquisadores, integrantes de movimentos sociais e/ou educadores populares. Aproximadamente 2000 jovens foram selecionados para participar do evento deveria ocorrer na cidade de Assis (Itália) em março de 2020, dentre eles 200 jovens que representaram todas as regiões do Brasil, tal fato, configurou a maior das comitivas dentre todos os países do globo.

O evento idealizado pelo pontífice contemplava a participação de ativistas e intelectuais convidados pelo próprio Francisco, dentre eles, com o filósofo e economista indiano, Prêmio Nobel para a Economia no ano de 1998, Amartya Sen; o economista estadunidense, da Universidade de Columbia, Jeffrey Sachs; e o economista bengalês, Prêmio Nobel da Paz em 2006, Muhammad Yunus, conhecido popularmente como “banqueiro dos pobres”.

A proposta apresentada por Francisco, tendo bases na previamente apresentada *Laudato Si'*, desafiou a juventude a repensar o ensino e prática da economia, de modo a construir uma economia menos predatória para o meio ambiente e para a própria sociedade, de modo a condenar o capitalismo enquanto um sistema

³³ Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-imprenditori.html. Acesso em 18/11/2021.

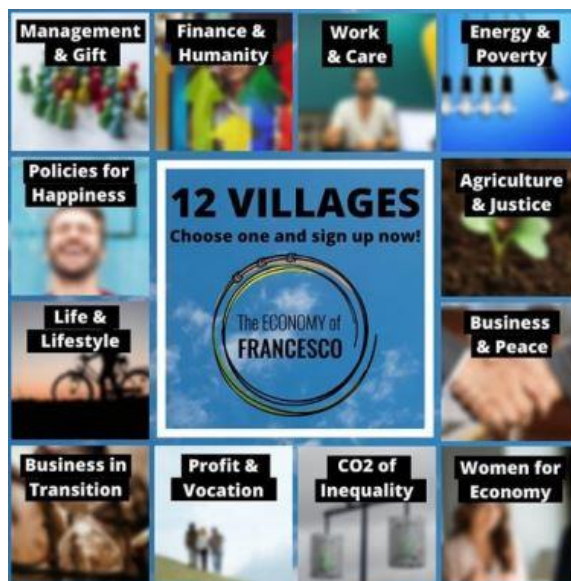
econômico perverso que destrói e gera desigualdade e exclusão social, assim como na encíclica mencionada.

Deste modo, a proposta visava a elaboração de uma nova prática econômica que solucionasse os problemas estruturais da economia atual. Para que isso seja possível, Bergoglio sugeriu o questionamento dos “dogmas” econômicos vigentes que são fonte de produção de exclusão, desigualdade e marginalização. Trata-se, concretamente, da elaboração de uma nova economia feita pelo povo e para o povo, que seja socialmente justa, ambientalmente sustentável, eticamente responsável e economicamente viável para o mundo todo.

Concretamente para a organização foram responsabilizados a Diocese de Assis, o Instituto Seráfico dos Franciscanos de Assis, a Economia de Comunhão, vinculada ao movimento católico Focolari e, em nome do Vaticano, o Dicastério para o Serviço de Desenvolvimento Humano Integral. O processo seletivo dos jovens ocorreu por meio do preenchimento de formulários específicos para cada área de atuação do candidato. Por exemplo, ao se inscrever como pesquisador, o candidato deve preencher um formulário sobre a formação acadêmica (graduação e pós-graduação), participação em grupos de pesquisa, projetos que integram o uso de bolsas de pesquisa, menção aos três principais trabalhos publicados na área de atuação, e a exigência de envio de um resumo expandido (português e inglês) sobre a atual tese ou dissertação para os pós-graduandos.

Uma vez selecionados, os candidatos deveriam confirmar a presença, enviar alguns documentos solicitados para a comissão e pagar uma taxa de inscrição referente à hospedagem e alimentação garantida pelo evento em Assis. Concluída tal etapa, os participantes receberam seus dados de acesso ao sistema do site internacional Economy of Francesco (EoF).

Uma vez conectados, o primeiro passo para a participação ocorreu por meio da seleção das vilas temáticas. Ao todo eram 12 vilas, nomeadas em inglês: *Management and Gift*, *Finance and Humanity*, *Work and Care*, *Energy and Poverty*, *Policies for Happiness*, *Agriculture and Justice*, *Life and Lifestyle*, *Business and Peace*, *Business in Transition*, *Profit and Vocation*, *CO2 of Inequality and Economy is Women*, que posteriormente foi mudado para *Women for Economy*.



Fonte: ABEFC – Linha do tempo – Apresentação - 2021.

Figura 13 – Banner elaborado pela coordenação do EoF sobre as vilas temáticas oferecidas para os candidatos selecionados

Durante o processo de seleção das vilas, pouca descrição foi fornecida acerca de cada tópico. Foram disponibilizadas apenas algumas palavras-chave, para auxiliar na decisão. Tal fato ocasionou uma série de mal-entendidos principalmente pela barreira linguística, além da escassez de informações. Mesmo assim, cada indivíduo selecionado deveria escolher duas vilas, sendo uma principal e uma segunda opção caso sua primeira escolha estivesse sem vagas disponíveis. Tal decisão organizacional resultou na inscrição de pessoas em vilas não relacionadas ao seu tema de estudo, militância, atuação ou interesse.

Discorrendo brevemente sobre a proposta geral de cada vila, de acordo com as propostas apresentadas pelo evento global, tem-se a vila Negócios em Transição (*Business in Transition*), que tem como pressuposto as grandes transformações enfrentadas pela economia resultantes da crise ambiental, da revolução tecnológica e das mudanças sociais. Diante disso, a proposta da vila era a de que as empresas sejam convocadas a reagir em conjunto com essas transformações, uma vez que não apenas produção, produtos e serviços são afetados, mas também as suas relações e finalidade. Apesar do nome adotado por ela (vinculado ao mundo corporativo), a vila tinha como objetivo a realização dessa transição promovendo a inclusão dos mais pobres e vulneráveis.

A vila CO2 da Desigualdade (*Co2 of Inequality*) se dedicava à construção de uma economia regenerativa e inclusiva que deixe de produzir vítimas. A proposta primária consistia na compreensão das fontes e causas da desigualdade, por meio de pesquisa, testes de novos modelos econômicos e desenvolvimento de projetos comunitários e ideias de negócios inclusivos. O objetivo é edificar um sistema econômico que atenda a todos, independente de renda, raça, classe ou gênero.

A vila Agricultura e Justiça (*Agriculture and Justice*) tem as práticas agrícolas como base de toda a produção alimentícia, e a justiça como base de todas as democracias. Ao unir harmonicamente tais conceitos, a vila idealiza o desenvolvimento de uma sociedade livre e digna, centrada no próprio indivíduo. O objetivo da vila consistia em oferecer propostas reais como instrumentos de transformação do modelo econômico atual, em um que seja centrado no planeta e nos indivíduos, contando com o apoio de inúmeros setores sociais, como por exemplo ativistas sociais, agricultores, indígenas, empresários e pesquisadores.

Por sua vez, a vila Energia e Pobreza (*Energy and Poverty*) tem como ponto de partida o fato da relação entre crescimento econômico e combustíveis fósseis ser ambientalmente degradante e socialmente contraditório. Desse modo, a proposta é repensar o paradigma do sistema energético tendo em mente seus desafios, a busca por uma transição limpa, porém inclusiva; e a evitação de impactos sociais nos processos de transição em empregos atualmente.

A vila Mulheres para a Economia (*Women for Economy*) tem como objetivo promover a plena participação das mulheres nas práticas econômicas a partir de uma transição para um novo melhorado sistema econômico. A redução da desigualdade e da disparidade de gênero são fundamentais para a realização das propostas apresentadas e defendidas pela vila. A igualdade que embasa a proposta não consiste apenas na questão salarial, mas também na igualdade de serviços de educação, saúde, políticas públicas e proteção legal.

A proposta da vila Negócios e Paz (*Business and Peace*) partia da premissa: a paz deve ser promovida ativamente. Assim, uma das maneiras de minimizar o número de conflitos, tanto nacionais quanto internacionais, é trabalhar ativamente na resolução de problemas econômicos, que muitas vezes estão no cerne de tais

conflitos. O objetivo é conseguir que empresas e mercados passem a trabalhar para promover relações inclusivas e mais pacíficas, que sejam pautadas pelo bem comum.

Vida e Estilo de Vida (*Life and Lifestyle*) se pautou em um pedido do próprio Papa Francisco, em suas encíclicas (analisadas previamente), por um comportamento mais responsável em termos de consumo, produção e tomada de decisão com o intuito de garantir uma vida digna para as pessoas. Desta forma, a vila se dedicou a discutir a contribuição individual para o combate do desperdício nas atividades cotidianas, e propor novos estilos de vida mais sustentáveis e saudáveis.

A vila Trabalho e Cuidado (*work and care*) baseou-se no conceito de cuidado enquanto trabalho de valor religioso. A vila dedicou-se a explorar dentro das categorias apresentadas possibilidades de desenvolvimento conjunto diante das transformações científicas e tecnológicas, procurando maneiras de trabalhar e cuidar que honrem a responsabilidade de respeito e visibilidade do próximo.

Políticas para Felicidade (*Policies for Happiness*) teve como foco o bem-estar individual e social, seja nas relações familiares, no ambiente de trabalho, nas comunidades integradas pelo indivíduo ou em seu próprio município. De acordo com tal proposta, a vila busca novas maneiras de se relacionar que se mostrem mais favoráveis à felicidade, além de formas, que se baseiam na felicidade, de mensurar e avaliar a garantia de bem-estar em algumas práticas e políticas públicas mundiais, em perspectivas micro e macro econômica.

A vila Finanças e Humanidade (*Finance and Humanity*) se dedicou a abordar a chamada 'regra de ouro' das finanças e da economia, por meio da busca de propostas e melhores práticas. A confiança é a palavra-chave para investimentos funcionarem, e a confiança se baseia na conexão humana. "Como e quando as finanças se tornam inclusivas e servem à humanidade e à casa comum?" Está é a pergunta principal que norteou as atividades da vila, tendo em vista as dificuldades inclusivas trazidas pela pandemia do Covid-19.

Quanto à vila Gestão e Dádiva (*Management and Gift*), seu ponto de partida residia na ideia da economia *mainstream* ser responsável por uma visão reducionista da natureza e do próprio ser humano. Desafiando-se a encontrar uma visão

antropológica que permita repensar os modelos de gestão, os objetivos dos negócios (a possibilidade de gratuidade e doação nos negócios), critérios de desempenho e os relacionamentos em ambientes de trabalho. Objetivando, assim, diferentes abordagens de gestões sustentáveis que possam contribuir para a proposta de Bergoglio.

Por fim, a vila *Vocação e Lucro* (*Vocation and Profit*) objetivava encontrar o equilíbrio entre crescimento econômico e lucro, para que se pudesse atingir o desenvolvimento integral, de maneira a equilibrar elementos importantes da relação humana, como desenvolver uma paixão própria, se identificar com uma missão, dar significado para a própria atuação e/ou existência, indo além da dimensão meramente financeira. Sem questionar o capitalismo, o desafio proposto pela vila é o da reflexão sobre como a relação entre vocação e lucro pode pavimentar o caminho para “realmar” a nova economia proposta pelo papa.

Porém, todo esse arranjo elaborado pela organização teve que ser repensado em termos de atividades, pois, diante do quadro mundial de quarentena em função do Covid-19, o evento presencial foi cancelado e remarcado para moldes online, no mês de novembro de 2020.

Após uma série de incertezas e tentativas de reagendamento dessa ampla reunião presencial, o evento online foi confirmado de modo definitivo frente ao fechamento total de aeroportos europeus como medida de contenção da doença que tragicamente fez números assombrosos de vítimas no mundo todo. Diante disso, a organização voltou à ativa e as vilas começaram a se formar no ambiente virtual.

Por meio de aplicativos de trocas de mensagens, grupos foram criados com participantes do mundo todo como forma de iniciar a mobilização para as atividades, todas com a utilização da língua inglesa. Cada vila temática teve seu respectivo grupo no WhatsApp, assim como sua lista de tarefas e agenda de reuniões designadas pelos líderes incumbidos. O grupo analisado durante esse processo foi o Negócios em Transição.

As atividades se iniciaram em março de 2020 a partir da realização de subdivisões no grupo geral do BIT. O grupo composto por 205 jovens em sua

totalidade foi dividido por tópicos, contendo dois coordenadores e um membro sênior responsável por todas as pautas de trabalho do grupo. De início, todos os tópicos se dividiram em três grupos de trabalho, havendo um responsável por questões teóricas, um para pesquisa e um dedicado à atuação.



6. THE BIT VILLAGERS



Fonte: Documento *Our Journey: Business in Transition*³⁴ - 2020

Figura 14 – Mapa mundial com especificações dos integrantes da vila *Business in Transition* do evento global Economia de Francisco em 2020

O primeiro dos tópicos foi “Missão e papel das empresas” sendo coordenado por Ana Isabel Tamargo (Espanha) e Cristina Zaccone (Itália), e tendo John Mundell (EUA) e Enrique Lluch (Espanha) como sêniores. O segundo tópico foi “Modelos de negócios sustentáveis” sendo coordenado por Cristina Santhià (Itália) e Rodrigo Miranda (México), tendo Marco Nicoli (Itália/EUA) como coordenador sênior. O terceiro tópico foi “Tecnologia para o bem comum” sendo coordenado por Tatiana Fleming (Brasil) e Annelisse Fernández (Guatemala), tendo Emanuele Carpanzano (Suíça) como sênior responsável pelo tópico, e, por fim, o quarto tópico “Instituições e ecossistemas” coordenado por Anna Maria Nowak (Polônia) e Tiago Guerra (Brasil), tendo Alicia Caballero (Argentina) como sênior do tópico.

³⁴ Documento recebido apenas pelos integrantes da vila BIT após participação no evento Economia de Francisco em 2020.

³⁵ A análise aqui realizada refere-se à participação no grupo de trabalho dedicado a teorias do tópico “Modelos de negócio sustentável”. O início das atividades ocorreu por meio de encontros na plataforma Google Meet (bastante popularizada durante a quarentena). De início foram feitas as apresentações individuais e trajetórias de cada membro, e, além disso, foram definidos dois aspectos principais acerca da temática do grupo: o primeiro deles consistiu na análise de instrumentos já existentes para elaboração de modelos de negócios; e o segundo referente ao impacto socioambiental das “empresas B” na sociedade levando em conta em que medida estão alinhadas ou afastadas das propostas de Francisco.

A partir disso, o desafio era pensar e propor um modelo de negócios que seja justo, sustentável e inclusivo, que foque não apenas no que uma empresa faz, mas também na motivação e modo que ela atua. A proposta deveria ter em conta o que faz uma organização, como ela faz, porque ela faz e para quem a empresa está trabalhando. E a mesma reflexão deve ser aplicada aos trabalhadores que compõem a empresa.

De acordo com os integrantes do grupo de trabalho, um modelo de negócios sustentável deveria praticar um sistema de governança baseado nas propostas, opiniões e indicações dos próprios trabalhadores. Com destaque para as possibilidades de cada um deles votar, ter espaço para debates, plataformas destinadas a propostas e trocas. O engajamento e a participação de cada trabalhador são fundamentais para tal plano de negócios.

A proposta se endereça também a um tipo de empresário específico, o empresário que se molda de acordo com os princípios da Economia de Francisco deve se preocupar com cada pessoa que trabalha com ele, atendendo aos requisitos para equilibrar a vida profissional e doméstica. Além de proporcionar serviços que melhorem seu bem-estar e aprimorem suas habilidades. Trata-se de uma forma de investimento social na qualidade de vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, na qualidade do trabalho que se baseia na responsabilidade, respeito, empoderamento e engajamento.

³⁵ As informações aqui apresentadas são resumidas dado seu teor empresarial, fato que não consiste no foco da pesquisa. A descrição e análise se destina ao processo de preparação para o evento do ponto de vista de um integrante de uma vila.

A partir disso, cada integrante ficou responsável pela formulação de cinco propostas que foram colocadas anonimamente para votação dentre os membros do grupo de trabalho. As três mais votadas foram desenvolvidas pelo grupo, de acordo com um modelo enviado pela comissão organizadora do evento, para integrar o documento final gerado pelo evento Economia de Francisco meses depois.

Simultaneamente a essas reuniões, a comitiva brasileira ³⁶ também se mobilizava e se preparava para o evento internacional. A participação nesses dois processos de preparação deixou bastante claro as diferenças entre o que deveria ser essa “nova economia” proposta pelo papa, para os brasileiros envolvidos e o que deveria ser de acordo com a organização do evento. Analisando as pautas específicas trazidas nesta seção pelo grupo de trabalho “Modelo de negócios sustentáveis” da vila “Negócios em transição” destaca-se o esforço para fazer que o capitalismo dê certo, torná-lo utopicamente inclusivo (algo que foge completamente da sua realidade competitiva e geradora de desigualdades), em vez substituí-lo por um novo sistema

Por fim, o evento global foi realizado, nos moldes online como previsto, entre 19 e 21 de novembro de 2020, e reuniu aproximadamente 20 mil jovens estudantes, pesquisadores, economistas, ativistas e empreendedores de mais de 110 países, sendo aproximadamente 200 deles naturais do Brasil, o que configurou a segunda maior representação no evento ficando atrás apenas do país sede, Itália. Vale destacar a participação incisiva de outros dois países do continente americano quanto ao número de selecionados, Argentina e Estados Unidos.

O cronograma do evento durante os três dias concentrou as atividades nos sites/aplicativos YouTube e Facebook, das 10 horas até às 14 horas, apresentando breves momentos proporcionaram conhecer a cidade de Assis por meio da *stream* de imagens de determinados pontos do município e conferências de diálogos entre jovens participantes selecionados de variadas vilas e palestrantes internacionais especialistas em determinadas temáticas abordadas pelas próprias vilas.

³⁶ A atuação da Associação Brasileira para a Economia de Francisco é discutida nas próximas seções deste mesmo capítulo.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 15 – Conferência de diálogo entre jovens e palestrantes no primeiro dia do evento Economia de Francisco no YouTube

Os diferenciais na programação ocorreram nos dois últimos dias do evento. No segundo dia, o encerramento das atividades se deu com o início da chamada “Maratona EoF” em que todas as comitivas participantes exibiram vídeos com falas dos integrantes e outras imagens culturais que representavam a proposta do pontífice para uma nova economia em seu determinado país. E no terceiro dia, o encerramento se deu com o encontro com o Papa Francisco, a partir de sua mensagem de vídeo destinada aos participantes.

Sofiati e Souza (2021) observam que para a realização do evento, o pontífice baseou-se em experiência previamente aplicada em Buenos Aires no ano de 2001 chamada *Scholas Ocurrentes*³⁷. Tal iniciativa consistia em uma organização que promovia a aproximação de alunos matriculados em escolas públicas e privadas por meio do desenvolvimento de atividades esportivas e culturais, com a finalidade de promover a “cultura do encontro”. Os autores ainda pontuam que em 2013, tal iniciativa tornou-se uma fundação pontifícia vinculada à Santa Sé.

³⁷ Em português, Escolas de Vizinhos

Por fim, como resultado das atividades preparatórias e do próprio evento em si, houve a elaboração do documento final contendo as produções e contribuições de todas as 12 vilas, e uma mensagem endereçada aos líderes que governam de modo a contemplar 12 pontos que solicitavam:

a) que as grandes potências mundiais e as grandes instituições econômicas diminuam sua ânsia por desenvolvimento; b) defesa da produção sustentável em todo o planeta; c) necessidade de pautar a custódia dos bens comuns no mundo; d) pelo fim do uso de ideologias econômicas que ofendam e descartem os empobrecidos; e) defesa do trabalho que se considera digno para todas as e fim da exploração de crianças e adolescentes; f) abolição dos paraísos fiscais; g) criação de novas instituições financeiras mundiais e reforma das existentes em prol da democratização econômica e da inclusão social; h) criação de comitê de ética independente em empresas e bancos; i) instituição de prêmios para os empresários inovadores que defendam sustentabilidade; j) educação de qualidade para as crianças do mundo; k) garantia da equidade de gênero no mundo do trabalho; l) fim da política armamentista em prol de maiores investimentos na educação e saúde (SOFIATI; SOUZA, 2021, p. 4)

Para além dos resultados citados acima, é importante destacar que se pode considerar como um dos maiores resultados do evento, para os brasileiros, a mobilização em torno da necessidade de pensar, incentivar e praticar novas formas econômicas ocorrida em território brasileiro, reacendendo importantes debates e reunindo relevantes movimentos, grupos e até mesmo líderes religiosos do cenário nacional. Tal desdobramento proporcionou o surgimento da Associação Brasileira para a Economia de Francisco e Clara, tema abordado na seção seguinte.

4.5. A Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara: o protagonismo brasileiro e desdobramentos

A convocação papal para o evento mundial teve repercussões imediatas no Brasil. Logo no início do chamado, grupos compostos por professores universitários, integrantes do terceiro setor e agentes pastorais ligados à Igreja católica iniciaram a organização de reuniões em território brasileiro para a construção de uma “comitiva” coesa e entrosada em suas motivações, e, além disso, organizar um evento paralelo que deveria ocorrer na cidade italiana de Perugia, vizinha próxima de Assis.

Como apontam Sofiati e Souza (2021), a mobilização brasileira resultou na realização do primeiro encontro nacional com os participantes selecionados para o evento global na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em novembro de 2019. Nesta ocasião, foi oficializada a criação da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), “cujo nome referente àquela santa, remete ao princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres” (SOFIATI; SOUZA, 2021)

A partir da criação da ABEFC, inúmeras atividades foram realizadas de modo online em função da pandemia de Covid-19. Em sua maioria, tais atividades consistiram em reuniões para definir temáticas, e encaminhamentos futuros, cursos formativos sobre os mais variados temas e seminários em *livestreams* com autores ativistas e pensadores econômicos, sociológicos, ambientais, dentre outros.

De acordo com Sofiati e Souza (2021), tais encontros contaram também com a participação de padres, bispos, frades, freiras (não apenas franciscanos), militantes católicos leigos, adeptos de outras vertentes religiosas (inclusive não cristãs), e também ateus e agnósticos mobilizados pela proposta apresentada pelo grupo.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 16 – Reunião da ABEFC realizada online pelo aplicativo Zoom durante a pandemia de Covid-19

Vale ressaltar que, mesmo com maioria católica entre seus integrantes e participantes, a proposta da ABEFC se apresenta como inter-religiosa, contando inclusive com a participação de relevantes figuras religiosas não católicas, como a pastora luterana e secretária geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) Romi Bencke, da líder espírita Dora Incontri e da, falecida sacerdotisa do candomblé, Eleonora Alves, exemplificado por Sofiati e Souza (2021).

O evento nacional organizado pela ABEFC, ocorrido nos dias 18 e 19 de novembro de 2019, na PUC-SP, tendo como anfitrião o professor de economia da mesma instituição, Ladislau Dowbor – um dos expoentes na temática econômica proposta por Francisco e que mais tarde veio a compor e ministrar inúmeras palestras, mesas e cursos sobre o assunto. Além disso, o evento reuniu grande número de ativistas de pastorais católicas, ONGs, movimentos sociais, intelectuais e representantes de outras vertentes não católicas (SOFIATI; SOUZA, 2021).

Um importante fato, apontado por Sofiati e Souza (2021), e que deve ser destacado em relação à ABEFC é que a coordenação italiana do evento Economia de Francisco fez imposições à comitiva brasileira para que fosse retirado o nome de Santa Clara, da comitiva e do logo utilizado pelo grupo. A demanda foi atendida exclusivamente para a participação do evento, não sendo adotada no cotidiano da articulação, e nos eventos organizados nacionalmente. Cabe dizer que além do grupo brasileiro, o nome de Santa Clara foi adotado e homenageado pelo grupo de jovens da Argentina, que rapidamente aderiu à denominação após a convocação do pontífice.

O formato de organização da ABEFC ocorre por meio de redes estabelecidas a partir de grupos divididos em áreas temáticas de atuação. Essa divisão ocorre em quatro grupos de trabalho (GT) distintos, sendo eles: Pesquisa, Articulação, Comunicação e Inter-crenças. Além disso, Sofiati e Souza (2021) evidenciam a existência de núcleos em processos de formação em oito estados distintos: São Paulo, Minas Gerais, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal, Paraíba e Mato Grosso do Sul.

Concretamente, o desenvolvimento das ações da ABEFC é orientado por dez princípios, pensados coletivamente a partir de inúmeras reuniões como os princípios básicos para o desenvolvimento da economia de Francisco e Clara, são eles: 1)

economia a serviço da vida; 2) economia que considere a espiritualidade como dimensão que favoreça o afeto e a solidariedade; 3) economia circular e integrada que elimine os hábitos de consumo de energias não renováveis e valorize as formas de energia sustentáveis; 4) economia baseada na alimentação saudável e agricultura familiar que proteja os Direitos da Natureza; 5) economia que evite a mercantilização de bens comuns como educação e saúde; 6) economia que desenvolva outras formas solidárias, popular que valorize a comunhão; 7) economia global menos desigual que discuta as dívidas internacionais com tributação mais social e ecológica; 8) economia contra o Estado mínimo, por um Estado que seja estrutura de promoção do equilíbrio entre igualdade e liberdade; 9) economia que valorize os coletivos, as comunidades, os grupos politicamente minoritários e socialmente desprivilegiados; e, 10) economia do trabalho universal que evite a precarização do trabalhador (SOFIATI; SOUZA, 2021).

Vale ressaltar também, a participação na articulação de entidades do cenário nacional compostas por empreendimentos coletivos com divisão igualitária de ganhos. Foram destacadas em pesquisa realizada por Sofiati e Souza (2021): a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Rede Brasileira de Bancos Comunitários; a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); a União Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (Unicatadores); a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil); a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar (Unicafes) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab-MST).



Fonte: ABEFC – Linha do tempo – Apresentação - 2021.

Figura 17 – Banner com as iniciativas apoiadas pela Articulação Brasileira pela Economia da Francisco e Clara

Dentre as atividades mencionadas previamente, algumas delas contaram com a presença de representantes das entidades citadas. A participação dos mesmos também se tornou frequente nas principais reuniões da articulação, integrando GTs e ministrando atividades relacionadas com as temáticas de suas atividades coletivas. Como, discorreram Sofiati e Souza (2021), um dos principais pontos das pautas foi a campanha realizada no dia 1º de maio de 2021, um evento que celebrou os dois anos da convocação de Bergoglio e que, além disso, arrecadou, um valor de dez mil reais, em um período de aproximadamente 60 dias, que foram destinados à compra de alimentos agroecológicos produzidos por cooperativas rurais autogestionárias, com o intuito de modo abastecer famílias necessitadas, habitantes de áreas periféricas de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

Desde junho de 2021, momento em que ocorreu a primeira reunião com os coordenadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), houve significativa aproximação e alinhamento entre as duas organizações, uma vez que, o presidente da CNBB, dom Walmor de Azevedo, sugeriu que mais reuniões com a ABEFC deveriam ocorrer de maneira periódica. Na Conferência, o apoiador que mais se destaca dentre os demais é o auxiliar de Belo Horizonte, reitor da PUC-Minas e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação da CNBB, dom

Joaquim Mol. Graças ao engajamento de Mol, foi disponibilizado para a ABEFC serviços de comunicação e editoração da universidade mineira (SOFIATI; SOUZA, 2021).

A partir de tal apoio da PUC-Minas foi possível a realização do II Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara, ainda online, por causa da pandemia. Assim como os eventos realizados anteriormente pela articulação, este também contou com a participação de representantes de diferentes religiões, membros de movimentos sociais, de pastorais católicas, acadêmicos e intelectuais. Dentre eles, o evento contou com a presença do teólogo Leonardo Boff.

Outras iniciativas que valem ser mencionadas e configuram como principais resultados, de acordo com análise feita a partir dos desdobramentos do evento global no contexto brasileiro, são as Casas de Francisco e Clara e a Aliança Mulher Mãe Terra. De acordo com Sofiati e Souza (2021), sendo respectivamente desenvolvidas em âmbito nacional e global, a Casa de Francisco está sendo organizada na cidade catarinense de Florianópolis, como uma experiência teste realizada pelo padre diocesano Wilson Groh, que apresenta experiência de aproximadamente 40 anos no desenvolvimento de trabalhos comunitários em periferias. A iniciativa compreende “um espaço voltado para atividades de formação quanto à nova economia proposta pelo pontífice” (SOFIATI; SOUZA, 2021).

Ainda de acordo com estudos realizados acerca da ABEFC pelos autores, a experiência com as Casas de Francisco possibilita:

- a) encontro com os empobrecidos: espaço teológico dos que acreditam na justiça e na solidariedade;
- b) trabalho e contemplação: onde todas as pessoas sejam bem-vindas para formação de uma comunidade orante;
- c) cultivo e preservação da biodiversidade: aprendizado para se viver com poucas coisas, apenas com o necessário e sem desperdícios;
- d) inovação com energia limpa e renovável: garantia de participação por meio de novas formas de transformação social;
- e) potencialização do desenvolvimento regional e territorial: o saber científico a serviço da vida em plenitude;
- f) vivência com aprofundamento humanitário e solidário: promoção dos princípios e valores da proposta do Papa Francisco;
- g) conhecimento da Teologia para a Libertação: laboratório de políticas públicas de Estado;
- h) farol de esperança para as juventudes: vivência de uma civilização da esperança com liberdade;
- i) partilha de experiências globais em busca de outro mundo possível: difusão de experiências de vida e práticas de construção solidária e participativa;
- j) escuta dos gritos da

humanidade e encontro com a palavra sagrada: espaço de contemplação, vivência sagrada da vida (GROH, 2020).

Por sua vez, a Aliança Mulher Mãe Terra, como discorrem Sofiati e Souza (2021), consiste em uma iniciativa internacional destinada ao direito à terra e todos os seus recursos pelas mulheres, além de almejar a construção de relações produtivas mais justas, oportunidades de comércio e de consumo. A aliança apresenta como objetivo, meios de garantir a segurança alimentar e a redistribuição de terras no Brasil. O objetivo principal é, deste modo, promover o protagonismo feminino em áreas rurais.

Diante de tais iniciativas, assim como em todos os seminários e encontros formativos, e reuniões promovidas, é possível identificar a unanimidade na proposta de rejeição e superação do capitalismo. Tal posicionamento da ABEFC manifesta-se de modo muito mais incisivo do que as posturas adotadas pela organização do Economia de Francisco global (comitiva italiana), que flerta e simpatiza com alternativas capitalistas. A ABEFC, suas propostas, sua atuação e seus membros são predominantemente anticapitalistas.

De acordo com Sofiati e Souza (2021), tal conflito entre diferentes posturas ideológicas acerca da proposta papal de uma “nova economia” ocorre porque o economista nomeado diretor científico do evento global, Luigino Bruni, posiciona-se favoravelmente ao capitalismo, além de ser atuante no movimento Economia de Comunhão. O economista vê o movimento iniciado por Bergoglio como uma garantia da justiça social através de uma distribuição de recursos ambientais mais justa e sustentável. Além disso, Bruni acredita em uma distinção entre o que ele chama de capitalismo protestante e capitalismo católico. Para ele, o primeiro tipo é responsável pelo domínio global e deveria ser substituído pelo segundo tipo (SOFIATI; SOUZA, 2021).

Em sua visão, o capitalismo protestante seria:

um tipo de economia que acumula e concentra a riqueza nas mãos de poucos, visto que a retribuição, que ocorre a partir do sentimento de culpabilização, surge somente após o indivíduo conquistar sua riqueza (SOFIATI; SOUZA, 2021, p.16).

Por outro lado, a concepção estabelecida por Bruni de “capitalismo católico”, apresenta em seu cerne um empresário cuja intenção a intenção:

é criar trabalho e pagar seus impostos para benefício da comunidade, em detrimento do ganho monetário como objetivo primeiro. No entendimento do economista italiano, trata-se de um capitalismo “familiar” e “comunitário”, articulado em torno do “fazer com” e não do “fazer para”, segundo ele, da lógica anglo-saxã. Nesta perspectiva, enquanto se faz negócio, também é organizada a comunidade, com investimento social no território (SOFIATI; SOUZA, 2021, p.16).

Tal modelo, exposto pelo diretor científico do evento, teve repercussão majoritariamente negativa na grande maioria dos jovens integrantes da comitiva brasileira no Economia de Francisco, assim como dos demais integrantes da ABEFC. Tal fato levou a manifestações públicas diretas e indiretas dos mesmos. A proposta de Bergoglio para uma nova economia, que supere o modelo atual chamado pelo mesmo de perverso e predatório para seres humanos e meio ambiente, significou e ainda significa para a articulação brasileira, o incentivo a diferentes práticas econômicas que sejam opostas ao capitalismo, dentre elas destaca-se a economia solidária; e não o mesmo capitalismo chamado por outro nome e maquiado por selos verdes e boas práticas com o intuito de mascarar a perpetuação da desigualdade social e degradação ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida ao longo dos capítulos desta tese de doutoramento, possibilitou a compreensão do modo de engajamento e atuação da congregação católicas IIME no desenvolvimento das atividades econômicas solidárias e seus desdobramentos, de modo a delinear a história da congregação desde a chegada ao Brasil, sua incisiva participação no campo educacional e a atuação no campo da economia solidária em dois casos distintos: o Instituto Marista de Solidariedade e a Associação do Voluntariado e da Solidariedade.

Inicialmente, foram abordados elementos históricos do surgimento da congregação retomando a trajetória de seu fundador, o francês Marcellin Champagnat. O nascimento do IIME se deu quando o então padre do município francês de Marlihes, articulou-se com outros dois companheiros conterrâneos, instalando-se em uma casa para dedicarem-se à educação formal e religiosa para camponeses locais (FURET, 1989). A sede congregacional oficial, no entanto, foi constituída no ano de 1825, no município de L'Hermitage, onde desempenhou as atividades até seu falecimento em 1840.

O IIME foi caracterizado pela fundação e manutenção de escolas religiosas, tal como outras ordens católicas. O que proporcionou uma fase complicada para a congregação com a promulgação da Lei Goblet em 1886, dando início ao processo de laicização da educação francesa (NUNES, 2002). Tal processo teve como consequência a dispersão dos maristas para outros países, sendo um deles o Brasil.

Como visto, a chegada da congregação ao Brasil se dá em um período em que um número expressivo de congregações europeias também migrou (entre os séculos XIX e XX). Em território brasileiro, os maristas se instalaram no estado de Minas Gerais, iniciando sua história no país em 1897, difundindo-se para os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul nos anos que seguiram (LEONARDI, 2006).

O modelo organizacional adotado pelo grupo religioso foi a divisão territorial em três províncias: a Província Marista Brasil Centro-Norte; a Província Marista Centro-Sul; e a Província Marista do Brasil Sul Amazonas. Este modelo, que é adotado pela congregação mundialmente, facilita a administração das organizações correspondentes a cada região e suas estratégias de atuação, sendo que cada

província apresenta autonomia em relação às outras. Sendo coordenada administrativamente por organismo fundado em Brasília, no ano de 2005, destinando-se a garantir a manutenção dos valores maristas em cada província de modo coerente, a União Marista do Brasil.

Para compreender ainda mais a atuação da congregação no solo brasileiro, foi necessário ir além do aspecto organizacional e analisar atividade de destaque dos maristas no campo secular, sendo desempenhada como motivação fundadora do IIME: a educação. As escolas maristas, conforme analisado, apresentam o mesmo modelo de ensino religioso adotado por outras renomadas congregações religiosas, baseado em princípios religiosos tidos como dogmáticos pelo IIME, chamados de carisma marista.

A pesquisa realizada nas escolas maristas de Ribeirão Preto, sendo um colégio marista particular, parte da “elite educacional” da cidade paulista, e uma escola social (modalidades de instituições que se destinam à grupos de alta renda e setores marginalizados, respectivamente), que apresentam os mesmos recursos seculares de colégios convencionais que visam à aprovação de alunos em processos seletivos de grandes universidades (curso pré-vestibular, plantões para sanar dúvidas, professores bastante qualificados, simulados de provas, etc.), à medida que apresenta também as atividades pastorais da congregação no ambiente escolar. Tornou-se evidente como tal atuação congregacional de certo modo se afasta de posturas tradicionais típicas de instituições religiosas, apresentando moderado proselitismo e relativamente baixo potencial evangelizador, e se aproxima mais do racionalismo característico de empresas observado por Weber (1997).

Além disso, dentre as inúmeras atividades ofertadas pelos colégios maristas se encontram práticas solidárias, voltada para o trabalho assistencial e também fomento a práticas econômicas igualitárias e democráticas.

Diante disso, com o acúmulo de experiência e o fortalecimento da posição no campo educacional-assistencial, os maristas começam a chegar, de modo capilar, a novos espaços que extrapolam os portões de suas escolas, de modo a abranger espaços econômicos solidários, de empreendimentos e cooperados. O sucesso nas disputas nos variados campos que a congregação integra (educacional, assistencial,

da economia solidária, etc.) é resultado do modo de ação racionalizada que transita entre motivações e sentidos, tanto religiosos quanto seculares

Inicialmente, o objeto de estudo desta pesquisa era a atuação do IIME em termos de economia solidária por meio do Instituto Marista de Solidariedade, porém em 2017 (anos iniciais desta atividade investigativa) o IMS encerrou suas atividades. No entanto, os registros deixados por essa relevante instituição, auxiliaram na compreensão das ações do grupo religioso no campo. Em seus 22 anos de existência (tendo sido fundado em 1995), o IMS muito acrescentou para o movimento brasileiro de economia solidária junto com a Cáritas Brasileira, sendo ambos católicos. Mais do que isso, o instituto representou o auge da participação marista na área, que, no entanto, compreendeu o auge das políticas em economia solidária simultaneamente.

No início de sua atuação, o IMS dedicou-se a canalizar recursos a serem destinados a camadas sociais em grande pobreza e vulnerabilidade, sendo pautada pela “caridade assistencial” (influenciado pelo cristianismo da libertação) tal como a Cáritas. A partir disso, a pesquisa destacou a partir da análise de sete principais programas que o verdadeiro sucesso do instituto no campo de economia solidária se deveu a sua aptidão enquanto executora de projetos e políticas públicas. Tal fator possibilitou ampliação da relação e conseqüentemente de recursos para o IMS, que apresentava como fonte econômica a UMBRASIL, a Província Marista Centro-Norte; e, majoritariamente, as verbas destinadas pelo governo federal e via SENAES.

O cenário perfeito começou então a desabar a partir de golpes sofridos pela política de economia solidária. Se os anos áureos da organização marista ocorreram em função de uma boa relação com a SENAES e Governo Federal e da elaboração de políticas públicas de economia solidária (característicos dos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva), o declínio e conseqüente encerramento das atividades ocorreu a partir do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Iniciando-se no Governo Temer, o desmoronamento atinge a SENAES, sendo rebaixada a subsecretaria, fragmentada entre ministérios, até ser definitivamente extinta no Governo Bolsonaro (2019), tal processo impactou significativamente os investimentos no campo (SILVA, 2018; CASTILHO, 2020).

Tendo em vista tais mudanças políticas, que além de abaterem as políticas de economia solidária, deram visibilidade e ascenderam práticas neoliberais predatórias, se fez necessário a elaboração de um capítulo teórico abordando os novos horizontes na relação entre catolicismo e economia solidária. A análise realizada se dedicou à análise das duas principais encíclicas elaboradas pelo Papa Francisco: *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti*. Desse modo, foi demonstrado como ambos os documentos compõem o pensamento do pontífice que direciona a Igreja Católica, para uma nova doutrina social, comparando-as à importância apresentada pela encíclica *Rerum Novarum* no início do chamado catolicismo social (OLIVEIRA, 2001).

De modo sintético, Francisco (2015; 2020) denuncia o capitalismo enquanto modelo produtivo perverso, predatório (embora use o termo “sistema atual” em vez de capitalismo), que divide os indivíduos e acentua as desigualdades, sendo devastador para sociedade e meio ambiente, e propôs que fosse repensada uma nova economia inclusiva, acessível e sustentável. Tais ideais se concretizaram na elaboração de um evento internacional chamado Economia de Francisco, convocado no dia primeiro de maio de 2019.

A partir da observação participante no evento, foram analisados todos os seus processos e desdobramentos nacionalmente e internacionalmente. Como discutido, as duas dimensões apresentaram interpretações conflituosas acerca da proposta apresentada por Bergoglio para uma nova economia, tal conflito se estendeu até para o nome adotado pelos grupos (o grupo brasileiro adicionou o termo Clara, sendo, inicialmente, repreendido pela organização geral)

. Em âmbito internacional, a coordenação do evento adotou postura de transformar e mascarar as práticas capitalistas, enquanto em âmbito nacional a ideia era, majoritariamente, a superação total do capitalismo. Internacionalmente, embora sem haver consenso quanto ao nome que deveria ter, no futuro, a sociedade pós-capitalista. O evento que aconteceu online em função da pandemia de Covid-19 apresentou como resultado a elaboração de um documento destinado às lideranças mundiais.

No contexto nacional, os resultados são considerados bem mais expressivos, além de espaços de atuação e de propagação dessas novas práticas econômicas, as

Casas de Francisco e Clara, uma importante consequência foi a criação da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara, organismo que mobilizou e agrupou professores, sacerdotes, leigos, militantes, estudantes, empreendedores, membros de movimentos sociais e integrantes de EES, promovendo debates, mesas, reuniões gerais e inúmeras atividades voltadas para a proposta do pontífice. Tal iniciativa consistiu e ainda consiste em relevante incentivo embasado na pluralidade religiosa a práticas econômicas consideradas mais justas, inclusivas e democráticas, tal como a economia solidária.

Retomando a análise especificamente para os maristas, objeto desta pesquisa pós-encerramento do IMS, foi a Associação do Voluntariado e da Solidariedade, na cidade de Porto Alegre. A associação foi selecionada justamente por assumir a função de substituta do instituto anterior da congregação. Desse modo, foi possível a compreensão da atuação marista em economia solidária até o primeiro semestre de 2022, tendo analisado inclusive o período pandêmico e pré-pandêmico.

A AVESOL, surgida em 2002 a partir de uma iniciativa do IIME que buscava a organização do voluntariado e das práticas da Província Brasil Sul Amazônia, destacou-se por centralizar todas as iniciativas de economia solidária da congregação sendo a atual representante marista no Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Tal mudança garantiu, para aquela que era considerada como “primo pobre”³⁸ da congregação. certo crescimento na atuação da associação, algo que se acentuou ainda mais com a eleição do vice-presidente da AVESOL para tornar-se diretor provincial. Destaca-se aqui a Rede Ideia, majoritariamente feminina, como principal eixo de ação da associação na execução de políticas públicas, com destaque para os EES de confecção/artesanato e de catadores. A rede, inclusive, foi principal destaque da campanha lançada pela organização marista durante a pandemia, confeccionando mais de 15 mil máscaras e outros materiais de proteção contra o vírus, sendo inclusive premiada no estado do Rio Grande do Sul por boas práticas.

A partir da análise realizada na associação, a AVESOL, embora ainda distante dos números apresentados pelo IMS, muito em função do contexto político atual, apresenta expressivo potencial de superar em atuação e longevidade o seu “primo

³⁸ Referindo-se a fala em tom de descontração de Daniela Pimentel em entrevista.

falecido”. Munida de vasta rede de parcerias e doadores e apoiada em âmbito governamental pela confiabilidade resultante da reputação marista de eficaz executora de projetos, a proximidade de relações com a província que agora é direcionada por uma liderança que preza pelas práticas solidárias, a AVESOL sintetiza em si mesma todas as características da congregação e suas organizações: a racionalização institucional das escolas; a habilidade na execução de políticas públicas, a orientação religiosa do carisma marista entre seus membros, os laços políticos e a flexibilidade de atuação pelos campos em que se insere. Adiciona-se a isso a experiência adquirida a partir do encerramento do IMS, salvaguardando sua autonomia e independência em relação à congregação e aos investimentos governamentais, garantindo capilaridade de atuação (algo prezado pela supervisora, Daniela Pimentel) e permanência de suas atividades.

No entanto, é preciso considerar a relação entre catolicismo e economia solidária, inerente a essa pesquisa realizada. Aqui a chamada outra face católica (quanto à distinção em relação à Cáritas Brasileira) apresenta, em toda a sua trajetória, marcante fragilidade nas práticas do campo de economia solidária. É evidente que as instituições da congregação trouxeram relevantes contribuições para a economia solidária, porém a fragilidade, analiticamente, constatada reside na relação da congregação com suas próprias entidades. No caso do IMS, os dados gerados indicaram a instrumentalização por parte dos maristas, com o intuito de acessar os recursos oriundos das políticas públicas de economia solidária, fato comprovado principalmente pela parceria majoritária com a SENAES nos principais projetos, pela posição de executora de políticas públicas e pelo fechamento do IMS concomitantemente ao declínio da Secretaria, das políticas e dos recursos para os projetos. A AVESOL, por sua vez, representa uma entidade pertencente à congregação, mas com traços terceirizados. Seu afastamento para garantir maior capilaridade na atuação, garante também certo distanciamento dos aspectos religiosos dos maristas, se apresentando pragmaticamente com feições não religiosas, assim como ocorre com a educação formal empreendida pelos maristas, em vários aspectos. Tal posição se coaduna com o “racionalismo econômico católico”, próprio das congregações religiosas (SWEDBERG, 2005, p.207). Com tal pragmatismo, estabelece parcerias com políticos do cenário estadual e municipal,

bem como acordos com corporações de médio e grande porte que praticam a filantropia empresarial.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. *In*: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2018.

ARCANJO, Maria Antonia Silva de; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **A criação da secretaria nacional de economia solidária: avanços e retrocessos**. *Perseu*. Nº 13, Ano 11, 2017.

ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO E DA SOLIDARIEDADE. **Quem somos**. <http://www.avesol.org.br/quem-somo>.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Solidarismo**. Rio de Janeiro: Agir, 3ª ed, 1965.

AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**. São Paulo: FTD, 1997. V.1, 183p.

_____. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. 1ª Ed. Editora Santuário, São Paulo, 2008

BATISTA, Breno Minelli. **O enredo assistencial de uma organização de atleta evangélico: a Fundação Edmilson na cidade paulista de Taquaritinga**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFSCar: São Carlos, 2017.

BATISTA, PAULO CESAR. A onda conservadora, uma ameaça à democracia? **Sociedade e Estado**, 35 (03) 997-1003, 2020. Recuperado de <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/31226>

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**. 4. ed. São Paulo, Paulus, 2003.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo libertador**. Ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. 3ª ed. Petrópolis: RJ. Vozes, 1972.

_____. **Igreja, carisma e poder**. Ensaio de eclesiologia militante. 1ª ed. Petrópolis: RJ. Vozes, 1981.

BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil**. 1. ed. Coimbra, Almedina, 2006.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Mística e metodologia da caridade libertadora**. São Paulo, Loyola, 1991.

CASTILHO, Mara Lucy. Nota técnica: trajetória da economia solidária enquanto política pública no Brasil. In **A Economia em Revista**. Maio/agosto, v. 28, n. 2, p. 117-119, 2020.

CATTANI, Antonio David (Org.), **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CLARO, Mauro. **Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária**. São Paulo, SENAC, 2004.

DACOREGIO, E. G. D. G. **Economia popular solidária e igreja católica: a experiência dos mini-projetos alternativos (MPAs) em Chapecó/SC, período de 1989 a 2005**. *ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades*. IN: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

FORTE, Joannes Paulus. **A igreja dos homens: o trabalho dos agentes Cáritas para o desenvolvimento da economia popular solidária no Ceará**. Dissertação de mestrado em sociologia. Fortaleza, UFC, 2008.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Laudato Si': sobre os cuidados da casa comum.** Vaticano. 2015.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Fratelli Tutti.** Vaticano, 2020.

FURET, Irmão João Batista. **A vida de Marcelino José Bento Champagnat.** SP: Províncias Maristas do Brasil, 1989.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

HILLEMKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. *Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire.* In **Revista de Economia Solidária da Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico**, nº 7, p. 5-43. ACEESA, Ponta Delgada, 2014.

INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Economia Solidária.** http://www.marista.edu.br/ims/?page_id=2567 Acesso em 19 de agosto de 2020 às 3:12

_____. **Nossa história.** <http://www.marista.edu.br/ims> Acesso em 18 de agosto de 2017 às 13:41

IOSCHPE, Evelyn. et al. **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KASMIR, Sharryn. *The Myth of Mondragón. Cooperatives, Politics and Working-Class Life in a Basque Town.* Albany, State University of New York Press, 1996

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGS – do serviço invisível à profissão impossível.** 1993. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LEITE, Márcia de Paula; ARAUJO, Angela Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho na economia solidária: entre precariedade e emancipação.** São Paulo, Annablume, 2015.

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações católicas francesas no Brasil**. São Paulo, Tese de doutorado em educação. São Paulo, USP, 2008.

_____. **Congregações católicas docentes no Estado de São Paulo e a educação feminina – segunda metade do século XIX**. Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. UFU: Uberlândia, 2006.

LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais v. 19, n. 56, 2004.

_____. **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo, Annablume, 2007.

LIMA, Jacob Carlos; SOUZA, André Ricardo de. **Trabalho, solidariedade social e economia solidária**. Lua Nova, n. 93, 2014, p. 139-168.

LÖWY, Michael. **Ética católica e o espírito do capitalismo: o capítulo da sociologia da religião de Max Weber que não foi escrito**. Cultura Vozes. Petrópolis, Vozes. V. 92, n.1, 1998, p. 86-100.

_____. Considerações sobre o Papa Francisco. In: **A Terra Redonda**. 1 de março de 2020. Disponível em: < <https://aterraeredonda.com.br/consideracoes-sobre-o-papa-francisco/> >.

_____. **“A Laudato Si’ é uma contribuição de extraordinária importância para o desenvolvimento, em escala planetária, de uma consciência ecológica”**. Entrevista para a revista IHU On-line, 2019.

MAFRA, Luciana Dantas. **Ação social da Rede Cáritas de empreendimentos de economia solidária - EES: um estudo sobre valores e dinheiro**. Tese de doutorado em sociologia. Natal, UFRN, 2013.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil: 1916 – 1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MEIRA, Júlio César. Ongs: entidades da sociedade civil ou instrumentos de política governamental? In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Ministério do Trabalho**. <http://www.trabalho.gov.br> Acesso em 20 de agosto de 2017 às 19:16.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. V. 21, Nº 46: 159-175 JUN. 2013.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In CATANNI, Antonio (org). **A outra economia**. Editora Veraz e Unitrabalho. Porto Alegre: 2013.

NUNES, Iran de Maria Leitão. **Os Irmãos Maristas na Educação do Maranhão (1908-1920)**. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal.

OLIVEIRA, V. **Evolução da doutrina social da igreja: histórico do pensamento dos papas e dos bispos do Brasil de Leão XII a Pio XII em relação à questão social, ao capitalismo e ao socialismo**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros; LARA, Luis Fernando de Resende; BEGHIN, Nathalie. O Comunidade Solidária: Uma Estratégia de Combate à Fome e à Pobreza. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº. 12, jan./jun. de 1995, 19-37, p. 19

PILETTI, Nelson & PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia**. São Paulo, Ática, 1997.

PIRES, Aline Suelen. **As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão**. São Carlos, EDUFSCar e FAPESP, 2016.

PRANDI, Reginaldo & SOUZA, André Ricardo de. **A carismática despolitização da Igreja Católica**. In: A. F. Pierucci, & R. Prandi. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. Max Weber e a crise representacional dos partidos contemporâneos. In **Anais do III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**, São Paulo, 2013.

ROSAS, N. As ações sociais da igreja universal: recrutamento e empreendedorismo no *A Gente da Comunidade* de Belo Horizonte. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 14, n. 17, p. 27-51, jul.-dez. 2012.

SANCHEZ, Fabio. J. B.. Autogestão, economia solidária e "invenções democráticas" no Brasil. In: André Ricardo de Souza; Maria Zanin. (Org.). **A Economia Solidária e os desafios Globais do Trabalho**. 1ed.São Carlos: EduFSCar, 2017, v. 1, p. 85-93.

SANTOS, João Batista Pereira. **Os chifres do diabo: capitalismo – comunismo**. São Paulo: SAL, 1964.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes & FREITAS, Marcelo (Orgs.). **O Projeto Esperança/Coesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência**. Porto Alegre, Cáritas Brasileira, 2006.

SCHELIGA, E. L. **Educando sentidos, orientando uma práxis – etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros**. Tese de Doutorado. Programa de Pós graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Carlúcia Maria. **Experiências de economia Popular Solidária na Região de Belo Horizonte: observações, percepções e papéis de agentes mediadores e de atores sociais**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC: Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Sandro Pereira & CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no brasil: dota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. IPEA: Relatório de pesquisa, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma**. Texto para discussão. IPEA. 2018.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na igreja**. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. UFF: Niterói, 2006.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja Católica, assistencial social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, ano 8, n.15, 2006, p. 326-351.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo – 1ª edição, 2002.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2ª ed, 2000.

SOFIATI, Flávio Munhoz; SOUZA, André Ricardo de. O franciscanismo econômico: considerações sociológicas sobre a economia de Francisco e Clara. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v.23, e021027, 2021.

SOUZA, André Ricardo de. **Igreja católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição**. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 27 (!): 156-174, 2007

_____. **Caridade, conservação e mudança social**. In: BURITY, Joanildo; ANDRADE, Péricles (Orgs.). **Religião e cidadania**. São Cristóvão, EDUFS; Recife, FUNDAJ, 2011.

_____. Traços e embaraços do trabalho assistencial cristão. **Estudos sociológicos**, Araraquara v. 18 n. 34 p. 173-192, jan.-jun. 2013.

_____. **Os laços entre igreja, governo e economia solidária**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

SOUZA, André Ricardo de; BATISTA, Breno Minelli; PLACERES, Giulliano. Televisão e autogestão: dois caminhos trilhados pelo catolicismo no Brasil. *In Revista Sociedade e Cultura*. 2020, v. 23: e59862

SOUZA, André Ricardo de; BATISTA, Breno Minelli. Os efeitos políticos no Brasil dos sete anos iniciais do papa Francisco. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, v.13, n.39, pp. 189-206, 2021.

SOUZA, Jessie Janet. **Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, EDURJ e FAPERJ, 2002.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; São Paulo, Beca, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo e coordenação técnica de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo, Companhia das Letras, 2004

WEBER, Max. Política como Vocação, in **Ciência e Política: duas vocações**, Editora Cultrix, São Paulo, 1997.

WHYTE, Willian Foote & WHYTE, Kathleen King. **Making Mondragón: the growth and dynamics of the Worker Cooperative Complex**. Ithaca: ILR Press, 1988.

ZAMPIERI, Gilmar. *Fratelli Tutti*: um guia de leitura. **Cadernos Teologia Pública**, IHU: Unisinos, 2021.

ZAMPIEIRI, Gilmar. *Laudato Si'*: um guia de leitura. **Cadernos Teologia Pública**, IHU: Unisinos, 2016.

APÊNDICE

Entrevista 1

Entrevistador: Breno Minelli – (B. M.)

Entrevistada: Daniela Pimentel (D. P.)

Data: 17/11/2019

(B. M.) Daniela, eu gostaria de saber primeiro quando eu conversei com você, entrei em contato, eu vi que seu cargo era de administradora, supervisora-administrativa da AVESOL e eu gostaria de saber, você exerce esse cargo desde que ano mais ou menos?

(D. P.) Desde dois mil e onze.

(B. M.) Você acompanhou o processo de fundação da AVESOL? você poderia contar um pouco sobre esse processo de fundação e como aconteceu?

(D. P.) Posso. Na verdade, eu tive uma primeira relação com a AVESOL a partir de dois mil e quatro como voluntária, a fundação da AVESOL, ela acontece em dois mil e dois. Então eu peguei do início ali numa outra função, em um outro papel, mas acompanhei. A AVESOL ela surge por uma iniciativa dos Irmãos Maristas de organizar a parte de voluntariado, a parte de solidariedade, a parte de ações mais comunitárias e com as organizações sociais. Então é do carisma Marista a questão da solidariedade, é do carisma Marista estar envolvido com as comunidades, mas se sentia muito a necessidade de ter um ente que fizesse isso de uma forma mais organizada. O próprio voluntariado, o voluntariado ele se dava muito de uma forma incipiente, a pessoa chegava na rede, no Instituto Marista, se colocava como voluntario e ia atuando. E aí com a lei do voluntariado em noventa e oito, a necessidade de ter uma organização maior ela foi cada vez crescendo mais, então a AVESOL surge muito nesse intuito: primeiramente de organizar grupos, de organizar voluntários, de fazer relação com organizações sociais, mas a ideia é que essa

instituição pra dar conta disso, não tivesse um vínculo direto com a rede Marista. Que fosse alguém que tivesse um CNPJ independente, que tivesse uma organização independente, até pra poder prestar essa assessoria com um certo distanciamento, se não fosse mais um braço ligado ao provincial, ligado aos Maristas. Então surge a AVESOL, a gente surge inicialmente com três programas, o programa de voluntariado, que o próprio nome da entidade já traz, associação do voluntariado para a solidariedade, inicialmente tinha a assessoria para grupos de trabalho e renda, era muito na ideia de capacitação dos grupos. Tinha muito uma perspectiva com catadores, com artesanato, uma coisa bem no intuito de capacitá-los, e tínhamos uma perspectiva de um fundo rotativo na época, que era uma forma de poder estar dando fundo pra esses grupos pra que não precisasse de algum recurso financeiro, a gente teve disponibilidade de um fundo solidário. Com o passar do tempo, a AVESOL foi se aprimorando principalmente com a questão da solidariedade assim com os grupos, Se percebeu que a capacitação por si só ela não era algo que dava condições até de uma formação mais humana, se precisava qualificar isso. E aí começa a gente a trabalhar com a economia solidária em torno de 2003 logo no início, foi muito rápido. Inicialmente então os projetos de economia solidária eram muito focados ainda pra capacitação, pra questão de auxílio e assessoria na gestão de empreendimentos e a articulação de grupos desses grupos específicos que aí começa a surgir uma rede. Que a rede que existe até hoje é a rede Ideia, são esses grupos que eram assessorados pela AVESOL começou-se a perceber, trabalhar muito com a questão da formação de lideranças, uma ação de multiplicadores, então se trabalhava com os representantes dos grupos um ou dois representantes e esses grupos interagindo entre eles, trocando técnicas de produção, trocando materiais, fazendo conexões entre si. E os próprios empreendimentos nomearam como Rede Ideia, teve um todo um trabalho ali pra escolher o nome da rede, se seria rede enfim, e ficou a Rede Ideia. Inicialmente a gente tinha dez empreendimentos que eram assessorados, hoje a gente tem aí mais de cem empreendimentos que são assessorados que participam da rede, então a rede tem uma proporção bem grande, mas então surge nessa perspectiva de precisar organizar, precisar que alguém fizesse uma assessoria de uma forma qualificada e que tivesse esse know-how, e aí a AVESOL foi iniciando seus trabalhos.

(B. M.) Entendi. Dentro de tudo que você me falou assim, de início, tem algum motivo específico pra nesse processo de criação ter essa necessidade de realmente ser meio que separado dos Maristas? Da organização Marista? Porque quando, eu até falo, porque quando eu comecei a pesquisar vocês, entrei em contato pelo site, pela página do Facebook, que eu comecei a ver as atividades assim e ver sobre vocês realmente não aparecia tanto os Maristas, eles vão aparecer mais na área de voluntariado ali na abinha do site, das unidades Maristas e tudo mais, só que aí quando eu joguei a localização de vocês no Google Maps e coloquei Streetview, realmente assim ao mesmo tempo foi aí que eu consegui ver que realmente vocês surgiram a partir dos Maristas, de uma formação dos Irmãos Maristas mesmo. Eu não sei se ainda é assim, não sei o quanto está atualizada a foto, mas, por exemplo, acho que tem o Colégio Marista São Pedro, várias unidades do Colégio Marista São Pedro e embora sejam tipo assim do outro lado da rua assim, vocês parecem ser todos da mesma cor, todas as unidades são todas da mesma cor, como se fosse uma repartição assim.

(D. P.) Na verdade a nossa sede é num espaço do Colégio Marista, ela é cedida pelo Colégio para nós. Essa parceria, o porquê de ser independente, era justamente pra gente poder ter um alcance maior, a gente poder ter uma dinamicidade, até em posicionamentos, enfim é uma capilaridade maior de atuação que não ficasse só pra dentro do Instituto, mas que a gente pudesse estar articulando com a comunidade de uma forma independente. Mas a parceira ela é orgânica, o conselho diretor, ele é composto por Irmãos Maristas, os nossos associados a gente tem, hoje não só irmãos, hoje tem leigos, mas tem muito ex-irmão que ainda é associado da instituição. Então nossa sede é cedida, as nossas formações acontecem nos espaços Maristas, à gente tem também essa parceria de realização de formações para os grupos, para a comunidade, a gente desenvolve as feiras nos colégios Maristas de economia solidária. Então ela é uma parceria muito orgânica, mas esses distanciamentos nos possibilitam chegar em alguns espaços com maior agilidade, com uma dinamicidade maior, que se for passar por todas as instancias que o Instituto tem, conselhos, conselho provincial, enfim a gente se enrijeceria o trabalho. É a ideia de que a gente tivésse no campo popular de uma forma mais atuante, mais capilar.

(B. M.) Entendi. Eu ia realmente te perguntar isso assim, era uma das minhas perguntas, se vocês se inseriam nesse contexto das províncias assim, se, por

exemplo, a AVESOL, porque quando você entra nas províncias Maristas mesmo principalmente a província da vossa região ela é a província da sul-Amazônia.

(D. P.) Isso.

(B. M.) Então ela vai nascer a partir da província do Rio Grande do Sul, que tem a PUC, que tem acho que dezoito escolas, dez escolas sociais, um hospital e aí eu ia perguntar justamente se vocês se inserem nesse contexto, dentro dessas organizações que integram essa província. Mas então pelo que você me disse foi uma decisão também meio que pra pular uma certa burocracia decisória assim, pra poder ter uma tomada de atitudes e de iniciativas e também é escapar um pouco da burocracia de como funciona esse processo de decisão Marista por assim dizer.

(D. P.) É uma capilaridade maior porque a ideia é que a gente consiga chegar num campo popular com uma relação mais próxima, junto com movimentos sociais, a gente uma capilaridade mais popular, mais rápida nesse sentido.

(B. M.) Sobre o espaço você já disse, ele foi cedido, foi acordado, como que foi esse processo de vocês adquirirem então esse espaço que foi cedido pelo Colégio São Pedro?

(D. P.) Inicialmente a nossa sede era próxima do Colégio Marista Rosário, mas ele era um espaço alugado então era numa galeria ali perto, então a AVESOL alugava o espaço. A gente na época tinha o projeto Brasil Local que a gente desenvolvia, então a gente conseguiu alugar mais uma sala através do projeto, eram duas salas dentro da galeria, mas ele era um espaço muito escritório, ele tinha ideias, tinham ilhas, era um computador de frente pro outro, o espaço para realização de formações era uma outra sala que tinha aquele espaço que deu. Nesse espaço onde a gente está hoje ele estava um espaço ocioso, então uma articulação entre os irmãos, é que como a gente tinha o aluguel lá na galeria e equivalia, inicialmente a gente transferiu pra cá como um contato pagando aluguel enquanto o projeto acontecia. Eu acho que isso durou em torno de um ano, no máximo dois anos, a gente veio pra cá em dois mil e onze. Porque aqui, ela tem uma, ela sai da região central e também vem pra um bairro, ela vem pra um local mais assim, a gente tem próximo aqui muito a questão de drogadição, prostituição, o bairro floresta em si é um bairro mais classe média, mas que tu atravessa a Farrapos, a rua ali tu já tá no ponto dos excluídos. Então a ideia

era que a gente pudesse estar mais próximos de quem realmente a gente poderia estabelecer relação. E o espaço que ela é uma sala de dois andares, então a gente tem um espaço maior pra formação, ela da mais uma cara assim de uma residência, mas de uma acolhida melhor, até para os empreendimentos. A gente tem uma cozinha, a gente tem um espaço que a gente pode fazer uma confraternização um pouco maior, então essa decisão de vir pra cá, inicialmente pagando aluguel, aí depois o projeto se encerra e a gente tem, o espaço continua sendo nosso cedido, até porque era um espaço ocioso. Isso foi muito tranquilo assim, foi uma negociação entre os irmãos, mas foi uma negociação bem tranquila, porque os Irmãos tem essa ideia do trabalho da AVESOL como importante. Por exemplo, a AVESOL hoje ela é responsável pelo voluntariado Marista, isso foi algo que aconteceu neste ano, o (inaudível) caminha pra um Brasil Marista, em vez de três províncias, futuramente a gente vai trabalhar com uma província. E a AVESOL é entidade que organiza o voluntariado e tem uma perspectiva de ser a entidade que organiza o voluntariado latino-americano. Então a gente tá tomando uma proporção assim junto com a Rede Marista de caminhar juntos, a própria decisão da AVESOL enquanto economia solidária a gente continuar representando a rede Marista, também a gente tem essa representação dentro do Fórum Brasileiro como marista. A gente fazia dobradinha ali com o Instituto Marista, foi algo em que foi conversado na época com a Shirley, foi construído, veio da Shirley, veio do IMS isso, mas já nessa perspectiva de caminhar para o Brasil Marista. Mas enfim, dentro da nossa sede aqui, a gente em dois mil e treze, quatorze, nós fomos contemplados com um edital pra um centro de referências em direitos humanos que até então era uma política pública do governo Dilma, existiam vários centros CRDH's no país. E aí nós conseguimos então o espaço do outro lado da rua do Colégio que também é marista, que também é da província, e lá a gente tem o centro de referência dos direitos humanos. O projeto ele finalizou, a gente conseguiu manter o projeto com mais duas ou três emendas, mas hoje ele é mantido por uma gestão partilhada entre a AVESOL e Instituto, a rede Marista e a província. Nós temos a contratação de três técnicos, que são técnicos cedidos pra AVESOL pra toca o CRDH também dentro de um planejamento estratégico da rede Marista. A rede Marista traz a questão de trabalhar os direitos humanos na área da solidariedade, principalmente os direitos da criança e do adolescente, e como a AVESOL já fazia esse trabalho, a opção foi manter o que já se tinha. Existe um outro

centro de promoção dos direitos humanos que é vinculado com a PUC, que aí é FIJO, Fundação Irmão José Otão que toca, mas ele é mais voltado pra área de pesquisa. Então a gente ficou com o trabalho de formação de crianças, adolescentes, estar dentro dos espaços de periferia, da defesa dos direitos e eles ficam numa atuação mais nível de pesquisa, eles têm um campo de voluntários, doutores, médicos enfim que trabalham juntos. Então... Falei demais...

(B. M.) Não, não falou não, imagina. Por exemplo, além dessa relação de vocês com o Colégio, tem essa relação também com a própria PUC então dentro desse desenvolvimento de inúmeras frentes assim, seja no voluntariado, seja na economia solidária, seja na defesa dos direitos humanos, na garantia dos direitos humanos?

(D. P.) Sim.

(B. M.) A PUC, eu não conheço muito a cidade, ela se situa longe dessa sede, da rua da AVESOL?.

(D. P.) Vinte minutos assim de carro, não é tão próximo. Mas dentro da PUC a gente tem um termo de convênio que a gente tem um núcleo de voluntariado da AVESOL lá dentro. Então que é focado no centro de pastoral da PUC. Então o voluntariado todo ele também é formalizado também pela AVESOL e a gente tem essa parceria direta, no Hospital São Lucas a gente tem dez projetos com voluntários, que são só voluntários quem tocam: espiritualidade, enfim, não vou lembrar o nome de todos, alegria, são dez projetos. Eram doze, treze, agora a gente reduziu um pouco, pra também trabalhar com um pouco mais de qualidade. Mas elas em todas as unidades Maristas a AVESOL acaba chegando, seja pela economia solidária, seja pelo voluntariado, o voluntariado então ele está em todas as unidades, ou nos direitos humanos, a gente tem essa relação de trabalhar junto. Não é algo fácil, é algo em que a gente tá conquistando bem devagarinho com o tempo, porque inicialmente a AVESOL surge e também precisou se organizar, nós não tínhamos uma equipe, nós não tínhamos muito claro qual era o papel da entidade. Então o convênio com a PUC, ele vem em 2004, então ele surge bem no início da AVESOL, mas a AVESOL não conseguia dar o suporte que ele precisaria dar. A gente está conseguindo fazer isso hoje, a gente consegue fazer isso de uns dois três anos pra cá, que agora a gente já tem alguém que é responsável só pelo voluntariado, a gente já conseguiu definir

papéis durante essa caminhada. A própria economia solidária, as primeiras noções assim, além de utilizar os espaços Maristas em que a AVESOL fez a economia solidária dentro dos colégios Maristas, foram às feiras. A primeira feira da cidadania aconteceu no Colégio Marista Rosário então era algo que os grupos demandavam sabe? Tipo para mobilizar as feiras nos colégios, aí a gente entrou no Colégio Rosário. Inicialmente foi uma tentativa, só que foi algo em que foi acontecendo, hoje a gente já tem duas feiras anuais em cada Colégio Marista, então ontem, por exemplo, iniciou uma feira no Colégio Marista Graças, em Viamão. Então a gente já consegue, são três dias no mês em que os grupos estão comercializando, eles realizam oficinas durante as feiras, tem a questão de os alunos virem fazer, aquela questão “Quem é que fez esse boneco?”, Quem é que desenvolveu? Quem é que produz? Foi a essa proximidade entre produtor e produto e cliente e consumo começou a se espalhar nos espaços da feira, então muito mais comercialização. A feira da cidadania é um projeto da rede Consol que foi tocado pelo Instituto Marista que ele acabou se desenvolvendo, aqui no Rio Grande do Sul de dois mil e dezesseis pra cá quem tocou a rede Consol foi a AVESOL. Então a AVESOL também foi contratada pelo Instituto Marista pra gente fazer, desenvolver os planos de negócios, fazer o acompanhamento, a assessoria, então a gente quem tocou isso, porque a nossa capilaridade ela acaba sendo a nível estadual dentro da economia solidária. A gente chegou a ter no local uns treze expositores da região Sul, hoje a gente mantém uma relação, mas ela é uma relação mais distante assim, não temos aquela questão de estar lá, estar próximo.

(B. M.) Deixa-me fazer uma pergunta baseada nessa sua fala, na verdade duas coisas assim me geraram bastante curiosidade. A primeira delas é a seguinte: como é feito o processo para se tornar um voluntário? Como é feito esse processo pra se tornar um voluntário? Com quantos voluntários vocês estão trabalhando hoje, se tem algum número aproximado? E a outra dúvida é a seguinte: você disse, as feiras de economia solidária elas acontecem duas vezes em cada escola?

(D. P.) Isso.

(B. M.) Quantas escolas são? Porque você citou, a Rosário foi a que teve a primeira feira de economia solidária, talvez tenha acontecido lá pelo motivo de vocês terem iniciado a trajetória da AVESOL lá também e agora acontece feiras aqui também na São Pedro, aí não São Pedro, quer dizer, que é perto de vocês e tudo mais, ou vocês

realmente, eu não sei o número de escolas maristas assim por exemplo, que tem na cidade ou no estado, então pra ter mais ou menos uma ideia de quantas feiras mesmo, vocês realizam...

(D. P.) Tá, começar pelas feiras. A gente tenta hoje a gente faz feira, tem os colégios: Colégio Marista Ipanema, Colégio Graças, em Viamão, Colégio Assunção, bairro Glória, Colégio São Pedro aqui no Floresta, Colégio Rosário, e Colégio Champagnat, são esses seis colégios. Os grupos solicitam muito feira, tem um município aqui perto que é Novo Hamburgo e lá tem escola Marista, eles solicitam muito. Os grupos de artesanato, confecção e alimentação eles são mais da região metropolitana e de Porto Alegre, então a gente acaba não realizando feiras nas escolas do interior, é mais localizado aqui mesmo, Porto Alegre e Viamão. Eles solicitam também o Colégio Novo Hamburgo, mas a gente está segurando um pouco porque ainda tem uma dificuldade de locomoção, tem uma dificuldade que a gente ainda não conseguiu sanar. A gente vê que é caro pros grupos ir até lá, então são essas seis escolas onde a gente realiza a feira. Então com exceção de Graças, uma feira por ano, as outras escolas são duas feiras por ano, então normalmente uma vez por mês tem feira em colégio porque o ano letivo é de março a novembro, mais início pra novembro, dezembro e julho não tem. Julho até porque os grupos estão indo pra Santa Maria, então não tem feira da cidadania. Sobre os voluntários, existem tem duas formas de ser voluntário: pessoas que tem vínculo com a PUC, ou é ex-aluno, ou é funcionário, ou é aluno enfim, professor, procura o centro de pastoral na PUC que é aonde tem o núcleo. Então lá é o atendimento para os voluntários que tem vínculo com a universidade e que querem fazer alguma ação voluntária. Pra comunidade em geral, essas pessoas elas nos procuram, elas chegam normalmente por indicação, por telefone, e-mail, por Whatsapp ou Facebook, a gente agenda uma entrevista com a pessoa, pra conhecer, para ver o perfil, qual é o interesse de voluntariar. Ali nessa entrevista, ela é um muito importante porque ali se faz uma triagem também, alguns momentos, a gente tem muitas pessoas que nos procuram por indicação psiquiátrica para estar fazendo voluntariado. E aí tem situações assim que a pessoa na entrevista chora o tempo todo e a gente sabe que de repente não vai ter condições de estar indo numa realidade tão dura, numa ação e a gente encaminha então o voluntário de acordo com o perfil, pra uma organização que é acompanhada conosco. Então quem são as organizações conveniadas conosco, nós temos as Maristas, mas muitas não são maristas também,

dentro daquela ideia de a AVESOL ter um braço maior. A AVESOL é um braço maior do Instituto, então são setenta e quatro organizações que são conveniadas conosco, a maioria em regiões de periferia, que fazem um trabalho com criança, adolescente, com alguns amigos, idosos, trabalham com acessibilidade, enfim. Muito diversificado essas organizações, então a gente faz esse casamento do voluntário com a organização, a gente tem um termo de adesão, e faz o acompanhamento, o assessoramento depois. Tanto pra organização, o trabalho da organização se preparar pra fazer a gestão desse voluntariado, desse voluntário, e tanto pro voluntário, pra chegar na organização e conseguir se engajar de alguma forma em algum projeto, em alguma ação, enfim.

(B. M.) Entendi, tem toda essa capacitação. E vocês estão trabalhando em quantos mais ou menos assim, você tem uma ideia? Tem um número estimativo? Por serem duas vias na verdade de se voluntariar eu creio que deve ser uma equipe bem grande assim na questão do voluntariado.

(D. P.) Número de voluntários: no ano passado nós fechamos em torno de mil e trezentos voluntários. Equipe: na AVESOL nós temos onze colaboradores, do voluntariado é uma pessoa, que é um coordenador do voluntariado e eu que faço supervisão, mas na PUC aí tem uma equipe, é uma pessoa também, mas tem a equipe do centro de pastoral que acaba colaborando em alguns momentos também atuando juntos. A nossa equipe ela é extremamente enxuta, dessas outras pessoas a gente tem três que é do centro de referência, nós estamos com três pessoas trabalhando na economia solidária, mas são duas que são nossas porque a outra tá contratada por projeto, que tá finalizando agora em dezembro. São duas pessoas que fazem toda a assessoria para os empreendimentos e pra rede, uma do voluntariado, uma pessoa que também é cedida pra nós como auxiliar administrativo. Aí temos uma pessoa que é um auxiliar administrativo da entidade, eu como supervisora e é isso. É extremamente enxuta, a gente só consegue porque é um trabalho maior pelas parcerias que a gente realiza, é a única forma de a gente conseguir ter, abranger os espaços, a realização de oficinas que o centro de referência realiza os locais, então a gente consegue entrar muito nos espaços pelos parceiros, tanto é que o conselho de AVESOL é a rede de solidariedade, trabalhar em rede independente do projeto, do programa que a gente está fazendo, é o trabalho em rede. É a rede da economia

solidária, é a rede do voluntariado, é a rede dos direitos humanos, sempre numa perspectiva de captar parceiros e costurar, tecer ações.

(B. M.) Quais são os principais parceiros de vocês nessas parcerias que vocês fazem? Elas são rotativas ou tem algumas fixas?

(D. P.) Tem algumas mais fixas assim, bom tem a rede Marista que a gente classifica como parceria, e entra a universidade, o hospital, ONG doutorzinhos, não sei se você já ouviu falar, a ONG doutorzinhos são todos voluntários da AVESOL, então é um parceiro bem importante, a gente tem hoje a gente firmou parceria com o Instituto Ferrão pra economia solidária que é das lojas Pompéia e Gandhi, são lojas aqui do sul, é o que está se formando agora, mas a gente já teve parceria com outros institutos, que estão no início do ano ainda, como o Instituto Renner, a aliança empreendedora, a aliança empreendedora é um parceiro desde que eu entrei na AVESOL a gente já desenvolvia projetos, acaba mais sendo esporádico assim a parceria, mas ela vai e vem, acontece, Instituto Unimec, deixa eu ver, centro de referência, aí a gente tem as entidades de direitos humanos, a Fundação Luterana Diaconia, que trabalha com a questão dos imigrantes, enfim... tem que olhar no site pra lembrar.

(B. M.) Em algum momento o Instituto Marista de Solidariedade foi parceiro de vocês também? Você citou brevemente a participação deles na relação, vocês tiveram uma relação durante a existência deles?

(D. P.) Sim, sim. Nós tivemos uma parceria na época para a feira estadual de economia solidária isso logo quando eu entrei. A AVESOL é entidade quem executa a feira estadual de economia solidária, mas antes da AVESOL ser entidade, o Instituto Marista ele conseguia viabilizar recursos para a feira, então a gente que, a AVESOL era muito parceira nisso que a gente compõe. Estou olhando aqui os parceiros, a Receita Federal a gente tem parceria, os Correios, o Rotary, o Instituto Lyons, os fóruns, o movimento dos catadores, a FIJO, O centro de defesa dos direitos humanos que é da província do centro-sul, O IMDH que é em Roraima, do serviço de imigração dos direitos humanos, a ABIC, parceria com a AICAS, que é uma instituição aqui de Porto Alegre, associação caminho das águas.

(B. M.) Nossa, é muita parceria.

(D. P.) O SESC. São vários, eu tranquei na hora de falar, e tem que atualizar os parceiros que estão entrando. Do IMS, então inicialmente muito pra feira de economia solidária e de ações do Fórum, enfim que a AVESOL desde o início assim vem acompanhando, o Fórum Gaúcho de Economia Solidária. E aí a gente começou a tentar estreitar essas relações, acho que desde dois mil e quinze, a gente chegou a fazer um encontro de entidades Maristas que trabalhavam com economia solidária, e aí veio a PUC do Paraná, a gente tinha a incubadora aqui na PUC do Rio Grande do Sul, o Instituto Marista, a AVESOL. Mas eram os atores que trabalhavam diretamente com a economia solidária Marista, e aí foi quando começou a fazer um trabalho mais articulado tanto de posicionamentos como também tentar estreitar, e aí veio essa parceria que a gente executou na região sul, a rede Consol então mas a troca ela acontecia sim, de tempos em tempos a gente acaba conversando, dialogando e vendo de que forma poderia tá atuando junto.

(B. M.) Entendi. E por exemplo, em partes, a forma como você me disse dá organização de vocês, de ser um braço que se aproveita dessa capilaridade, dessa aproximação, quando eu pesquisei sobre o Instituto Marista de Solidariedade, que eu vi a forma de atuação, a Rizoneide tinha inúmeras publicações assim que falavam um pouco sobre o trabalho, fazia alguns balanços. Em partes assim eles realmente eram vinculados, como eu posso dizer ao modo de processo de decisão Marista. Eles realmente estavam atrelados a esse esquema provinciano, talvez a se retratar pra um Brasil, e aí eu penso assim que, por exemplo, foi um choque quando, pois eu não tenho realmente outra palavra pra dizer que foi um choque quando eles encerraram as atividades. Porque pelo menos no meu caso que não estava tão relacionado com o meio assim e acompanhava mais a página no Facebook, e o site deles assim quando eles liberavam os projetos e colocam as atividades, aí passou tempo, eles não publicaram nada, eles ficaram tipo em um hiato muito grande sem publicação e aí depois veio a notícia que eles tinham fechado. E a notícia veio assim ainda por conversa, inclusive o próprio Ademar Bertucci que tinha comentado que eles fecharam e encerraram as atividades assim porque não houve nenhuma declaração da página, não houve declaração em nenhum meio de comunicação Marista, falando assim: eles encerraram as atividades. E talvez será que poderia ser um dos motivos esse processo de decisão assim? Vocês assumiram essa questão da capilaridade de ser

um braço um pouco mais afastado de tudo isso pra ter essa autonomia de poder dar continuidade nos trabalhos e tudo mais, essa segurança?

(D. P.) Pode ser que sim. Porque realmente o Instituto Marista ele realmente estava atrelado a uma província. No final agora a própria Shirley estava trabalhando na sede, na sede provincial onde já teve a redução. Mas a redução do Instituto Marista ela também acaba acontecendo porque no sentido dos recursos do IMS, eles eram baseados basicamente captados por projetos e com todo o governamental de golpes e de tudo mais, redução dos cursos, e realmente eles conseguiam captar um recurso bem grande, nível com a Senaes, enfim pra executar grandes projetos nacionais. Então isso também dava uma estrutura pra eles, e aí quando isso vai começando a se encerrar, vai começando a fechar, aí claro a tomada de decisão da província enfim, pra mim também foi um choque porque inclusive eu estava na maternidade quando aconteceu, eu voltei de licença maternidade a Shirley me ligando como é que está e aí? Tipo vamos bater um papo pra gente... aí ela disse: “eu tenho uma notícia pra te dar, desde dezembro eu estou desligada” eu: “oi?” Então pra mim também foi um choque, então não assim uma transição, essa decisão foi tomada muito mais a nível de província, não sei de uma estrutura maior e que a gente aqui na ponta também ficou “opa” para tudo que eu preciso respirar e digerir, que eu não estou entendendo. Mas essa leitura de eles estarem dentro do escopo, claro né, e manter uma estrutura como era o IMS, não era uma estrutura barata, não era uma estrutura fácil assim se manter, foi reduzindo, reduzindo e mais a relação governamental nacional começou a se modificar, os recursos, enfim, imagino eu que tenha sido um os motivos. Uma vez em conversa com o Irmão (inaudível), hoje ele é vice provincial, ele me comentou que no Brasil, no Brasil não, no mundo existem dezessete ONG’s que foram fundadas como a AVESOL assim com o papel de auxiliar o carisma Marista que trabalhassem articulados com a rede Marista, mas só a AVESOL e uma outra ONG que se eu não me engano é no Chile que conseguiram desenvolver o trabalho sem ser atrelado ao trabalho provincial, da província. Por exemplo, a gente tem o presidente aqui da AVESOL, o IMS a presidência era do provincial, então isso modifica muito o organograma da Instituição e eu lembro que pra eles o ideal era isso que tivessem ONG’s que fizessem esse trabalho, mas que não dependesse das decisões de cima e que caminhasse junto. Não é uma coisa independente de bater neles, alinhando processos, alinhando estratégias, até nossa formação enquanto equipe AVESOL ela

é uma formação embasada na formação Marista, a gente trabalha muito com os posicionamentos Maristas, então acho que tudo isso ele é bem forte.

(B. M.) Entendi. É um ser, sem pertencer?

(D. P.) Exato. E como eu sou supervisora administrativa, nós somos os primos pobres, entende? É primo, mas não tem a grana.

(B. M.) E por exemplo, igual você tinha falado realmente isso daí agora pensando por esse lado, realmente toda essa mudança pensando, na verdade igual você falou, não foi uma trajetória que levou a isso, não foi uma transformação, foi realmente uma ruptura quando acabou o trabalho lá do IMS. Isso daí vai acontecer realmente depois que tem o golpe lá do Temer e aí principalmente a secretaria se torna uma sub-secretaria, o Paul é tirado da secretaria, e foi colocado acho um policial que não entendia muito de economia solidária. E aí uma coisa assim que sempre me chamou atenção também, por exemplo, no caso da Cáritas, muito do que entra de verba para eles realizarem os projetos deles vem, por exemplo, da Campanha da Fraternidade e da CNBB que eles têm um órgão da CNBB para a assistência e pra economia solidária. E no caso de vocês, eu não sei de verdade se vocês recebem da CNBB, mas, por exemplo, em relação a AVESOL, como é o processo assim de levantamento de verbas, por exemplo?

(D. P.) A gente acaba tendo o repasse de uma a duas parcelas das aposentadorias dos irmãos. Então os irmãos estão aposentados, elas tomam uma decisão de fazer a doação de uma ou duas parcelas de como doação espontânea pra entidade. Esse é o nosso recurso pra manter a estrutura mínima que é o que a gente tem, aí tem mais projetos sociais, a gente vai captando não só recurso financeiro, mas muitos parceiros, a própria Receita Federal, a parceria com a Receita Federal era, insumos pros grupos... Os grupos iam mais pra (inaudível) as mercadorias apreendidas e recebem isso pra trabalhar com matéria prima, transformam uma camiseta, então a gente via fazendo parcerias, diversas parcerias, assessorias, a gente acaba prestando algumas assessorias, a gente vai mantendo sim o trabalho, mas a gente enfim uma decisão assim, não sei se é bem isso, mas agora me veio...nesse sentido a gente é muito franciscano, porque a gente sempre acaba optando assim muito por fazer mais com menos. Ter um trabalho bom, bem feito, com o que se tem pernas pra se fazer, mas

a gente não tem muito recursos, a gente trabalha muito com os voluntários, a gente trabalha muito de uma forma alternativa, até e nesse sentido é uma escolha trabalhar com economia solidária a gente também dentro da nossa captação também funcionar não só financeiramente, a gente que ter o social, a gente tem que ter outra forma de funcionamento, trocas de trabalho, então quando a gente fala em parceria pra nós, é isso. A gente funciona como uma via de mão dupla, e que isso não beneficia a entidade, mas que beneficia os assistidos, por exemplo, esse ano a gente recebeu uma TAC do Ministério Público do Trabalho. Um recurso através de um edital de uma procuradora, qual foi a nossa opção por aquele recurso? Bom, vamos beneficiar as organizações que são conveniadas do voluntariado, então o recurso que era pra vir pra AVESOL não veio, veio também pra AVESOL, mas a gente dividiu em cinco organizações. E aí se adquiriu o que as organizações precisavam material esportivo, quimono, não foi um recurso grande, mas a gente beneficiou um número maior de pessoas. E com convênios a gente trabalhou com (inaudível) local, e aí a gente teve um recurso mais considerável que foi quando teve a abrangência nos três estados da região, a parceria com a própria Cáritas brasileira foi bem maior, por que aqui no estado a gente trabalha com a Cáritas também. E aí a gente teve emendas parlamentares principalmente pros direitos humanos mas a nível assim de recurso governamental, muito pouco investimento, bastante em quantidade porque o Brasil local foi um milhão e alguma coisa, mas pulverizando isso nos três anos de atuação ele foi um recurso pequeno para a abrangência também que se teve.

(B. M.) Entendi. E em relação à prefeitura municipal? Você falou bastante sobre o governo federal e tudo mais e também até a questão estadual, e a prefeitura municipal? Como se dá a relação de vocês com a prefeitura municipal aí de Porto Alegre?

(D. P.) Olha a gente tá principalmente nesse momento com uma dificuldade muito grande de articular com a prefeitura. Pra questão do centro de referência nos direitos humanos que a gente atende migrantes, a gente consegue estabelecer uma relação mais próxima porque eles, a gente está com essa demanda aqui e por eles não fazem, não consegue dar conta, eles acabam me encaminhando pra nós os migrantes, então a gente assim nos espaços de fóruns, atividades, de conselho dos migrantes, enfim a gente acaba articulando assim com a prefeitura. Na economia solidária a gente a

prefeitura precisou bater duro durante um tempo, bem forte assim por causa secretária estadual de economia solidária, que por decisões aqui dos vereadores, dos prefeitos na época se retirou a feira do espaço que ocupava que é bem no centro da cidade. E aí a gente teve que fazer um diálogo e uma certa pressão pra gente conseguir colocar como lei, então fica muito assim nesses momentos pontuais quando a gente precisa ou dialogar ou ir pra cima, a gente não tem nenhum convenio com a prefeitura, a gente teve convênio com o governo estadual quando a gente tinha a secretária estadual de economia solidária, mas também era um convênio para a feira estadual, não era nada assim. E começou a se articular um convenio pra AVESOL fazer a contratação de equipes pra fazer a certificação dos empreendimentos em economia solidária, mas foi bem quando se mudou e aí o recurso que era para ter entrado no dia trinta de dezembro, não entrou no dia trinta por um problema interno e aí depois já veio o novo governador e cortou o repasse de recurso e não veio. Foi um trabalho que a gente não conseguiu realizar.

(B. M.) E quanto a Cáritas? Você tinha citado a Cáritas brevemente aí nessa questão que ela aparece como uma das parceiras aí então a Cáritas aí do Rio Grande do Sul, ou talvez da cidade de Porto Alegre, eu não sei onde fica muito bem a sede da Cáritas aí, ela entra em parceria nas atividades com vocês também?

(D. P.) Sim, na feira estadual ela compõe a comissão da feira também, a gente acaba articulando junto, tem alguma necessidade de articulação mais pontual a gente acaba dialogando junto. Então a Cáritas estadual, aqui a Cáritas RS, não me lembro como é o nome, Cáritas Regional, é aqui em Porto Alegre a sede, mas a gente já teve algumas articulações no interior de grupos que eram assessorados em comum, a gente acaba tendo um diálogo. A Fundação Luterana Diaconia também é outra entidade em que a gente mantém um diálogo, a FLD acompanha e assessora catadores também, então é sempre negocia assim, é know-how que você fez isso, o nosso é outro a gente tenta fazer as mesmas ações e poder potencializar as regiões, algumas regiões a gente sabe que não chega mas sabe que a FLD tá lá, a gente mantém esse diálogo. Sinceramente assim, uma opinião minha, acho que essa articulação poderia ser bem melhor porque a gente é tomado ainda mais do jeito que a gente se encontra por apagar incêndio e aí a gente não consegue manter tanto momento junto, não consegue manter, várias vezes se tentou isso principalmente com a FLD. Não

conseguimos pela demanda de trabalho, pelos recursos humanos enfim, mas dentro do ideal a gente trabalha no possível.

(B. M.) Entendi. E uma outra coisa também, uma dúvida, a UMBRASIL em si ela não auxilia em nada? A União Marista do Brasil, ela não auxilia em nada no trabalho que é feito aí? Mesmo você citando assim, por exemplo, a partir desde tal ano a gente centralizou aqui na AVESOL todo o voluntariado Marista, aí talvez já sai um pouco das atividades de Economia Solidária e volte para o voluntariado, mas no caso vocês falaram que vocês estão centralizando toda a atividade Marista, talvez de algo que deixe de ser uma divisão de províncias e se torne um Brasil Marista e que isso pode ser ampliado até aqui para a América Latina, países latinos e a UMBRASIL ela não auxilia neste, mesmo vocês sendo o órgão Marista do voluntariado?

(D. P.) Sim. A gente tem também um relação de diálogo principalmente no voluntariado, a UMBRASIL, por exemplo, a gente está com voluntários em Roraima agora para trabalhar com os migrantes lá aonde lá tem uma comunidade Marista e agora a gente tá com um projeto que ele é interprovincial, até é intercongregacional porque é um espaço cedido pelas irmãs Salesianas, o centro de defesa do Paraná está lá, a AVESOL está lá e tem mais uma entidade Marista também que está lá, são quatro entidades que estão trabalhando juntos. A gente acaba participando de alguns espaços Maristas também, por exemplo, as reuniões de representantes institucionais Maristas, são os espaços onde a gente mantém representação nacional, conselhos, fóruns, enfim, então a AVESOL participa porque a gente tem representação institucional no conselho de direitos humanos, no conselho de economia solidária que está parado agora, o estadual, mais nos fóruns de economia solidária. Então a AVESOL participa junto com os outros representantes dos conselhos da criança e do adolescente, assistente social, enfim, mas a UMBRASIL ela acaba mantendo um diálogo, por exemplo, teve o lançamento da frente parlamentar de economia solidária agora, que foi em Brasília, a frente parlamentar nacional. Então a gente acionou a UMBRASIL pra que fosse representando os Maristas, então já que pra AVESOL a gente não tem recurso pra estar indo pra Brasília, só quando tem alguma articulação maior, e a nossa ideia agora enquanto fórum já que teve o término do IMS, é que a gente conseguisse puxar um representante da UMBRASIL, pra que a gente pudesse ter uma atuação maior em Brasília, mas ainda não consegui fazer isso também, tem

que dialogar junto com os irmãos enfim, com o próprio Paulo, pra gente pode estar negociando.

(B. M.) Entendi. O IMS no caso assim tinha essa representatividade lá em Brasília?

(D. P.) Sim, sim. Porque como a sede era lá, o IMS ele conseguia estar mais próximo das articulações tanto políticas como do movimento enfim. Eu agora tenho essa dificuldade de território geográfica, mas enfim a gente tenta fazer o possível também.

(B. M.) E em relação, por exemplo, as dificuldades que vocês enfrentam? O que costuma ser assim o mais frequente assim ou que acaba sendo o obstáculo mais difícil de superar, quais são assim, os principais digamos assim, problemas assim que vocês enfrentam na atuação da AVESOL?

(D. P.) Acho que quando eu te falo assim na questão da equipe reduzida de que a gente conta com voluntários, enfim isso também acaba sendo uma dificuldade em alguns momentos. Por exemplo, a gente não tem uma equipe que com orientação trabalha em blog, que trabalhe o site, a gente não tem alguém que faça que pense que faz os posts da entidade pra publicar. Isso é a equipe mesmo que faz, somos nós mesmos que fazemos. Então em alguns momentos que tu poderias estar articulando, que tu poderias tá na ação tu acaba que: opa, estou perdendo tempo pra isso . Então acho que é uma opção, mas também em alguns momentos a gente essas dificuldades, olha as dificuldades são muitas assim, acho que principalmente pra gente conseguir tanto mostrar pra fora quanto pra dentro pra mensurar o trabalho que a gente faz, acho que quando a gente consegue fazer muito isso é a gente chegou a desenvolver um planejamento em comunicação enfim, mas isso tem suas limitações, ele é tocado pela própria equipe, então agora a gente está com uma voluntária em comunicação se empoderando, vamos ver se a gente consegue estar melhorando. Mas acho que essa questão da própria comunicação, a própria captação de recursos também, eu acho que a gente tem uma dificuldade muito grande assim, apesar da gente conseguir agregar e aproximar parceiros, a gente acaba fazendo muito com pouco, mas a gente acaba que tipo quando aprovando projetos a gente manda muitos projetos pra conseguir aprovar um. Então porque também a gente não tem uma pessoa só, só pra elaborar projetos.

(B. M.) Todo mundo tem que fazer tudo de tudo um pouco. Mas sobre publicações, porque eu acompanho muito vocês no Facebook, acompanho muito assim... Eu tinha visto inclusive vocês recrutando vocês pra ser voluntários lá em Roraima. A página de vocês é extremamente atualizada, eu acho que tipo é uma das páginas assim, claro, página de organização assim que mais solta às atividades, que tem muita movimentação, e muita publicação.

(D. P.) Que bom.

Entrevista 2

Entrevistador: Breno Minelli Batista (B.B.)

Entrevistada: Daniela Pimentel (D.P.) – Supervisora Administrativa da AVESOL

Local: Online

Data: 31/05/2022

B.B. Então eu vou te fazer a primeira pergunta e vai ser justamente nessa temática que a gente estava tratando do cenário pandêmico mesmo, eu gostaria de saber como foi a atuação da Avesol durante a pandemia?

D.P. Num primeiro momento nós pensamos em que a gente não poderia ficar parado, por mais difícil que fosse, foi bem quando começou a estourar o boom, inclusive dos preços do álcool gel, e da falta de máscaras no mercado, ali a gente ficou muito assustado com os grupos, principalmente os catadores, como que seria eles enfrentarem uma pandemia sem EPI, sem condições financeiras. E aí a gente começou a desenvolver uma campanha, fomentar uma campanha, como a gente tem muitos parceiros que nos fazem doação de tecidos, insumos em geral e tem toda uma rede de empreendimentos de artesanato e confecção, então a gente costura ao dois, né, desafiando as mulheres da Rede Ideia a aprender a confeccionar as máscaras pra gente fazer a distribuição gratuita pras aquelas pessoas que precisassem. Nós tínhamos uma meta inicial de dez mil máscaras, e foram feitas mais de quinze mil, e no meio disso tudo a gente foi somando parceiros, as mulheres começaram a atender hospitais fazendo jalecos, máscaras, aqueles pros pés, a toquinha, os hospitais naquele momento estavam em falta, tinha o material, mas não tinha quem fizesse, a gente foi mobilizando, foi fazendo uma grande rede, a gente foi conseguindo muita doação em comida, cestas básicas, foi distribuindo pra essas mulheres que tavam trabalhando, o mínimo de condições de alimento ao menos. E isso foi a campanha “Só a solidariedade não pode parar”. E aí então a gente teve uma articulação bem legal, teve também um instituto que participou conosco, que adquiriu as bonecas de

um dos grupos da economia solidária e comercializou nas lojas Pompéia e Gang as bonecas do bem, a galera do bem e parte do que seria o lucro das bonecas, ele foi revertido pra campanha, e aí nos auxiliou... A gente começou também a confeccionar sabão ecológico, distribuir sabão, teve toda uma mobilização no sentido de atender o nosso público e engajar também as pessoas em ações de solidariedade. Isso foi no primeiro momento e perdurou até o ano passado a campanha. Aos poucos a gente foi retomando, foi fazendo as lives formativas, a gente aos poucos foi retomando as ações num caráter virtual... Buscando a comercialização pros grupos, mais também com parceiros que já tinham, precisavam comprar brindes, algo nesse sentido. Não sei se respondi.

B.B. Respondeu sim. Dessa pergunta eu gostaria de saber se você poderia destacar algumas dessas empresas que se elevaram nesse momento como parceiros de vocês na doação de tecidos e tudo mais.

D.P. A gente tem o instituto Lins Ferrão, ele foi, ele é um instituto das Lojas Pompéia e das Lojas Gang. Deixa eu me lembrar o nome da empresa, até vou olhar o relatório pra não pecar aqui, uma empresa que fez uma doção bem legal pra nós, deixa eu procurar aqui... Em 2020, não... Programa... Mas enfim, os hospitais, hospital Conceição, hospital da criança Presidente Vargas, a Ame, associação de amigos do hospital Presidente Vargas, não é esse o nome da Ame, tem outro nome, mas também foi muito parceira pra doação, que eles nos doavam tecidos, os grupos confeccionavam e a gente entregava... Comunidade produtiva... Eu posso procurar depois o relatório e te mandar, eu não to achando o relatório agora, Breno;

B.B. Você pode mandar o relatório, por favor?

D.P. Claro, posso sim, ele foi divulgado também no Face, enfim, isso, mas eu posso mandar.

B.B. A campanha de vocês recebeu algum nome?

D.P. “Só solidariedade não pode parar”. E o legal é que no final do ano passado a gente foi premiado pelo prêmio Ajuris em terceiro lugar, que é justamente o boas práticas em direitos humanos. E a campanha foi premiada, então acho que é o reconhecimento dessa articulação da economia solidária, a gente entender que o trabalho ele é um bem muito importante que a gente se tem, e uma arma no bom sentido, que a gente pode utilizar ele pra uma sociedade de solidariedade, pras trocas, que é possível se fazer economia no meio de uma pandemia e sem dinheiro envolvido, o mais interessante. A moeda é outra, a moeda são as ações de parceria, solidariedade, cumplicidade, é outro tipo de troca que acontece.

B.B. E aí dentro dessas trocas, a questão da doação dos alimentos pra essas pessoas que fazem parte da Rede Ideia, elas foram feitas mesmo por esses hospitais ou por outros grupos?

D.P. Isso. Isso a gente teve um coletivo da prefeitura de Porto Alegre que se organizou pra fazer, pra captar essas cestas pra essas mulheres, teve alguns doadores que eram centros sociais que tinha uma quantidade muito grande, disponibilizavam um pouco, foi de diversos locais que a gente conseguiu as doações, aqui to achando o relatório... Esse é o relatório de 2020, não, essa é outra campanha.

B.B. E por parte dos Maristas houve um aumento de investimentos, um preparo, um cuidado com vocês pra esse momento da pandemia ou não? Como foi a relação com a congregação em si?

D.P. Acho que é importante, olha, primeira coisa que a Rede Marista fez foi pegar todos os uniformes que eles tinham dos colégios e disponibilizar pra confecção de máscaras, e adquiriram mascaras de grupos da economia solidária pra distribuir pros seus funcionários. E aí tiveram várias outras ações menores, mas das máscaras foi uma coisa que em me lembro foi bem importante, foi logo ali por junho, pandemia começou em março, foi final de maio por ali, então foi no início, quando muitas empresas ainda estavam pensando como poderiam ajudar, enfim, eu me lembro que as mulheres já estavam produzindo por causa da campanha, eles já pegaram todos os uniformes, não, a gente quer os uniformes transformados em máscaras pra distribuir pros funcionários pra o momento quando começasse a retomada, né, que foi bem gradual, e ainda tá sendo gradual, já alguns que ainda não retomaram, uns retomaram e pararam, mas a gente teve vários momentos de aproximação.

B.B. Entendi. E essa deliberação veio da própria província Marista aí da região ou foi um acordo com o colégio em si?

D.P. Não, da província. Foi uma comercialização da província. E uma questão que eu acho que é importante colocar, toco com um eco, é normal?

B.B. Ah, deve ser porque eu tô no viva voz.

D.P. Agora passou. Uma questão que eu acho que é bem importante que nós tivemos uma troca de provincial no ano passado. E a questão da solidariedade ela tá como um dos direcionamentos da província Marista. Então, neste ano de 2022 nós já tivemos várias aproximações e algumas ações concretas com a província. A gente, coisas que a gente já não tinha em outros momentos. Acho que por a solidariedade agora ser um viés e a economia solidária agora tá nesse barco, a gente tá por exemplo, a gente já conseguiu, a Rede Ideia conseguiu fornecer pra quatro eventos Maristas desse ano,

via província, a gente tá iniciando um outro nível de articulação. A articulação da Avesol sempre foi muito capilar direto com as unidades, agora a gente tá vendo além de direto com as unidades, a gente tá somando com a província, então tá bem legal assim.

B.B. E essa troca de província, essa troca provincial que você citou, ela aconteceu uma troca interna dentro da província com a coordenação da província ou vocês mudaram de província?

D.P. Não, ela, capítulo institucional, foi troca da província mesmo, de provincial. Finalizou o tempo do provincial, e a eleição pra um novo provincial, foi capitular mesmo a coisa.

B.B. E você pode me falar os nomes?

D.P. Hoje é o irmão Deivis Fischer, aliás, o irmão Daves ele foi vice-presidente da Avesol até ano passado, até início do não passado, então ele tem uma proximidade com a questão da solidariedade, da atuação social.

B.B. Entendi.

D.P. Deivis Alexandre Fischer.

B.B. Eu lembro que quando nós conversamos você citou bastante dessa capilaridade... E aí na época uma das coisas que você pontuou sobre essa capilaridade é que ela dava uma certa autonomia de atuação pra Avesol, só que por outro lado não fazia tanto uso de recursos propriamente vindos da província Marista.

Vocês tinham que acabar meio que caminhando pelas próprias pernas, por um lado tendo autonomia, e por outro faltando um pouco dessa captação de recursos e agora que vocês tem essa aproximação, e provavelmente como você mesmo pontuou vocês tem uma relação mais, entre aspas, saudável, saudável em termos de recursos com a província, com ficou essa questão da autonomia?

D.P. A proximidade não é nem questão de recurso financeiro, eu acho que ela é agora uma proximidade bem de política mesmo, uma relação política mais intencional, né. A partir de quando a gente tem algo que conspire pra que aconteça, as coisas são mais naturais. Em termos de recursos financeiros a Avesol continua sem aumentar, entende? Não é pra Avesol o dinheiro, não vem pra Avesol, vai pros grupos, o investimento é nosso interesse é que os grupos tenham um trabalho, comercializem, que eles tenham um espaço, possam fazer formação, esse é nosso interesse, a gente não tem interesse de recursos pra Avesol. O que eu te falei na época, eu sempre brinco que nos somos os primos pobres da rede, mas é muito no sentido de que o nosso recurso financeiro claro ele é restrito, mas ele tem também uma, a gente tem um parceria com outras instituições que não precisa, não depende de recurso financeiro, não é do dinheiro que a gente depende, claro, o dinheiro é importante, ele é bom, a gente pode ampliar a equipe, a gente pode fazer mil e uma coisas, mas a gente faz de outras formas, não vamos deixar de fazer. Não sei se te confundi mais.

B.B. Não me confundiu não, eu consegui entender, eu só to tentando entender essa questão da relação política que, por exemplo, a província então, ela tem mais, acho que essa é uma palavra meio equivocada de utilizar, mas estou pensando em uma outra, mas não é nesse sentido estrito, mas ela tem um pouco de controle sobre as ações, por exemplo, o que é deliberado pela Avesol agora passa por um...

D.P. Não, não, não, não. Nós somos independentes, continuamos independentes, o que acontece agora é que a gente consegue falar a mesma língua, bem chulamente, por exemplo, pra a retomada agora das feiras da cidadania, ainda não retomou

aquelas feiras nos colégios que acontece, as feiras da cidadania eu tratava de colégio por colégio, eu ia de colégio em colégio pra marcar agenda, pra fazer, e depois da pandemia nem consegui entrar nos colégios, nem consegui um diálogo porque o quadro é complicado, né. Agora em relação a esse momento eu consegui fazer uma reunião com a gerência educacional. Entendeu a diferença? A gerência educacional é que é ligada a província, que é quem vai me dar esse suporte, esse apoio pra entrar nos colégios. É diferente quando a Daniela bate direto lá sozinha, ou quando a Daniela tem um respaldo.

B.B. É praticamente uma coordenação de todos os colégios? Você consegue...

D.P. A gerência, aí vem essa orientação da gerência em que a gente receba, que faça e que execute. Tem um outro nível de, não é valor o nome, mas o que tem é outra esfera política, ele tem uma outra articulação assim.

B.B. E essa nova relação também auxilia vocês em relação à questão de projetos? E aó mesmo falando em políticas pulicas de economia solidária, vocês acham que isso muda alguma coisa?

D.P. Olha, eu não sei se essa relação muda em termos de projetos, mas nós tivemos um crescimento da última vez que a gente conversou pra hoje, um crescimento muito grande em nível de projetos, mas não em relação com a Rede Marista, ta? Claro, por sermos maristas, sim, porque a gente acaba estabelecendo relação até com parlamentares, com empresas e por saber que a gente tem irmãos à frente, que a gente, saiu do carisma Marista, isso nos torna, não é confiável a palavra, mas é confiável e não é, mas é mais fácil a gente firmar uma parceria mais concreta. Por exemplo, a Rede La Salle a gente conseguiu firmar, desde o início da pandemia estávamos tentando agora a gente conseguiu firmar um convênio pra os catadores fazerem uma coleta das unidades de triagem, da rede La Salle, então são seis unidades de triagem que os catadores estão indo duas vezes por semana coletar, pra

isso eles receberam também um triciclo que é o que tá ajudando essa coleta, e também está ajudando pra outras coletas além da rede La Salle. Outro exemplo são emendas parlamentares, a gente tá executando agora duas emendas federais, tem três pra saírem, em execução são duas federais, mas tem agora já foram aprovadas, estamos aguardando recurso de uma emenda estadual, mais uma federal. Enfim, têm vários projetos que estão iniciando agora, essas emendas elas são junto com o deputado Marcon, que já é parceiro da Avesol há muito tempo e dos grupos também que a gente assessora, e elas são pra aquisição de equipamentos, na verdade a modalidade que a gente tá conseguindo contemplar e fazer com que o recurso público chegue de alguma forma lá pra melhoria do trabalho dos empreendimentos é com a aquisição de equipamentos, a gente tá conseguindo assessorar bastante grupos, tanto do interior, quanto do campo como a cidade.

B.B. Entendi. Qual o nome do deputado?

D.P. Deputado Dionilso Marcon.

B.B. E mais uma pergunta, Daniela. Eu posso ter acesso a esses projetos, não tudo do projeto, mas pelo menos o nome e algumas descrições do projeto?

D.P. Pode, pode. Deixa eu pensar como fazer pra passar isso pra ti. Ontem nós tivemos assembleia da Avesol, eu não sei se tudo teria interesse em receber as lâminas da apresentação da Avesol. Ali tem em um resumo assim.

B.B. Eu aceito. Você poderia me enviar por Whatsapp?

D.P. Claro, te envio agora mesmo. Aproveitar que ainda tá aqui na área de trabalho.

B.B. Por favor. E agora eu vou fazer uma outra pergunta baseada em algo que você falou com bastante clareza pra mim, quando você falou da Rede Ideia. Primeiro eu gostaria de saber se com a pandemia ela teve uma mudança no número de empreendimentos econômicos solidários que essa Rede Ideia englobava, se vocês tiveram alguma mudança?

D.P. Sim.

B.B. A última vez você me passou uma relação com todos os empreendimentos que faziam parte da Rede Ideia, e eu gostaria de saber se esse número cresceu durante a pandemia, ou se esse número diminuiu durante a pandemia.

D.P. Reduziu. Reduziu. A gente teve uma redução muito grande. Teve muitos grupos que perderam pessoas, teve muitas pessoas em que não estão conseguindo se organizar de forma coletiva, muitas pessoas que foram pro mercado de trabalho, né, enfim, nem é mercado de trabalho, foram buscar outras formas de sustento mesmo. E também as feiras, a gente perdeu as feiras, a gente perdeu os espaços de comercialização, e isso tudo dificulta o grupo a se manter, o que eu vejo que a gente teve, mas aí não quanto a Avesol, a Daniela percebe, tanto pelas redes sociais, quanto pelas pessoas que estão próximas a mim, muitas formas coletivas tinham que se organizar pra, de sustento mesmo durante a pandemia, mas não como empreendimento econômico solidário. Acho que a economia solidária não chegou nesse nível de alternativa para a pandemia. Até porque a pandemia ela não é algo que se trabalha a coletividade, a pandemia ela é mais um obstáculo que a gente enfrenta nesse sistema que a gente vive né, e alienante, ela é individualizante, então a economia solidária tem pouco espaço quanto empreendimento.

B.B. O isolamento quebra toda ideia de coletividade.

D.P. Sim, mesmo as pessoas sentindo falta da coletividade buscando alternativas pra encontros, o virtual teve um papel muito importante, mas é diferente um encontro de uma organização coletiva, organização de trabalho no caso como é a economia solidária, de trabalho seja pra comercialização ou pro próprio consumo. Muitas redes de consumo surgiram, mas são redes que em algum momento da cadeia elas vão estar trabalhando com alguma exploração do trabalho alguém vai sair e ganhar em cima de alguém, então, tem, tá difícil viu...

B.B. Entendi, é complicado mesmo. São tempos que acabam entre aspas pervertendo muita coisa boa que era construída.

D.P. Muito, muito. E a gente tem ainda muito pra aprender, viu.

B.B. Foi algo que pegou a gente completamente desprevenido, a gente teve que repensar todos os tipos de relações, desde a escola, até as nossas relações familiares, de trabalho, enfim, e é difícil mesmo porque isso foi muito bom pra quem trabalhava principalmente com internet e outras plataformas, algo que a economia solidária assim ela ainda se forma muito na relação pessoal ao nível de proximidade mesmo, naquele nível material das pessoas construírem os espaços, né.

D.P. Exato. Exatamente, ainda fica muito nesse nível. E eu acho que tem uma questão, Breno, que eu acho que a própria economia, a gente tá em momento de plenária agora, de economia solidária, não sei se tu tá acompanhando, eu percebo assim que a gente ainda não conseguiu ter uma prática economicamente falando assim, de forma solidária conforme os nossos conceitos e conforme nossa teoria. A gente ainda tem uma prática, ela é uma prática selvagem dentro da economia solidária, e acho que na pandemia a gente acabou vendo isso em alguns momentos e agora nesse processo de retomada, parece que tá um processo que tá avassalador,

é uma retomada que não é retomada, mas tu tens que dar conta de tudo que tu dava conta antes e durante a pandemia e agora... Então, parece que tá, acho que a questão da crise financeira como tu tinha falado ela nos deixa mais com esse sentimento de insegurança e a gente tem que produzir cada vez mais, né, pra dar respostas com a falsa ilusão de que daí sim a gente vai tá seguro, mas acho que isso tudo a gente ainda não conseguiu ter práticas coletivas de verdade.

B.B. Foi uma boa contextualização, uma ideia boa pra entender também tudo isso que tá acontecendo. Só vou perguntar antes de acrescentar nessa fala, sobre essa redução você tem números pra me passar?

D.P. Nós estamos hoje com 80 empreendimentos entre catadores e artesãos e confecção, mas isso no final do ano passado, talvez tenha reduzido mais. Esses são os últimos dados que eu tenho.

B.B. Entendi. E uma outra questão é logo quando a gente tava falado sobre a economia solidária na pandemia e você trouxe pra resposta a Rede Ideia, você foi bem específica falando sobre as mulheres da Rede Ideia.

D.P. Aham.

B.B. A Rede Ideia agora ela já tinha um número maior no comparativo de mulheres e homens, acho que isso acontece na economia solidária como um todo mas hoje em dia a Rede Ideia é majoritariamente feminina?

D.P. Ela sempre foi majoritariamente feminina, sempre foi e permanece, a maioria são mulheres. A gente tem assim olha um e outro galpão de reciclagem que tem um perto

do número de homens perto do número de mulheres, e acho que tem um só que tem mais homens, mas na média isso bate, isso baixa.

B.B. Entendi. É interessante pensar que é um vínculo com a congregação dos irmãos que a própria expressão já sobrepõe à ideia de algo masculino, estritamente masculino, e na verdade na área de economia solidária são as irmãs da Rede Ideia que fazem acontecer.

D.P. É, mas se tratando dos Maristas que são aqueles que seguem Maria, não poderia ser diferente. (risos), não poderia ser diferente, a ideia é justamente essa, a devoção deles e de Champagnat é à Maria, por isso, Maristas. Então, não teria como ser diferente. Se não tivesse essa valorização da mulher, e do feminino.

B.B. E essas pessoas da Rede Ideia elas fazem parte também da congregação?

D.P. Não. A gente tem muita diversidade inclusive religiosa dos empreendimentos, e a gente respeita muito isso, a gente conversa, todos sabem que a Avesol que segue o carisma Marista, e tem os irmãos que estão na diretoria enfim, mas no momento assim de mística a gente respeita muito todas as religiões, todas as crenças, porque acho que a ideia maior é a gente poder estar numa mesma sintonia, mesma energia, mesma espiritualidade, mesmo que precisa rezar, a gente reza a nossa oração, mas se tiver que rezar uma oração de uma religião afro não tem porque não rezar, se proposto, sim, reza, acho que essa diversidade constrói a economia solidária.

B.B. Sim, perfeito. Uma questão, uma das perguntas que eu ia te fazer é que nas nossas outras conversas isso não ficou tão claro pra mim e é claro que isso era algo assim que era o mais importante pra eu poder visitar vocês, então vou te pergunta isso como uma forma de eu tentar enxergar através dos seus olhos. Eu queria que você me ajudasse a compreender as relações da Avesol agora com o catolicismo,

pode ser com o catolicismo ou com as práticas Maristas. Algo que sempre apareceu pra mim e acho que em toda pesquisa que eu fiz dos Maristas, porque na minha pesquisa eu estudo principalmente a congregação então eu trago por exemplo, claro que a educação que não poderia ser deixada de lado, e algo que apareceu em todos os níveis é a ideia do carisma Marista, e aí é isso você trouxe bastante na sua fala e eu gostaria de saber com as suas palavras o que pra você é esse carisma Marista. Porque pra mim o carisma Marista é aquilo que liga a Avesol a questão religiosa, e aí por falar a questão religiosa eu falo tanto dos dogmas e dos princípios da congregação quanto também do próprio catolicismo, então entender esse carisma Marista é bastante importante pra mim saber o que ele significa pra você.

D.P. Eu acho que é isso que tu trás mesmo, a questão do carisma Marista é a gente enxergar em Jesus Cristo um exemplo, né, mas que a gente tenha um jeito de Maria de fazer as coisas. Aquele jeito, ele é totalmente ligado ao catolicismo, ele é, são valores cristãos, né, e enfim, mas é a forma da gente fazer as coisas acontecerem. As violetas, modéstia, simplicidade, e agora esqueci a outra, são três. Simplicidade, modéstia, e... deu branco, mas enfim que é o que rege... Não... Três violetas, Marista. Meu deus me deu um branco, que horror. Humildade, simplicidade e modéstia que é o que sintetiza o carisma Marista, né, a gente tá se colocando a serviço, numa posição de humildade, de modéstia, mas fazer as coisas com muita responsabilidade e tentar fazer da melhor forma possível, com o maior cuidado e fazer com que o simples fique especial, fique importante, não precisamos de grandes feitos pra aparecer, pra se mostrar, a gente pode fazer algo como Maria, ela teve a vida toda ali, aceitou um desafio, ela foi, teve que fugir, enfim, em função de um desafio que ela aceitou em uma época em que ela poderia ficar sozinha, poderia não ter o apoio de José, mas ela foi lá, deu seu sim, ela aceita a missão, e ela continuou sempre ali firme e forte com seu cuidado com sua atenção, e direcionamento e aguenta inclusive a morte de um filho, tá ali. É isso.

B.B. Esses três ideais, essas três violetas do carisma Marista, elas são passadas pras pessoas que trabalham nos empreendimentos na Rede Ideia? Eles têm

conhecimentos desses conceitos, ou é algo que é mais da postura institucional da Avesol do que da prática do trabalho, em si?

D.P. Quando nós temos encontros de formação nós sempre temos momentos de espiritualidade, às vezes mais voltado pra um momento de oração, às vezes mais pra uma mística, e alguns momentos a gente acaba trazendo, a gente fala sim do carisma, a gente fala de quem é Champagnat ou as vezes a gente traz uma leitura do evangelho, mas é naquele momento e não é sempre, não é uma coisa... É conforme a gente avalia que está no momento, que é ser importante, estaria dentro então à gente traz, mas a gente não impõe, eu acho que é algo que é feito, e eu vou te dizer que sou até um pouco crítica dessa nossa postura. Acho que se a gente fizesse com maior frequência acho que nós reforçaríamos uma identidade, mas enfim, não é nosso isso. Tem momentos em que a gente traz pessoas diferentes pras orações, traz musicas, traz momentos de mística e tem momentos que a gente traz algo mais cristão mesmo, mais Marista.

B.B. Entendi. Muito obrigado por você me ajudar a entender isso, Daniela, da questão do carisma Marista porque em todos os lugares de longe que a gente vê, por exemplo, em páginas de escola, e até em todas as páginas maristas, essa ideia do carisma Marista aparece com um discurso bem institucional sabe, então tá sendo bastante abstrato, por mais que seja objetivo a ponto de ser uma fala institucional, ela é abstrata a ponto de você conseguir enxergar a aplicação disso no mundo. E aí você trazendo essa divisão em ideais e como que isso acontece, como que isso também é propalado dentro dos encontros de formação fica mais fácil de pensar isso no carisma Marista.

D.P. E tem a relação também da prática, só pra complementar. Tem essa questão do caráter dos momentos de oração, de mística que a gente traz, mas tem algo que a gente trabalha enquanto equipe também, agora com a pandemia a gente não tá com tantos momentos de reuniões de equipe, não tá nem dando tempo pra isso, mas no que a gente sempre trabalhou que é o formativo assim da equipe, é a gente também

se colocar e exercitar e pensar. Por exemplo, claro, cada um dentro da instituição tem suas funções, tem as suas competências, mas isso não impede que um vá lá e faça algo que tá precisando, ah, vamos ter um almoço coletivo, quem se coloca hoje pra fazer o almoço, quem pode fazer, enfim, ou que vai ter um encontro que é do voluntariado, a equipe pode ir lá ajudar, vamos passar lista de presença, vamos limpar o espaço, organizar o espaço, acho que essas trocas assim elas não enrijecem o trabalho como uma empresa, e aí a gente se coloca também servindo. Tem a simbologia do avental, a PJM trabalha muito isso, de colocar o avental pra estar a serviço como Maria esteve a serviço de Deus. É isso, então em momento algum, a gente também precisa assumir essa postura, enquanto profissional com carisma Marista é nesse sentido.

B.B. Entendi. Entrando então no âmbito do profissional também. E agora eu vou te fazer mais uma pergunta em relação ao nosso panorama, ao nosso contexto histórico atual. O que eu ia te fazer uma pergunta é que como na verdade, se você poderia me fazer um balanço da atuação da Avesol ao longo do governo Bolsonaro, comparado com antes. E aí eu já vou emendar outra questão na pergunta só pra contextualizar de onde eu tirei essa dúvida, é que eu tenho consciência da transformação que houve nas posturas principalmente do terceiro setor durante o governo Lula, e eu sei também principalmente da importância que o Paul Singer teve nesses governos do PT, e como que isso ajudou bastante a impulsionar e tornar mais fácil à própria existência da política pública em economia solidária. E ao mesmo tempo eu sei o quanto desde o impeachment da Dilma Rousseff, e do governo Temer pra cá, o quanto a economia solidária não só como atividade, mas também como política, ela sofreu diversos golpes por assim dizer. E aí eu gostaria desse comparativo, de como a Avesol era antes e depois, e também pensar em quais são as expectativas pra esse cenário eleitoral de agora que no momento traz uma possível inclusive derrota do Bolsonaro no primeiro turno, e uma volta do governo do PT. E aí se você, baseado no que vocês viveram no passado em relação às práticas Maristas, se vocês tem alguma perspectiva, se vocês estão se mobilizando frente à eleição, ou se o governo Bolsonaro de alguma forma, aí sou eu falando “de alguma forma meio milagrosa”, fez

alguma melhoria em relação a isso, ou o que aconteceu. Gostaria de ter esse seu balanço sobre a atividade da Avesol no governo Bolsonaro.

D.P. Certo. Tu diz a nossa relação com a política pública, né? Eu vou te dizer assim, enquanto política pública a gente executou um projeto a nível de região sul do país, em 2009 até 2012. Então, nós já estávamos sem execução de política pública, a gente não tava, nossa relação era muito mais de compor conselhos, inclusive quando se teve um governo do estado, o Rio Grande do Sul aqui teve um governo do PT, também foi um momento em que a gente não teve nenhum projeto, nenhuma execução, compusemos o conselho, mas em termos de política pública participamos de Gt's, de outros projetos, acompanhamentos as práticas governamentais, e isso assim, mas execução da Avesol não. A gente consegue acessar da economia solidária, tá, recursos a partir dessas emendas parlamentares que vem agora, a primeira foi 2020, então, em termos de execução de política pública é isso. O que é que a gente percebe como eu vou colocar isso pra ti...

B.B. Deixa eu só fazer uma pontuação que também é uma dúvida, aproveitando que você tá nessa linha de raciocínio, muito em parte essa questão da execução de projetos de 2009 a 2012 ela não poderia se dar pelo fato de talvez o Instituto Marista de Solidariedade estar ativo nessa época, e talvez ele configurasse a maior executora de políticas públicas de economia solidária da congregação, por assim dizer?

D.P. Pode ser, porque o IMS executa política até o seu fim né, até o término ali, a Avesol não executou, mas o IMS executava até as redes de comercialização CFES enfim tudo foi até o seu término 2017, 18, né.

B.B. Sim. Foi quando eu comecei a pesquisa inclusive, e aí foi um resultado direto dessa mudança, dessa política, por ter o princípio de políticas públicas, quando as políticas públicas sofrem um golpe e isso ricocheteia completamente no IMS.

D.P. Isso. faz sentido, faz sentido. E aí é diferente da relação da Avesol, acho que eu também já tinha te colocado outra vez. A nossa relação com a política pública é diferente que era com o IMS. Nesse sentido então a gente continua então sendo a referência da rede Marista nacional pra economia solidária, mas com recurso próprio e tendo uma abrangência direta a nível de província, que é Rio Grande do Sul e Amazônia. Então, e na Amazônia muito mais enfraquecido, fizemos até no início do ano agora, um levantamento das regiões maristas, onde que a economia solidária está atuante, onde tem representação, e é nos aqui e tem em Belo Horizonte, ainda tem alguma coisa de atuação. E o Amazonas que faz parte da nossa província. Então teve um encolhimento muito grande, né, depois do fechamento do IMS, em relação a economia solidária e a política pública de economia solidária.

B.B. Foi um efeito em cascata, né? Teve a redução da participação política tanto de secretaria pra subsecretaria, e aí depois a própria saída do Paul Singer, do enfraquecimento de política pública dentro desse governo, e aí acabou tudo refletindo no IMS.

D.P. Aham. É verdade. A morte do Paul Singer, a morte do Ademar, foi uma sucessão de acontecimentos catastróficos assim pro movimento e pro término e pro enxugamento, né.

B.B. E quanto às expectativas pra eleição desse ano? Vocês tem alguma? Vocês acham que tem uma possibilidade de melhoria, ou vocês acham que pode ser que não mude muita coisa? Eu sei que é meio que um exercício de futurologia, mas, qual a expectativa de vocês pra isso?

D.P. Olha, claro que a gente tá esperançoso pra que a gente tire o Bolsonaro, né, isso é lógico porque enquanto a gente estiver com Bolsonaro lá vamos estar com bastante

ameaça e aumento do fascismo terrível. Mas eu também me pergunto assim, com o Lula assumindo a gente também precisa rever a economia solidária. Acho que a forma de execução de política pública também foi responsável por esse fim, acho que a gente precisa pensar formas participativas de política pública, participativas de verdade, né, e que vá além daqueles que estão próximos a mim, mas que converse e dialogue com a sociedade como um todo, eu acho que a gente tem assim um exercício muito grande pra fazer nesse momento agora de eleição e no pós-eleição que vamos torcer que seja positivo pra esquerda, né, que a gente tenha uma vitória do governo Lula, mas a gente, eu não tenho também, eu assim, eu falo enquanto entidade, a gente então tem uma expectativa assim que com a vitória do Lula vamos ter “um novo mundo, vamos ter um novo país”, não, a gente ainda vai ter muita batalha. E a nossa batalha maior vai ser pra pós, daqui a quatro anos, ali é que a gente vai ter que batalhar. Hoje de manhã eu tava numa reunião eu falava exatamente isso, eu to tão pessimista que mesmo a vitória me preocupa.

B.B. Porque de qualquer forma é uma vitória que não vai dar pra mudar tudo pra melhor, vai ter que consertar muita coisa.

D.P. E a gente deveria ter feito isso no pós-golpe, e não fez. A gente deveria ter feito quando o Bolsonaro assumiu e não fez, e agente não tá fazendo isso agora, né, a gente não tá olhando. Eu to vendo que a gente tá fazendo o mesmo de sempre, e aí fica aquela guerra de poder, a gente tá contribuindo pra essa dialética braba, pro bem contra o mal, é bom e é ruim, e enquanto a gente não conseguir conversar com o que é ruim a gente vai continuar tendo momentos em que a gente vai ser maioria, momentos em que vai ser minoria, porque tem uma camada muito grande da sociedade que ela é volátil, e não sei nem se não deveria ser, porque a gente deveria exercer mais a reflexão, e não ficar só, agora é isso, agora é isso, a gente fica muito no chavão e na pouca reflexão. 50:30